

Coleção

Ministros Eméritos do TCU

Gustavo Capanema  
Um político de cultura moderna



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**Ministros**

Bruno Dantas, *Presidente*  
Vital do Rego, *Vice-presidente*  
Walton Alencar Rodrigues  
Benjamin Zymler  
Augusto Nardes  
Aroldo Cedraz  
Jorge Oliveira  
Antonio Anastasia

**Ministros-Substitutos**

Augusto Sherman  
Marcos Bemquerer  
Weder de Oliveira

**Ministério Público junto ao TCU**

Cristina Machado, *Procuradora-Geral*  
Lucas Furtado, *Subprocurador-Geral*  
Paulo Bugarin, *Subprocurador-Geral*  
Marinus Marsico, *Procurador*  
Júlio Marcelo, *Procurador*  
Sérgio Caribé, *Procurador*  
Rodrigo Medeiros de Lima, *Procurador*

**Gustavo Capanema**

## Coleção Ministros Eméritos

Luciano Brandão (Volume 1)

Gustavo Capanema: Um político de cultura moderna (Volume 2)



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Coleção Ministros Eméritos

# Gustavo Capanema

Um político de cultura moderna

Brasília  
2023

© 2023 Tribunal de Contas da União

Permite-se a reprodução desta publicação,  
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,  
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/>



Brasil. Tribunal de Contas da União.

Gustavo Capanema : um político de cultura moderna / Tribunal  
de Contas da União ; Apresentação, Bruno Dantas ; Prefácio, Antonio  
Anastasia. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2023.

97 p. : il. fots. – (Coleção Ministros Eméritos do TCU; v. 2)

1. Capanema, Gustavo, 1900-1985 - biografia. 2. Ministro de tribunal  
– biografia - Brasil. I. Título. II. Série.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Prefácio .....	9
Introdução .....	11
O intelectual fazendo política.....	15
O primeiro contato com a política – conhecendo Olegário Maciel .....	15
Na Faculdade de Direito, a escola de política .....	17
De volta a Pitangui, advogado e professor .....	20
Rumo à capital mineira.....	22
Revolução de 1930.....	25
O influente secretário do Interior.....	29
A Legião de Outubro.....	31
A intentona perremista .....	33
O Partido Progressista em Minas .....	35
A difícil sucessão de Olegário Maciel.....	38
O político fazendo cultura.....	44
A nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério .....	48
Redesenhando o Estado .....	52
Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública.....	56
Universidade do Distrito Federal, vítima do Estado Novo .....	58
10 de novembro de 1937 – O golpe do Estado Novo .....	61
Patrocinador das artes .....	64
O Putsch integralista.....	66
O apoio da juventude brasileira .....	68
Propaganda e censura.....	73
As reformas na educação .....	76
O Palácio da Cultura.....	81
Os últimos anos do Estado Novo.....	86
Conclusão.....	90
Referências .....	95



O Tribunal de Contas da União tem adotado, no curso de sua longa existência diversas iniciativas de caráter memorialístico com a finalidade de contribuir para a recuperação, manutenção e divulgação de seus dados históricos e biográficos.

O trabalho inclui ações como a publicação de livros sobre sua história, a manutenção de museu permanente para abrigar o acervo documental e histórico e a produção e divulgação de obras relativas aos Ministros, Ministros Substitutos e Membros do Ministério Público que atua junto a esta Corte.

Com o objetivo de resgatar a história dos membros da Corte, foi idealizada a produção de coleção bibliográfica intitulada “Ministros Eméritos do TCU”. O primeiro volume dessa coleção trouxe os dados alusivos ao Ministro emérito Luciano Brandão Alves de Souza.

Na ocasião da publicação, o Ministro Raimundo Carreiro, então Vice-Presidente e supervisor dos trabalhos, ressaltou a importância de o Tribunal agrupar em livro aspectos da memória de vida do Ministro Luciano, personalidade fundamental da história da Corte e do País. Segundo salientou o Ministro Aroldo Cedraz, então Presidente do TCU, partindo do Rio de Janeiro, Brandão “tomou o caminho em direção ao Planalto Central para vir oferecer o seu contributo à construção de Brasília em forma de um trabalho dedicado, diuturno e fecundo”.

Dando continuidade a essa elogiável iniciativa, temos o prazer de publicar o segundo volume da coleção, destinado a abrigar aspectos relacionados à vida e à obra do Ministro emérito Gustavo Capanema.

Mineiro de Pitangui, advogado, professor, Deputado Federal, chefe do Poder Executivo de Minas Gerais, Senador da República e Ministro de Estado da Educação, Capanema destacou-se como um dos maiores homens públicos de sua geração, tendo legado ao País uma herança política e cultural inestimável.

Sua trajetória coberta de méritos e a contribuição que deu à nação inscreveram seu nome na galeria de brasileiros ilustres. Por essa razão, é para nós, do Tribunal de Contas da União, motivo de grande orgulho e satisfação tê-lo como Membro emérito desta Corte. São esses os sentimentos que buscamos tornar concretos ao elegê-lo para eternizar em livro alguns dos principais aspectos de sua carreira e de sua vida pública.

O historiador escocês Thomas Carlyle disse certa vez que a história é a essência de inúmeras biografias. Essa afirmação se revela particularmente verdadeira

quando a confrontamos com a trajetória do Ministro Gustavo Capanema. Sua biografia é pura história do Brasil!

Testemunha privilegiada de um período tumultuado da vida política e administrativa de Minas Gerais e do Brasil – os anos da década de 1930, a insatisfação das oligarquias, a Revolução de 30, o Estado Novo e a Era Vargas – Capanema foi protagonista em inúmeros episódios cruciais para o destino da política de seu estado e do País e, em muitos deles, agindo com habilidade política incomum, soube conciliar os contrários, exercer a liderança para buscar o consenso e promover a convergência da multiplicidade de ideias com a unicidade do interesse público.

Assim como salientado na apresentação do volume anterior, não hesito em recomendar a presente publicação para todos aqueles que desejam tomar conhecimento da trajetória de um dos mais brilhantes Ministros que já atuaram nesta Corte de Contas. Homem público de formação humilde, que iniciou sua vida como professor em sua pequena cidade de Pitangui e que, ao ser nomeado Ministro desta Casa, em 1958, já trazia na bagagem o talento demonstrado nos diversos cargos que ocupou na República do Brasil, assim como o prestígio que angariou por sua atuação na vida pública, notadamente como Ministro da Educação no governo de Getúlio Vargas.

Parabenizo o Tribunal de Contas pela iniciativa e saúdo o Ministro Antônio Anastasia, que cobre de gala esta publicação com um interessante prefácio. Por certo que sua história de vida, segundo suas próprias palavras, inspirou-se na trajetória do Ministro Gustavo Capanema, “com muitos pontos em comum com a sua biografia”.

Assim, o lançamento do livro contribui, também, para se somar às comemorações que esta Casa promove pelo ingresso de Sua Excelência, ilustre representante das Minas Gerais que vem, assim, como veio o Ministro Capanema, abrilhantar a galeria de Ministros egressos daquele estado e enriquecer a contribuição dos mineiros ao Tribunal de Contas da União e ao sistema de controle externo da nação brasileira.

Fazemos votos para que este volume da coleção contribua para os propósitos do Tribunal, de preservar a memória da instituição e de seus membros, personalidades que por aqui passaram e deixaram seu legado, colaborando para o desenvolvimento da cultura brasileira e para a preservação de nosso patrimônio.

Estou convencido de que deverá merecer lugar de importância e de destaque nas bibliotecas não apenas dos mineiros, mas de todos os brasileiros estudiosos e interessados nas questões políticas de nosso País, ministros, magistrados, advogados e todos quantos se debruçam sobre a história de nossas instituições.

Brasília, janeiro de 2023.

BRUNO DANTAS  
*Presidente do Tribunal de Contas da União*

Com muita satisfação, recebi o convite para prefaciar este livro da lavra de Artur Adolfo Cotias e Silva, servidor do Tribunal de Contas da União, reconhecido por seus estudos e dedicação à história da Corte de Contas, que nos apresenta um pouco da carreira e da vida de uma personalidade como Gustavo Capanema.

Professor, advogado, parlamentar, chefe do Executivo de Minas Gerais, senador, ministro de Estado e ministro do Tribunal de Contas da União, Gustavo Capanema foi um ícone da sua geração política de Minas Gerais. Fez uma carreira brilhante, deixando em todas as funções que exerceu o traço de seu caráter imaculado e de sua fulgurosa inteligência.

Foi vereador em sua Pitangui, eleito no ano de 1927, chegando a presidir a Câmara Municipal. Em setembro de 1930, foi nomeado oficial de gabinete do presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel. Em outubro do mesmo ano, foi nomeado secretário dos Negócios do Interior e Justiça de Minas Gerais, pasta então encarregada de comandar a polícia estadual, entre outras atribuições. Três anos depois, em 1933, ocupou interinamente a interventoria de Minas Gerais, em decorrência da morte de Olegário Maciel. No ano seguinte, em 1934, deixou a política mineira para ocupar o cargo de ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas, onde permaneceu até 1945, que o notabilizou pela verdadeira revolução administrativa e cultural que ali promoveu.

Além de sua atuação na política mineira, Gustavo Capanema foi parlamentar e ministro do Tribunal de Contas da União. Apesar de contrariar a ordem cronológica dos fatos, peço licença para falar, primeiramente, de sua atuação no Tribunal.

Nomeado por decreto de 31 de outubro de 1958, assinado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Capanema pautou sua conduta nesta Casa pela honradez de seu caráter, pela cordialidade no trato com seus pares e pela solidez de sua cultura, externada em seus pareceres e em seus votos. No ano de 1961, deixou o Tribunal de Contas, aposentado por decreto datado de 16 de janeiro, e regressou à Câmara dos Deputados para concluir o mandato conquistado na eleição de 1958. Na legislatura seguinte, exerceria mais um mandato de deputado federal por Minas Gerais, de 1963 a 1966, posteriormente renovado por mais quatro anos, de 1967 a 1970.

Capanema elegeu-se para o Senado da República por Minas Gerais em novembro de 1970. Concluindo seu mandato em 1979, retirou-se do ambiente político, mas manteve-se muito atuante no cenário cultural, tendo falecido em 1985.

Ao longo dessa fecunda caminhada, Capanema revelou-se um dos mais hábeis e preparados homens públicos do país. Reconhecida liderança parlamentar, participou de todos os grandes temas nacionais enquanto esteve no Congresso, tanto na Câmara como no Senado Federal. Ademais, importa lembrar que Capanema foi o mais longo ministro da Educação do Brasil, tendo recebido a máxima honraria de ter seu nome atribuído a uma sinfonia de Villa-Lobos, bem como a de batizar o prédio sede do MEC no Rio de Janeiro, o Palácio Capanema, ícone da arquitetura nacional. Seu nome fora, inclusive, fortemente cogitado para a Presidência da República nas eleições de 1950.

Por ocasião do transcurso do centenário de nascimento do ministro Gustavo Capanema, ocorrido em 10 de agosto de 2000, diversas homenagens foram prestadas ao grande político mineiro e exemplo de brasileiro. Hoje, consciente de que não houve – nem há – homenagens suficientes para fazer justiça à importância de Gustavo Capanema para o país, vejo surgir a oportunidade para que o Tribunal de Contas da União complemente as homenagens prestadas a um de seus mais brilhantes ministros.

Por uma feliz conjunção de fatos, tenho a honra não apenas de me inspirar em sua trajetória, mas, também, de compartilhar pontos sua biografia: ambos fomos agraciados com o Prêmio Barão do Rio Branco, destinado ao melhor aluno da turma na Faculdade de Direito da UFMG; fomos Governadores de Minas Gerais e Senadores da República, e, por fim, igualmente Ministros do TCU. Um espelho de episódios que muito me honra!

Assim, a oportunidade que me oferece o autor, a quem cumprimento pela iniciativa da obra, de reconhecida qualidade, de associar meu nome, por meio deste prefácio, à homenagem prestada ao ministro Gustavo Capanema, coincide com a oportunidade de assinalar meu ingresso nesta Casa, que abrigou o Ministro Gustavo Capanema, e onde lhe possível – e, também, a mim será, a cada qual em seu tempo – empenhar o melhor dos esforços a serviço de Minas Gerais e do Brasil.

A obra “Gustavo Capanema, um político de cultura moderna” expõe as características políticas e intelectuais do biografado, e nos apresenta um confronto interessante entre dois aspectos da personalidade do ministro Gustavo Capanema. É obra que merece ser lida não apenas por todos os mineiros, mas por todos quantos se interessem pela política e pela história de nosso país.

Brasília, janeiro de 2023.

ANTONIO ANASTASIA  
*Ministro do Tribunal de Contas da União*

## INTRODUÇÃO

*“Nos grandes homens, o espírito é sempre multilateral, e grandes são todos os seus lados. Mas há, na sua mentalidade, um dom que reina entre os outros. A rainha das qualidades espirituais é, nestes, a têmpera enérgica; naqueles, a coragem fulgurante. Nuns, o fino trato; noutros, a notável inteligência.”*

Essas palavras foram ditas pelo então deputado federal Gustavo Capanema, no dia 20 de novembro de 1968, em homenagem prestada a Francisco Campos, falecido no princípio daquele mês. Muito do que Capanema disse a respeito do ilustre mineiro poderia ter sido pronunciado sobre si mesmo, pois ele era também um espírito multilateral, dotado de todas essas qualidades com que caracterizou Francisco Campos: a coragem; o fino trato; a inteligência; entre diversas outras.

Essa denominada multilateralidade contribuiu para fazer dele um homem vinculado a várias atividades. Ao fazer o *Elogio de Gustavo Capanema*, publicado em novembro de 1985, o antigo colega na Faculdade de Direito de Minas Gerais e companheiro de toda a vida, Abgar Renault, disse do amigo, com a propriedade de quem se ampara em uma amizade de 60 anos, como um homem dotado de várias qualidades: inteligência notável, um verdadeiro intelectual, “manejador exímio do nosso idioma, que não assinava o mais simples cartão sem ler”, apreciador de artes e cultura, em suas diversas manifestações, o escritor de raro talento literário. “Nessa personalidade ampla”, prossegue Renault, “encontramos ainda o político e o administrador, isto é, o homem de Estado, o humanista, o orador e o constitucionalista, faces que o compõem harmoniosamente e excelentemente se completam.”

Percebe-se, desde logo, pelo elenco de qualidades que Abgar Renault nos dá a conhecer de Gustavo Capanema, a complexidade de que se reveste a tarefa de elaborar este ensaio, que pretende analisar alguns aspectos dessa “personalidade ampla”, de modo a poder extrair uma idéia do que era o seu pensamento e qual foi a sua contribuição ao país.

Nesse escopo, uma questão preliminar se antepõe: qual era, dentre todas, a rainha das qualidades em Capanema? Qual a atividade que terminou por projetá-lo na história de nosso país?

Não será tarefa fácil precisar, dentro daquela verdadeira orquestra de afinados

---

instrumentos, qual o som mais melodioso, qual o ritmo predominante que sustenta a harmonia e nos conduz pela verdadeira sinfonia que foi a obra completa de Gustavo Capanema.

Capanema era daquelas raras pessoas que podiam ter sido tudo aquilo que quisessem. Na advocacia, foi causídico forense e jurisconsulto procurado; na política, foi vereador em sua Pitangui, interventor, deputado federal e senador da República; na educação, começou como professor e, não satisfeito, terminou por indicar a missão do professor secundário e promoveu a maior reforma educacional que este país já experimentou.

Todas as qualidades nele se reuniam e, de acordo com a conveniência e a circunstância do momento, sobressaía em seu espírito o advogado, o professor, o político, o parecerista renomado.

Poderia ter sido escritor, já que era dotado de cultura e apuro literário extremamente aguçados, conforme mencionado por todos que com ele conviveram. No desempenho dessas suas lides de escritor, seu talento se exteriorizava no discurso.

Segundo afirmou, em certa ocasião, o então presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães, o discurso era o estilo preferido de expressão intelectual de Capanema. E ele os fazia com amor, com dedicação, conforme ressaltou Antônio Carlos Villaça:

*“Seus discursos longos eram ditos como espécie de paixão, como se no discurso afinal encontrasse a sua razão de viver. Era um orador completo.” (apud BADARÓ, 2000, p. 511/2).*

Seus escritos eram elaborados não só com essa paixão de que nos fala Villaça, mas também com um rigor e um zelo que terminavam por determinar que o seu trabalho fosse considerado impecável, conforme se depreende desse trecho, citado por Badaró (op. cit., p. 283), quando se referiu a seu modo de despachar com o presidente Getúlio Vargas:

*“Os projetos de lei e decretos eram levados a ele [Vargas] já minutados em correta forma jurídica. O texto das exposições de motivos era escorreito, lavrado no melhor e mais apurado vernáculo. Vargas despiu-se de sua habitual frieza quando despachava assuntos ligados à área cultural.”*

Assim como muitos escritores, era perfeccionista; sofria com esse defeito fantasiado de virtude:

*“Pela vida inteira, Capanema sofreria as angústias da busca da forma literária ideal e do termo preciso de linguagem. Todos os documentos constantes de seu vasto arquivo possuem essa marca personalíssima do autor, contendo rabiscos em todas as páginas, palavras superpostas, cortes de frases inteiras e sua repetição logo a seguir, numa*

---

*atividade incessante para encontrar o ponto de equilíbrio entre as idéias e sua mais apurada forma de expressão.” (BADARÓ, op. cit., p. 319).*

Era, então, um escritor completo, dotado de excelente oratória e de extraordinário conhecimento da língua portuguesa, e poderia, nessa condição, ter-se projetado para todo o Brasil e para o mundo, produzindo uma obra que o conservasse para sempre na memória nacional. Apesar disso, segundo observou o deputado Israel Pinheiro Filho,

*“Se não compôs uma obra literária e poética, tal como a grande parte de seus companheiros de geração, soube edificar, a exemplo de Milton Campos, uma personalidade cultural de singular expressão.” (Homenagem ao senador Gustavo Capanema, 1986, p. 8).*

De fato, Capanema passou à História não por alguma obra literária que tivesse produzido, mas por causa de sua personalidade intelectual, de sua imagem de homem ligado à cultura, às artes, conceito granjeado em decorrência da marca indelével que deixou gravada no Ministério da Educação de Getúlio Vargas, por ocasião de sua passagem por aquela pasta, entre os anos de 1934 e 1945.

Mas a atividade a que mais se doou talvez tenha sido a política, sem dúvida a mais difícil dentre tantas a que se dedicou, segundo afirmou, em um de seus pensamentos:

*“O que torna difícilíssima a carreira política é a necessidade de uma simultânea pluralidade de ação intensa. O artista, o historiador, o filósofo, o poeta, o professor, o romancista, o homem de negócios, o militar, o sacerdote, o cientista, cada qual tem a sua província delimitada e pode dar-se inteiramente a uma obra. O político, não. O político tem de multiplicar-se e ser, ao mesmo tempo responsável por um sem-número de coisas diferentes e difíceis. Por isso, não é raro fracassar ou não passar de uma categoria média. O grande político é um caso de genialidade.” (CAPANEMA, 1980, p. 57).*

No momento em que cunhou esse pensamento, Capanema parecia estar falando de si próprio. Ele era, na política, o grande gênio a que se referia. Era o homem que sabia conciliar sem ceder demasiadamente, e fazia da política quase um sacerdócio.

A respeito de sua carreira política, é uniforme a opinião, conforme ressaltou Simon Schwartzman, de que Capanema foi um “homem sério, honrado, estudioso, que procurava dar à vida política um sentido que ia além da simples disputa pelo poder, e que teve um papel importante na criação de nossas instituições educacionais e culturais.”<sup>1</sup> Essa é a mais pura expressão da verdade. Percebe-se,

---

1 Schwartzman, Simon. Cem anos de Capanema. Resenha de ‘Gustavo Capanema: a revolução na cultura’, de Murilo Badaró. Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, 5 de agosto de 2000.

por suas atitudes frente às grandes questões nacionais em que esteve envolvido, como a sucessão mineira, por exemplo, o caráter e a seriedade com que Gustavo Capanema tratava os assuntos de política. Política, para ele, era sinônimo de devoção e de entrega.

Diante dessa confrontação entre os múltiplos aspectos de sua personalidade de intelectual, de homem culto e de político, surge uma questão a ser respondida. A História conhece Gustavo Capanema como ministro da Educação de Getúlio Vargas, que nessa condição se destacou como um homem profundamente ligado à cultura, à intelectualidade, às artes em geral. Todavia, ainda não está de todo esclarecido quem foi o responsável por essa sua projeção na história nacional: o Gustavo Capanema intelectual ou o político? Quem foi determinante para sua nomeação ao cargo de ministro da Educação? E ainda, quando atuava, Capanema estava fazendo cultura ou estava dando vazão à sua paixão pela política?

Há homens cultos, intelectuais, de vasto conhecimento – eruditos até – que não chegam a figurar na História, muitos até ocupantes de cargos de alta responsabilidade no país, mas que acabam se perdendo em meio aos seus livros ou presos nas águas rasas de suas aspirações mais imediatas. De outra parte, a História registra a passagem quase anônima de centenas, milhares de políticos de quem sequer nos lembramos, embora muitos tenham inclusive tomado parte em importantes momentos da vida nacional.

Qual é a mágica, qual o segredo, então, que fez com que Gustavo Capanema tivesse se destacado na História do Brasil? Estaria essa resposta vinculada à sua intelectualidade? Ou seria o seu ingrediente político que o teria projetado para o mundo?

Sob esse aspecto, Badaró afirmou que

*“Em Capanema, as duas atividades se harmonizavam perfeitamente. O intelectual dava lastro e prestígio ao político, fazia florescer o grande orador e deu asas à criatividade e à imaginação para produzir no Ministério da Educação e Saúde Pública uma obra que o imortalizou e consagrou o período Vargas como dos mais fecundos da história brasileira.” (BADARÓ, op. cit., p. 142).*

Apesar dessa abalizada opinião, deixemos que o leitor avalie, no decorrer deste trabalho, qual foi o aspecto da personalidade de Capanema que efetivamente contribuiu para escrever o seu nome no grande livro da história nacional.

---

## ○ INTELLECTUAL FAZENDO POLÍTICA

**N**este primeiro momento vamos nos dedicar ao estudo da vida e da obra de Gustavo Capanema no período que se estendeu até 1934, quando então seria nomeado ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas. Nessa fase de sua vida, Capanema esteve envolvido com a política mineira, podendo-se destacar, dentre outros, os seguintes fatos: a ocupação do cargo de secretário de Interior de Minas Gerais, em 1930, aos 30 anos; sua participação nos movimentos que culminaram na Revolução Constitucionalista de 1932; o papel de organizador do Partido Progressista mineiro, em 1933, sob o comando de Olegário Maciel, presidente do estado; e sua atuação na sucessão de Olegário Maciel, falecido em 1933. É neste momento que vamos procurar entender os aspectos políticos da personalidade ampla de que nos falava Abgar Renault.

### O primeiro contato com a política – conhecendo Olegário Maciel

Setembro de 1921. O país estava em ebulição em torno da sucessão presidencial. No calor da campanha eleitoral, surgiram as famosas cartas falsas, cuja autoria havia sido atribuída a Artur Bernardes, ao final eleito presidente da República, em março de 1922.

Por volta dessa época, havia um jovem, com idade de dezoito para dezenove anos, que já revelava pendores para a literatura e que, em Belo Horizonte, frequentava a Livraria Alves e os bares da Rua da Bahia, como o Café Estrela, onde travava conhecimentos literários com outros intelectuais da Minas Gerais de então, entre eles: Milton Campos; Abgar Renault; Pedro Aleixo; Afonso Arinos de Melo Franco; Emílio Moura; Alberto Campos; Mário Casasanta; João Alphonsus; Batista Santiago; Aníbal Machado; Pedro Nava; Gabriel Passos; Heitor de Sousa; e João Pinheiro Filho.

Além desses companheiros, o jovem poeta reencontrava seu velho amigo dos tempos do internato no Colégio Arnaldo: Gustavo Capanema. Esse garoto de quem falamos era Carlos Drummond de Andrade e os destinos dele e de Capanema em breve se cruzariam e seguiriam juntos por longos anos.

Capanema, nascido no então distrito de Onça do Pitangui, aos 10 de agosto de 1900, era dois anos mais velho que Drummond, nascido em 1902, em Itabira

do Mato Dentro. Drummond seria, nas palavras de Simon Schwartzman “o intermediário eficiente, discreto e silencioso entre o político Capanema e tantos que dele dependiam ou a ele se dirigiam” (SCHWARTZMAN et al., *Tempos de Capanema*, 1984, p. 1/2).

*“Capanema, homem de cultura humanística e pretensões intelectuais, dedica-se inteiramente à política, sem uma obra intelectual própria que ultrapasse os limites do que os seus diversos cargos exigiam.*

*“Drummond, mais do que simples funcionário público, teria podido, quem sabe, seguir uma carreira política própria, que prefere, aparentemente, não realizar, em benefício de sua obra literária. É como se Capanema fizesse a política de Drummond, e este realizasse as ambições intelectuais do chefe e amigo.*

*“Drummond e Capanema parecem haver assim, na prática, resolvido a questão do relacionamento sempre difícil entre o intelectual e o poder, através de uma associação na qual cada um assumia de forma exclusiva um dos papéis. Se Drummond renunciava de bom grado ao poder, Capanema, no entanto, jamais renunciou explicitamente à sua pretensão intelectual, que mantinha pela preocupação com questões relativas à educação e cultura, pela amizade pessoal que cultivava com escritores, pintores e artistas em geral, e pelo hábito de estudo e leitura. Ele procura ser, sempre, um intelectual no poder. A grande questão é entender como ele consegue, ou não, combinar as duas coisas dentro de si mesmo.” (id., p. 2).*



Figura 1 - Retrato de Olegário Maciel. s/1, 1932. Fotografia: Elpídio. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC foto 432-4

Na opinião de Drummond, essa intelectualidade de Capanema teria sido fundamental para sua atuação na vida pública, na política:

*“Tudo que havia lido, pensado e sentido até então, e que parecia torná-lo particularmente inapto para o governo, foi se revelando, pouco a pouco, a preparação justa e essencial de que precisamente carecia para governar, em novos tempos, com uma instabilidade que governo nenhum conhecera antes” (apud SCHWARTZMAN et al., Tempos de Capanema, 1984, p. 3).*

Foi justamente por essa ocasião que Capanema veio a conhecer um político que desempenharia papel essencial em sua vida: Olegário Maciel. Na convenção do Partido Republicano Mineiro – PRM, realizada em 20 de setembro de 1921, seriam homologadas as candidaturas de Raul Soares para a Presidência de Minas Gerais e de Olegário Maciel para vice. Conforme ressaltou Badaró (op. cit., p. 63),

*“Capanema estava interessado nessas questões políticas, às quais ninguém que penetrava na faculdade era refratário. Foi, com Gabriel Passos e Abgar Renault, assistir à convenção, realizada com toda pompa e circunstância no Teatro Municipal. Ficou impressionado com a densidade intelectual e política do discurso do futuro presidente Raul Soares e teve sua atenção despertada pela figura de Olegário Maciel, sempre cercado de admiração e do respeito dos correligionários que, vindos do interior, estavam vivendo clima de grande entusiasmo cívico.”*

Aquele primeiro contato deixaria fundas impressões no jovem Capanema, que voltaria a reencontrar Olegário Maciel cerca de nove anos mais tarde. Homologadas as candidaturas e realizadas as eleições, Raul Soares e Olegário Maciel foram eleitos presidente e vice-presidente de Minas Gerais, respectivamente, no pleito do dia 7 de março de 1922.

## Na Faculdade de Direito, a escola de política

Nos anos seguintes, entre 1922 e 1924, duas atividades ocuparam o tempo de Capanema e tiveram influência marcante em sua vida: a participação ativa na turma da rua da Bahia e os estudos na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Naquela turma de boêmia participavam vários colegas de Capanema no curso jurídico, entre eles, seus colegas no quarto de pensão: Mário Casasanta; Abgar Renault e Gabriel Rezende Passos.

Procurava compartilhar o tempo e as amizades entre a literatura e o curso jurídico. Quanto à literatura, conforme ressaltou o deputado Israel Pinheiro Filho, naquela turma da rua da Bahia, Capanema “anunciava a abolição da rima, o sepultamento do verso parnasiano, a subversão da frase e a atualização de uma

---

cultura ainda anacronicamente atada a padrões do Século XIX” (*Homenagem ao senador Gustavo Capanema*, 1986, p. 8).

Relativamente aos estudos no curso jurídico, como afirmou Schwartzman, a Faculdade de Direito foi a escola de política de Capanema. Ali, ao lado das ocupações com as aulas, Capanema se envolvia com o centro acadêmico e outras questões políticas afetas à Procuradoria, onde estagiava.

Era, como disse Badaró, um “devorador de livros”. Quando estava no segundo ou terceiro ano da faculdade, aí por volta de 1922, prestou concurso e foi trabalhar na Procuradoria Geral do estado, que funcionava no mesmo prédio do então denominado Tribunal da Relação. Sua rotina diária era dedicada quase que exclusivamente ao estudo. As aulas terminavam entre 10 e 11 da manhã. Logo em seguida, almoçava e iniciava o expediente na Procuradoria. Caso não tivesse trabalho a realizar, passava pelo gabinete onde trabalhava e ia direto para a biblioteca do tribunal, onde ficava mergulhado nas leituras até as 18 horas.

Segundo relato do próprio Capanema, a biblioteca “era um vasto salão quadrado, de pé direito muito alto; as estantes, recobrimdo todas as paredes até o teto, apinhavam-se de uma imensa livraria jurídica” (CAPANEMA, 1980, p. 58).

Encerrado o expediente e fechada a biblioteca, conseguia acesso, graças a uma cópia da chave obtida em confiança ao porteiro da biblioteca,

*“subia para a biblioteca do tribunal e lá permanecia até altas horas da noite, devorando livros e mais livros. Com isso foi formando uma grande base para a cultura jurídica, estudando filosofia, lógica, história da filosofia, além das matérias curriculares.”* (BADARÓ, *op. cit.*, p. 64).

A devoção era tanta que Capanema se esquecia até de se alimentar, às vezes. Conta-nos Badaró, citando Dario de Almeida Magalhães, grande amigo de Capanema, que, certa altura, tendo de prestar um exame de processo civil, Capanema teria estudado tanto que quando chegou o dia do exame teve um desmaio, de tanto permanecer acordado, e no afã de realizar uma prova à altura, perdeu as forças, chegando a cair desfalecido na sala de exames. Segundo Dario, “a capacidade de estudo dele era impressionante. Ele não se divertia. Era somente estudo.” (*apud* BADARÓ, *op. cit.*, p. 67).

Quando Capanema estava no último ano na Faculdade de Direito, Olegário Maciel assumiu interinamente o governo de Minas Gerais, em função da doença que acometeu Raul Soares, grave enfermidade que o levaria à morte algum tempo depois, em 4 de agosto de 1924. Capanema, a essa altura, contando ainda incompletos 24 anos de idade, já gozava de grande prestígio junto aos meios intelectuais de Belo Horizonte, e seu nome não passaria despercebido de seu professor, Francisco Campos, nem de Olegário Maciel, agora presidente do estado de Minas Gerais.

No final do curso, são intensas as negociações e manobras políticas para decidir quem seria o orador da turma, em verdadeira luta que se trava na

Faculdade de Direito, segundo Gabriel Passos relatava em correspondência a Capanema (*apud* SCHWARTZMAN et al., op. cit., 1984, p. 5). Naquelas lutas e negociações se percebe o nascimento do líder político, que agregava em torno de si além dos amigos mais próximos, boa parte dos quinze bacharelandos daquela turma de 1924. Era uma liderança nascente, que soube conduzir a questão e conquistou a eleição para orador da turma. Segundo Schwartzman, “era uma política essencialmente sem conteúdo, mas o estilo e a intensidade estavam bem presentes” (id., *ibid.*).

Essa liderança advinha não só de sua habilidade na arte de conviver, mas também da sua inteligência, que lhe rendeu a primazia entre os colegas, conforme nos relata o antigo colega Abgar Renault:

*“Dotado de alta inteligência, das mais notáveis que conheci pela profundidade e pela extensão, ou seja, pela diversidade das coisas pelas quais se interessava, pela rara capacidade de estudar e saber, foi o aluno mais distinto da nossa turma, havendo alcançado a nota máxima em todas as disciplinas do curso, o que lhe ofereceu o prêmio Barão do Rio Branco.”* (RENAULT, 1985, p. 23)

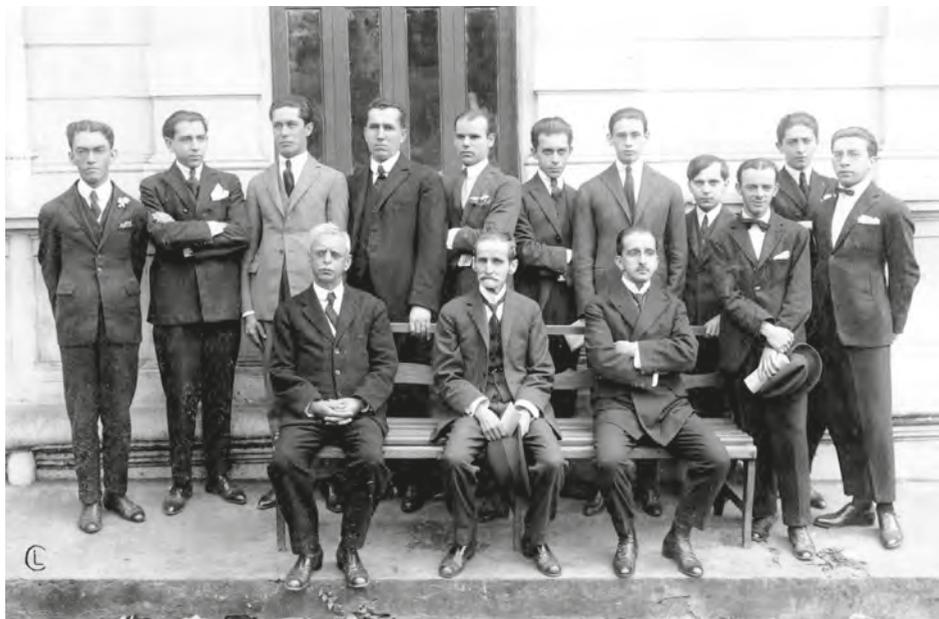


Figura 2 - Gustavo Capanema entre professores e alunos do segundo ano da Faculdade de Direito de Minas Gerais. Identificados da esquerda para direita:(em pé) Leopoldo de Souza Neto, Francisco Negrão de Lima, Alencar Alexandino de Faria, Afonso Dutra Nicacio, Abgar Renault, Gustavo Capanema, João Utsh de Carvalho, (8º) Rafael Rabelo Horta, (10º) Gastão de Oliveira Coimbra e Gabriel Passos; (sentados) Prof. Tito Fulgêncio de Lima, Prof. Bernardino de Lima e Prof. Gudesteu Pires BeloHorizonte, MG, 1921. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC foto 001

---

No final do ano de 1924, Capanema conclui o curso jurídico e é graduado bacharel pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Por seu desempenho, recebe a medalha Rio Branco, segundo Badaró, “honraria somente concedida àqueles alunos que conseguissem distinção e nota dez em todas as disciplinas e que se distinguissem pelos seus dotes morais e intelectuais durante todo o curso” (BADARÓ, op. cit., p. 27).

## De volta a Pitangui, advogado e professor

Concluído o curso jurídico, no mesmo ano Capanema retorna a Pitangui, sua terra natal, seu reduto, e ali permanece, convidado a assumir a titularidade do escritório de advocacia de Carlos da Cunha Correia, advogado com boa carteira de ações no fórum da comarca, que estava de mudança para Belo Horizonte.

Nessa época, aproxima-se de Francisco Campos, também mineiro de Pitangui, seu professor de Direito Constitucional no curso jurídico, então bastante envolvido com a política estadual, na qual ocupava, desde 1926, a convite do presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o cargo de secretário de Interior de Minas Gerais. Nessa condição, de secretário de Interior, pasta ainda responsável pela instrução pública, Campos promoveu uma profunda reforma educacional com base nos fundamentos da denominada *Escola Nova*.

A respeito desse conceito de Escola Nova, cabe lembrar o que ensinou Capanema, anos depois (CAPANEMA, 1980, p. 190/1):

*“Antes da primeira guerra mundial, a reforma pedagógica não se concretizara ainda num conjunto de doutrinas e princípios. Filósofos e cientistas tinham lançado, é verdade, algumas idéias básicas. Mas a expressão escola nova entrou a ser usada, no fim do século passado e no princípio deste, não como um sistema de pedagogia, mas para designar uma ou outra tentativa experimental esporádica de ousados educadores que, em número cada vez maior, fundaram, cada qual por seu lado, escolas destinadas a modificar a pedagogia envelhecida e superada. Escolas novas foram surgindo, a princípio na Inglaterra. Noutros países, sobretudo na Alemanha, tentativas do mesmo gênero se fizeram. Depois da guerra, em 1919, o Bureau International des Écoles Nouvelles, criado por Adolphe Ferrière, traçou, em reunião de educadores, os princípios gerais da escola nova, expressão que entrou, assim, a designar a revolução pedagógica (...)”*

Logo depois, então, “o nosso país acolheu, em toda a sua plenitude, as idéias da escola nova” (id., ibid.) e, na esteira do que já haviam feito Carneiro Leão, no Rio de Janeiro, Lourenço Filho, no Ceará, e Anísio Teixeira, na Bahia, Francisco Campos promoveu a reforma educacional em Minas Gerais, tendo realizado,

nesse sentido, a 2ª Conferência Nacional da Educação, que teve lugar em Belo Horizonte, em 1928.

Foi, pois, sob a influência dessa reforma de Francisco Campos que Gustavo Capanema principiou a lecionar psicologia infantil e sociologia na Escola Normal de Pitangui, indicado que fora por Campos para o cargo de professor daquele estabelecimento, atividades que exercia cumulativamente com a advocacia, ainda incipiente.

Francisco Campos se tornaria uma espécie de mentor de Capanema nesta fase de sua vida. A aproximação de Campos o levaria a interessar-se mais pela política e o faria voltar suas atenções para a política estadual, o que o obrigaria a desgarrar-se de Pitangui em um futuro bastante próximo.

Apesar dos apelos em contrário, Capanema permanecia fiel a Pitangui. Em seu trabalho como advogado, sua cultura jurídica destoava do padrão esperado para um advogado do interior. Segundo Badaró (op. cit., p. 30), “nas causas judiciais em que atuava, apresentava memoriais tão densos que causavam assombro aos juízes e promotores que passavam pela comarca. Indagavam perplexos: como era possível cultura tão sólida e tão vasta naquele reduzido ambiente do interior?”.

Curso normal								Mez de maio													de 1929													2º Anno			
N.º	Aluno(a)	NOME	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Faltas	Observações		
1	Hortência Lacerda		f	p																															0	No dia 25, fez-se	
2	Vicentina de Freitas		f	p																															1	uma prova scripto,	
3	Francisca Alves Filgueiras		f	p																															1	com o seguinte resul-	
4	Antonia Victor Martins		f	p																															0	tudo:	
5	Vera Conceição Trindade		f	p																															0	№ 1 - nota 7	
6	Judith Alves Valério		f	p																															0	№ 2 - nota 8	
7	Maria Celina Lucas		f	p																															0	№ 3 - nota 7	
8	Dinorah Filgueiras Conceição		f	p																															0	№ 4 - nota 5	
9	Mercis Ferreira Lopes		f	p																															0	№ 5 - nota 7	
10	Lara Duarte Pereira		f	p																															0	№ 6 - nota 8	
11	Danuzia Moraes		f	p																															0	№ 7 - nota 7	
12	Antonia Alves de Faria		f	p																															0	№ 8 - nota 8	
13	Maria Rosa Conceição		f	p																															11	№ 9 - nota 7	
																																				0	№ 10 - nota 7
																																				0	№ 11 - nota 7
																																				0	№ 12 - nota 7
																																					A alumna no. 13 não
																																				comparceu: nota 0	
																																				- Fez-se de des an-	
																																				la no dia 28.	
																																				Capanema.	

Figura 3 - Diários de classe de Gustavo Capanema, quando professor da Escola Normal de Pitangui. Pitangui, MG, 1929. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC d 1929.04.00

Apesar do caminho definido que traçara para sua vida, como advogado e professor, a vida lhe reservaria uma surpresa, que o obrigaria a se envolver com a política. Afinal, como bem afirmou Badaró (op. cit., p. 77),

*“Não é fácil fugir do envolvimento político numa pequena cidade do interior. Capanema refletia sobre essa possibilidade, encarando-a com realismo. (...) A cada novo dia sentia-se prisioneiro dos esquemas políticos locais, fosse pela via das consultas constantes a que era obrigado a responder, sobre organização política, educação, legislação sobre municípios e câmara de vereadores, ou pela própria vocação política que ia, pouco a pouco, desabrochando.”*

*“O homem público ia ocupando o lugar do advogado brilhante, cujos pareceres causavam admiração a juízes e promotores designados para a comarca.”*

Esse envolvimento era natural, já que, conforme ressaltou Badaró (op. cit., p. 76),

*“Tido como a ‘mais lídima expressão de sua cultura e de sua vocação política’, no dizer dos jornais da região, a presença de um advogado com fortes ligações familiares e, ainda mais, com um grau de preparo profissional muito além da grande maioria de seus colegas de profissão, era natural que fosse convocado para participar de todos os acontecimentos de natureza política e cultural de Pitangui.”*

Nessa trajetória inevitável, eleger-se-ia vereador em 1927, chegando a presidente da Câmara Municipal, logo a seguir, acumulando uma terceira atividade, acrescendo-a às de professor e de advogado.

Seus amigos mais próximos já o enxergavam maior que os limites da cidade natal. Em um discurso que proferiu em homenagem a Francisco Campos, em uma certa ocasião em que este, já famoso como jurista e como político, esteve em visita a Pitangui, as palavras de Capanema chamaram a atenção do amigo Gabriel Passos, que a ele escreveu, felicitando-o e repreendendo-o ao mesmo tempo:

*“Mas a tua persistência em Pitangui tem qualquer coisa de heróica, como aquelas assentadas valentes diante dos livros. É o que te libertará de Pitangui. Tanto afrontarás a cidade que te tornarás superior a ela. Um dia, ela deixará de existir em ti.”<sup>2</sup>*

## Rumo à capital mineira

No dia 17 de junho de 1929, os parlamentares mineiros e gaúchos selaram o pacto que uniria o Partido Republicano Mineiro – PRM e o Partido Republicano

<sup>2</sup> Carta de Gabriel Passos a Gustavo Capanema, escrita em 28 de março de 1929, citada por Schwartzman em Tempos de Capanema, p. 5

Parecer da primeira comissão de reconhecimento de poderes dos vereadores da Câmara Municipal de Pitangui.

A primeira comissão de reconhecimento de poderes, encarregada de emitir parecer sobre a eleição geral dos vereadores da Câmara Municipal de Pitangui, para servirem no quadriennio que vai de 1927 a 1930, depois de examinados os diplomas respectivos, entendeu de opinar pelo reconhecimento de todos os onze candidatos diplomados pela Junta Apuradora, saberes Francisco José da Silva Campos, Sr. Izauro Epiphânio Pereira, Cel. Antonio Alves Machado, Gustavo Capanema Filho, Sr. Renualdo Lopes Cançado Filho, Sr. Aguiar Lopes Cançado Filho, Cel. Pedro Lino de Souza, Raul Alvarés de Souza Campos, Cel. Bernardo Valladares de Vasconcellos, Jacintho Bahia Duarte e José Baptista de Freitas, porquanto as eleições foram processadas regularmente, estando todos os candidatos acima referidos com votação exclusiva ou superior, entre todos os candidatos que, ao lado de cada um delles, por ventura, foram votados para o mesmo cargo.

Os requisitos exigidos pela lei no. 2, de 14 de setembro de 1891, art. 14 (posse de direitos políticos; saber ler e escrever; idade de 21 annos completos; domicilio e residencia de seis annos) e pela lei no. 837 de 26 de

Figura 4 - Parecer da primeira comissão de reconhecimento de poderes dos vereadores da Câmara Municipal de Pitangui. Pitangui, MG, 1927. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC d 1927.05.12

Riograndense – PRR. O nome de Olegário Maciel foi indicado para a sucessão mineira, com Pedro Marques como seu vice, composição homologada depois, na convenção do partido, realizada em 3 de novembro de 1929.

Cada vez mais ligado a Francisco Campos, e mais envolvido com a política estadual, Capanema terminou por ser convidado a ocupar o cargo de oficial de gabinete de Olegário Maciel, empossado na Presidência do Estado de Minas Gerais em sete de setembro de 1930.

É certo que Francisco Campos influenciou no convite de Olegário a Capanema, mas também é certo que essa não foi a causa e talvez sequer tenha sido o motivo determinante, como se poderia supor.

Ocorre que, por ocasião da eleição, Capanema já se tornara amigo e confidente de Osório Maciel, irmão de Olegário. Solteiro como Capanema, os dois demonstravam afinidade e se relacionavam com certa frequência. Desse modo, quando Olegário foi eleito, as qualidades de Capanema, de homem sério e inteligente, foram levadas a Olegário por Osório.

Dessa forma, e por força de um parentesco um tanto quanto distante, Olegário Maciel enviou uma carta a Capanema, datada de 10 de agosto de 1930, data dos seus trinta anos de idade, vazada nos seguintes termos:

*“Prezado parente e amigo Dr. Gustavo Capanema,*

*Para a constituição do gabinete da Presidência de meu governo, pensei no nome do prezado amigo para o cargo de oficial de gabinete. Venho consultar-lhe se quereria dar-me a satisfação de atender ao meu desejo de vê-lo ocupando aquele cargo. Para sua orientação, comunico-lhe que o oficial de gabinete vence 1:250.000 mensais. Pela atenção de sua resposta, confessa-se, desde já, muito grato quem se subscreve, parente, amigo, cordialmente, Olegário Maciel.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 110).*

A esse convite, Capanema respondeu, no mesmo dia, em carta-resposta enviada pelo mesmo portador:

*“Senhor Presidente, Olegário Maciel,*

*Acabo de receber a carta de Vossa Excelência e com ela o honroso convite para participar de seu governo no cargo de oficial de gabinete da Presidência. Comunico-lhe minha aceitação e, desde já, coloco-me à disposição do ilustre presidente para começar imediatamente as tarefas a mim cometidas. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os protestos de elevada estima e consideração.” (id., p. 111).*

Assim, nove anos depois de avistar Olegário Maciel pela primeira vez, naquela distante convenção do PRM, em setembro de 1921, era chegada a oportunidade de Capanema transformar em realidade as suas aspirações e de poder converter em trabalho e dedicação toda a admiração que devotara à figura do presidente Olegário.

---

Aceito o convite, no dia sete de setembro de 1930 Olegário Maciel tomou posse como presidente do estado de Minas Gerais, e Capanema fazia parte de sua equipe, ao lado de Francisco Campos. Essa situação o levaria a deixar Pitangui e se mudar para Belo Horizonte. Ele tanto *afrontara* Pitangui que se tornara superior a ela e se libertara, cumprindo a profecia de seu amigo Gabriel Passos.

Nesse cargo, de oficial de gabinete de Olegário Maciel, Capanema iria transpor a Revolução de 1930, desencadeada logo a seguir, em outubro.

## Revolução de 1930

A partir de 1922, no final do governo de Epitácio Pessoa, teve início o denominado ciclo revolucionário da República Velha. Sobrevieram a *Revolta dos 18 do Forte*, ocorrida no Rio de Janeiro em 1922; a *Revolta dos Libertadores*, em 1923, no Rio Grande do Sul; a revolução de Isidoro Dias Lopes, em São Paulo, 1924; e, finalmente, a legendária Coluna Prestes, em 1925.

O governo de Artur Bernardes foi, dessa forma, marcado por importantes convulsões político-militares, envolto em um ciclo revolucionário encerrado com a rendição da Coluna Prestes. Esta, sem ter alcançado seu objetivo, de derrubar o governo republicano, serviu para manter viva a chama revolucionária, que atingiria seu apogeu na Revolução de 1930.

O ano de 1929 trouxe a mais profunda das diversas crises enfrentadas pelo governo. O país atravessava uma séria crise econômica, as exportações estavam paralisadas e o financiamento aos cafeicultores estava suspenso em decorrência da quebra da Bolsa de Nova Iorque – o famoso *crack* da Bolsa, ocorrido em fins de outubro daquele ano. Aliada à crise econômica, surgia uma crise política, advinda da quebra do acordo sucessório conhecido como a política do café-com-leite, que desde 1894 alternava o poder entre Minas Gerais e São Paulo.

Encontrando-se Washington Luís em seu terceiro ano de mandato, examinava-se, naturalmente, a questão da sucessão presidencial. Ainda no mês de junho de 1929, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, realizou as primeiras sondagens nesse sentido.

A menção ao nome do paulista Júlio Prestes de Albuquerque como candidato sucessor de Washington Luís, fluminense de nascimento, mas político paulista, disparou o sinal de que o rodízio não seria respeitado. Minas Gerais e Rio Grande do Sul firmaram um acordo pelo qual, se Antônio Carlos fosse preterido na sucessão, seria proposto um nome indicado pelo Partido Republicano do Rio Grande do Sul.

Confirmada a escolha de Júlio Prestes, o descontentamento dos mineiros levou-os à oposição, juntamente com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, formando a Aliança Liberal, de Getúlio Vargas e João Pessoa. Apesar da força adquirida pela candidatura liberal e da adesão maciça dos mais diversos grupos políticos, Júlio Prestes foi eleito presidente da República, a 1º de março de 1930, com posse prevista para 15 de novembro do mesmo ano.

A insatisfação da oposição com o resultado das eleições – suspeitas de fraude – aliada ao assassinato de João Pessoa, fez eclodir a revolução, com o apoio das forças armadas.

Pela revolução, Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1º de março, chegaria à Presidência da República após a deposição de Washington Luís, ocorrida a 24 de outubro de 1930. Nesse intervalo, entre a deposição e a posse, o governo seria exercido pela transitória Junta Governativa Provisória.

Getúlio Vargas chega ao Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1930, pronto para a posse, prevista para o dia 3 de novembro seguinte. As dificuldades advindas da revolução são muitas, e as crises se sucedem em todos os estados da federação. Em meio a uma dessas crises, desencadeada no seio do gabinete Olegário, alguns secretários seriam demitidos, entre eles o secretário do Interior, Cristiano Machado. Para substituí-lo, Olegário pessoalmente convidou Capanema para ocupar o cargo. Chamou-o ao gabinete e disse-lhe:

*“Dr. Gustavo, como o senhor já tomou conhecimento, o Dr. Cristiano Machado pediu exoneração do cargo de secretário do Interior. É uma secretaria difícil, principalmente numa hora em que ainda vivemos o rescaldo de uma grave crise institucional. Pensei muito e cheguei à conclusão de que o melhor nome de que disponho para ocupar aquela pasta é o seu. Desejo nomeá-lo para o cargo de secretário do Interior e comandante da Força Pública.” (apud BADARÓ, op. cit., p.123).*

Dessa forma, Capanema assumiria o cargo de secretário dos Negócios do Interior e Justiça de Minas Gerais, e passava a comandar as polícias estaduais. Segundo suas próprias palavras, “os decretos de minha pasta eram coisas comuns, pequenas aberturas de crédito, perdão, autorização de despesas, nomeações, aposentadorias, coisas assim” (apud SCHWARTZMAN et al., op. cit., 1984, p. 6). Nada com grandes perspectivas culturais, como diria Drummond mais tarde.

Nessa ocasião, Carlos Drummond de Andrade, 28 anos de idade – já poeta, com conceito no meio jornalístico e literário, com trabalhos publicados em diversas revistas, redator do *Diário de Minas*, sob a direção de Abílio Machado, com seu primeiro livro publicado –, que já trabalhava como auxiliar de gabinete do secretário de Interior de Minas Gerais, Cristiano Machado, passa a oficial de gabinete quando seu amigo Gustavo Capanema assume a Secretaria.

Dali em diante, Drummond acompanharia Capanema por longo período, passando pela interventoria interina em 1933 e depois como chefe de gabinete de Capanema no Ministério da Educação e Saúde, de 1934 a 1945. Mas a história de Drummond demanda um outro livro, um outro ensaio.

Quanto a Capanema, o seu grande papel no governo de Minas foi o de ser o homem forte de Olegário, que o teria auxiliado a se manter no poder quando estourou a Revolução de 1930.

Ocorre que, tão logo vitoriosa a Revolução e iniciada a denominada 2ª

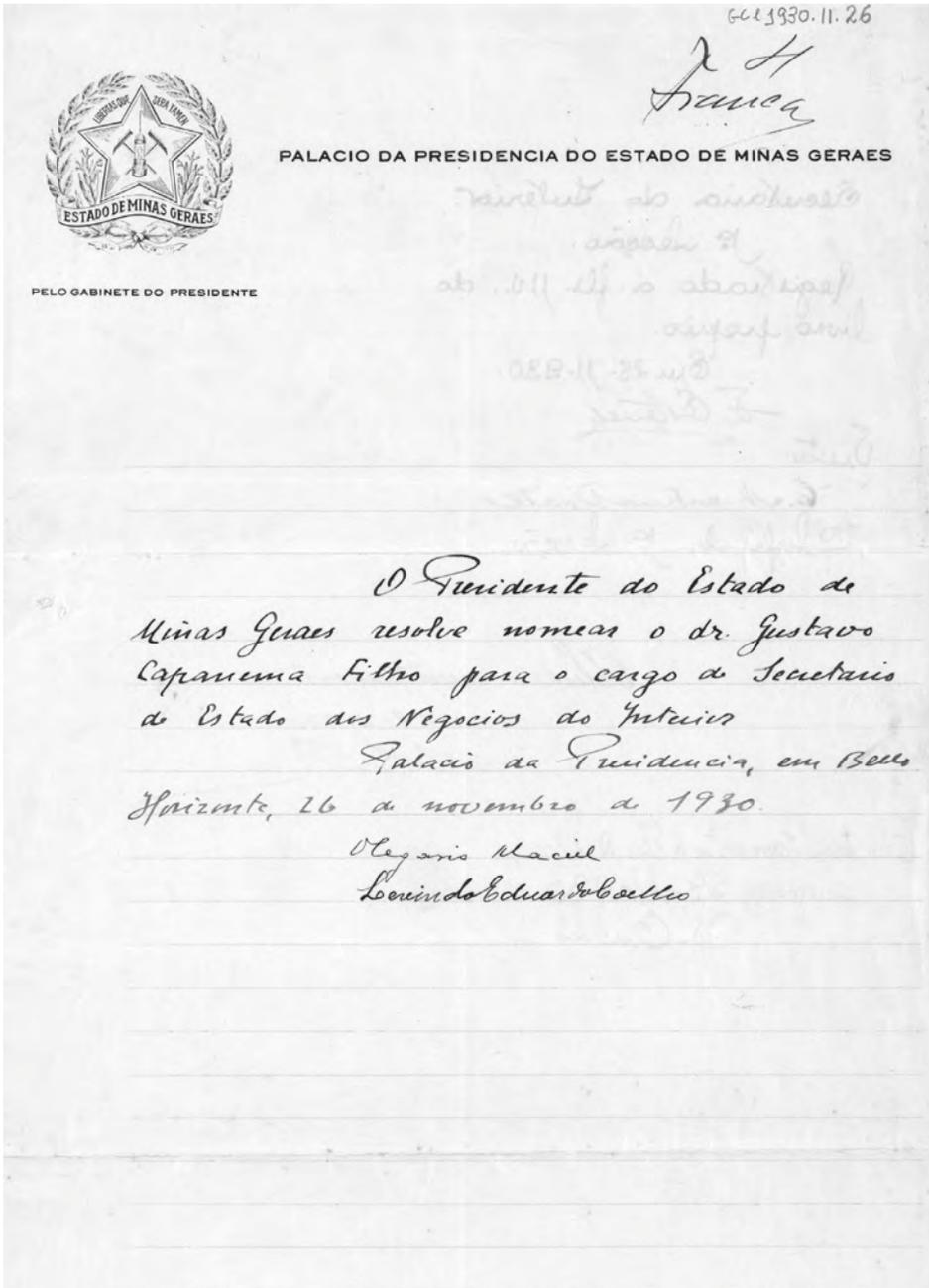


Figura 5 - Documento de nomeação de Gustavo Capanema como Secretário de Estado dos Negócios do Interior de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 26/11/1930. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC e 1930.11.26

República, ou *República Nova*, os primeiros atos do governo Getúlio Vargas mostraram-se de tendência francamente ditatorial. Seguiu-se forte intervenção na vida econômica do país, passando pelo comércio e exportação do café, com forte supressão da liberdade dos negócios, produzindo reflexos perturbadores na situação política.

A Constituição de 1891 foi substituída por uma lei de organização do Governo Provisório, consubstanciada no Decreto nº 19.398, datado de 11 de novembro de 1930.

Nesse cenário, até mesmo os presidentes dos estados que haviam preparado a revolução estiveram com seus cargos ameaçados. Minas Gerais começou a sofrer pressões pela substituição de Olegário. Nessa altura, um fator foi determinante para Minas Gerais: a presença de Gustavo Capanema ao lado do presidente Olegário, e com poderes de mobilizar as forças policiais. Capanema reage energicamente às pressões exercidas sobre Olegário Maciel e chega a enfrentar os líderes da revolução.

Carta datada de 8 de novembro de 1930 dá bem a idéia do que era o pensamento de Capanema a esse respeito. Enviada a Francisco Campos, ainda não nomeado, mas já escolhido para ser ministro de Vargas, a carta rebate as pretensões do Governo Provisório em relação à chefia do poder em Minas Gerais. Capanema preserva o seu próprio lugar, mas, acima de tudo, preserva Olegário e Minas no contexto nacional.

*“O Dr. Olegário entende que não deve ser considerado mero interventor do governo federal, sujeito a exoneração, como no projeto [de reorganização política do país] se declara. É fora de dúvida que a reorganização dos estados tem que ser feita é mesmo por meio de interventores ou delegados do Governo Provisório, livremente demissíveis. Entende, porém, o Dr. Olegário que tal providência não deve ser tomada em relação a Minas e ao Rio Grande, cujos governos, tendo promovido oficialmente a revolução, subsistem depois dela, com a mesma legítima autoridade de que foram investidos pelo povo, que os elegeu. (...) Não se diga que a situação do país está inteiramente transformada e que a medida deve ser de caráter geral. Em Minas e Rio Grande a situação não se modificou, pois ali os chefes de governo foram os próprios chefes revolucionários, tendo procedido como representantes legítimos do povo, o que tudo lhes dá um caráter sem dúvida nenhuma excepcional. Por tudo isso, quer o Dr. Olegário que a sua situação não se modifique, permanecendo com as mesmas prerrogativas e direitos de presidente de Minas, seu chefe revolucionário.” (apud SCHWARTZMAN et al., op. cit., 1984, p. 7).*

De fato, Getúlio Vargas nomearia interventores para todos os estados, à exceção dos que apoiaram a Revolução, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que conservariam os seus respectivos titulares, tendo Olegário Maciel conservado inclusive o título de presidente do estado.

Gustavo Capanema, aos 30 anos, tornava-se peça-chave e a cada dia que

passava revelava-se o homem de confiança do velho Olegário Maciel. Com o aprofundamento de suas relações com o presidente, afastava-se um pouco da influência de Francisco Campos, mas a amizade entre os dois iria perdurar por longos anos, apesar das divergências políticas que logo os colocariam em campos opostos.

A Secretaria de Interior de Minas Gerais seria o primeiro cargo relevante que Gustavo Capanema assumiria em uma longa série de atividades públicas, ora em cargos executivos, ora em mandatos legislativos. Já ali, porém, nos primórdios de sua vida pública, Capanema, com apenas 30 anos de idade, formulava pensamentos que seriam determinantes para a sua carreira e para a sua vida:

*“No princípio de toda ação deve existir um pensamento que a determine, oriente e conduza. Toda ação é de natureza espiritual.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 133).*

Esse raciocínio nortearia toda a sua vida. A ação decorrente de um pensamento orientador seria presente não só na política, mas também na educação, na cultura e na administração pública em geral, entre outras atividades.

## O influente secretário do Interior

O secretário Gustavo Capanema era homem da inteira confiança do presidente Olegário Maciel. Este, em face da idade avançada, delegava a Capanema a solução de diversos assuntos afetos ao governo mineiro, inclusive junto ao governo federal.

Foi, por exemplo, por força da participação ativa de Capanema no governo de Minas Gerais que Francisco Campos foi nomeado ministro da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, conforme se depreende de anotações que Capanema deixou registradas como se fora um diário, escritas em doze páginas de papel timbrado da Presidência de Minas Gerais, mencionadas por Murilo Badaró em sua obra, às fls. 152/3.

Revela-nos Badaró que, das anotações, “percebe-se claramente a total imersão de Capanema nos assuntos do governo mineiro e suas primeiras incursões na alta política nacional”. O autor narra em detalhes os episódios anotados por Capanema, segundo os quais, nos entendimentos havidos acerca da participação de Minas Gerais no governo revolucionário de 1930, aventou-se a hipótese de oferta de um outro ministério ao estado. Segundo os escritos de Capanema:

*“[Oswaldo] Aranha terminou dizendo que Minas poderia ter outro ministério. Aí o [Francisco] Campos largou o fone, dizendo que ia consultar o presidente. Eu [Capanema] tomei o fone para transmitir a resposta do Dr. Olegário. Disse logo ao Dr. Aranha que Minas aceitava o outro ministério que se lhe oferecia e que para este o candidato do presidente era o Dr. Francisco Campos”. (apud BADARÓ, op. cit., p. 152).*

Investido dessa autoridade é que Capanema foi a Getúlio. No dia 5 de dezembro de 1930, fez a primeira viagem oficial ao Rio de Janeiro, onde travou o primeiro contato com o presidente Vargas, no Palácio do Catete. O objetivo da visita era desfazer qualquer sinal de dúvida a respeito da lealdade de Minas Gerais ao presidente e à revolução.

Da rápida audiência que teve com Getúlio, Capanema deixou registrada uma célebre página em sua biografia, em que lançou uma péssima impressão de Vargas. Disse ele:

*“Homem frio, inexpressivo; não achei nenhuma flama, nenhuma simpatia; sem ardor, sem luz; não inspirando confiança; homem impróprio para aquele momento criador; cheio de reticências, de silêncios, de ausência; olhando para cima, não olhando para a gente; um riso sem malícia, mas com maldade; um físico redondo, com pequena estatura, com um ventre dilatado, as pernas apertadas numa calça branca curta; sapatos de fantasia; sem gravidade, sem emoção; uma pronúncia estranha de gaúcho; enfim, uma figura incapaz de seduzir, de incitar ao trabalho, de convocar ao sacrifício, de organizar uma nação apenas saída da fornalha revolucionária.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 155).*



Figura 6 - Olegário Maciel (sentado) cercado por secretários de seu gabinete no dia de seu aniversário. Identificados da esquerda para direita: Carlos Luz (2º) e Gustavo Capanema (3º), Pedro Marques de Almeida (4º) Noraldino Lima (8º). Fotógrafo: Elpidio. Belo Horizonte, MG, 6/10/1932. Arquivo Público Mineiro, Fundo Olegário Maciel, OM 1-101

A respeito dessa descrição que Capanema fez de Getúlio Vargas, disse magistralmente Darcy Ribeiro: “Era o intelectual impostado, olhando, perplexo, o líder popular; a dialética do autêntico e do posticho, do genuíno e do espúrio.”<sup>3</sup>

## A Legião de Outubro

No início do ano de 1931, o ministro da Educação do Brasil, Francisco Campos, promove uma reforma educacional que organiza o ensino secundário e principia a organização das universidades brasileiras, então ainda inexistentes. Essa reforma seria conhecida como a *Reforma Francisco Campos*.

Por essa mesma ocasião, Francisco Campos sugeriu a criação de um partido novo, um partido nacionalista, inspirado nas concepções do nazismo e do fascismo, regimes que ganhavam força na Europa.

Admirador de Campos, Capanema pôs-se a redigir o documento mestre do partido, que surgiria sob a forma de legião revolucionária, com ramos espalhados por todos os estados do Brasil. Alinhado “Manifesto dos mineiros” ou “Manifesto da Legião de Outubro”, em alusão à data da Revolução, 3 de outubro de 1930, o documento terminou assinado por Capanema, Campos e Amaro Lanari, secretário das Finanças.

Criada sob inspiração de Francisco Campos, a Legião de Outubro, na concepção inicial, visava esvaziar o Partido Republicano Mineiro – PRM, comandado pelo ex-presidente Artur Bernardes. De acordo com relato de Capanema, a Legião fora criada em Minas Gerais, por Olegário Maciel, a pedido de Vargas, formulado quando de sua visita a Minas, em fevereiro de 1931, numa atitude extremamente dúbia do chefe do Governo Provisório:

*“O Getúlio falou ao Olegário sobre a fundação da Legião, deve ter pedido que a fundasse. Não ouvi, mas soube depois. Diz-se que foi pedido de Campos. Teria ele querido a Legião? A divisão de Minas? Em seu discurso falou da união de Minas. Duplicidade? Hipocrisia?” (apud SCHWARTZMAN, 1983, p. 10).*

A Legião de Outubro surgiu para ser uma espécie de “Partido da Revolução”, que viria ocupar o lugar dos velhos partidos, notadamente o PRM de Minas Gerais. Deveria ser uma força capaz de garantir sustentação ao governo revolucionário de Vargas. Lançada com pompa e solenidade em Minas Gerais, a Legião tinha, segundo dispunha o documento mestre, neste trecho redigido por Capanema, os seguintes objetivos fundamentais:

*“Defender a vitória da revolução brasileira é combater contra todos os seus inimigos,*

<sup>3</sup> RIBEIRO, Darcy. *Gustavo Capanema, aos trancos e barrancos*, anexo ao discurso do deputado Bocayuva Cunha, in *Homenagem ao senador Gustavo Capanema*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986.

*que são de três categorias: inimigos oriundos do velho regime (os governantes depostos, os aderentes hipócritas e os viciados e corruptos de toda espécie); inimigos existentes no seio da própria revolução (os revolucionários preguiçosos ou críticos e os revolucionários violentos); e inimigos de origem externa (todos os propagandistas e pregoeiros e apóstolos de doutrinas políticas exóticas e inadaptáveis à solução dos problemas brasileiros).” (apud BADARÓ, op. cit., p. 163).*

Todavia, terminou por se caracterizar como uma entidade paramilitar, e essa desvirtuação levou Capanema a divergir de Campos. Na visão de Capanema, a missão da legião era mais de militância política, de suporte ao governo revolucionário. Essa divergência, fundamental, levaria ao abismo doutrinário e prático que se abriria entre ambos.

Segundo Badaró,

*“Enquanto Capanema entendia que o movimento legionário deveria esgotar-se quando fossem colimados seus objetivos, isto é, a estruturação ideológica e doutrinária da Revolução de Outubro, seguida da organização de partidos democráticos que pudessem cumprir os compromissos que lhe deram causa, Campos desejava transformar a Legião de Outubro num movimento com características de formação militar, capaz, por si só, de dar sustentação pela força às idéias que compunham seu ideário político.” (op. cit., p. 164).*



Figura 7 - Legião de Outubro. Belo Horizonte, MG, 1931. Arquivo Nacional, BR RJANRIO PH.0.FOT.5725 (101)

Capanema era dotado de um profundo senso de moralidade no governo. Diversos são os exemplos em sua vida pública de honestidade, de devoção a princípios morais rígidos. No fundo, a Legião de Outubro era, para ele, uma restauração da moralidade, tão desgastada pelos velhos acordos da política paternalista e dos conchavos do café-com-leite. Com efeito, em discursos que proferiu em 12 de março de 1931, Capanema sintetizou o que, pelo menos em sua opinião, deveria ser o espírito da Legião:

*“Pegamos em armas para corrigir costumes políticos deturpados pelos homens sem escrúpulos que haviam tomado conta da coisa pública, e para depurar costumes administrativos, rebaixados a um nível rasteiro de transações e favoritismos. Na esfera política, queremos moralidade; na esfera administrativa, aspiramos por honradez”. (apud BADARÓ, op. cit., p. 165).*

A Legião de Outubro estava prevista para quebrar o predomínio do PRM, mas não iria evoluir como planejaram os seus idealizadores. Ao final, desvirtuar-se-ia em mais um partido de situação, na medida em que abrigava todos os que estivessem com Olegário Maciel. A sua subsequente evolução para o Partido Progressista, com o definitivo esvaziamento do Partido Republicano Mineiro – PRM, iria afastar Campos e Capanema politicamente, como veremos mais adiante.

## A intentona perremista

A criação da Legião de Outubro por Olegário Maciel e Capanema promovia um esvaziamento do PRM. Inconformados com essa situação, os perremistas deram início a uma reação, encabeçada pelo ex-presidente Artur Bernardes. Sucederam-se golpes e contragolpes de ambas as partes. Demissões de simpatizantes perremistas do governo de Minas Gerais, ataques de Bernardes pela imprensa, e diversos outros episódios marcaram aquele período da vida nacional.

O auge da crise estava marcado para agosto de 1931, ocasião em que o PRM prometia uma grande reunião, prevista para ocorrer em Belo Horizonte, em um congresso que se iniciaria no dia 15 daquele mês. O congresso era oficialmente destinado a reorganizar o partido, mas o objetivo principal era tentar depor o presidente do estado, Olegário Maciel, restituindo o poder em Minas Gerais aos perremistas, pela via do golpe de Estado.

Os principais líderes do partido – a maioria acomodada no Grande Hotel, em Belo Horizonte – queriam assumir o governo a qualquer custo, ainda que fosse necessário um golpe. Na noite de 17 para 18 de agosto, os acontecimentos se precipitaram. Os ânimos se exaltaram no plenário do congresso e armou-se o plano.

Capanema recebeu um telefonema em sua casa, às duas da madrugada. Era o coronel Marques, chefe da Casa Militar do governo de Minas Gerais,

advertindo-o de que estava em andamento um golpe para depor Olegário Maciel. Imediatamente, dirigiu-se ao Palácio da Liberdade para se inteirar da situação.

O plano havia partido do gabinete do ministro Oswaldo Aranha, o que, segundo Badaró (op. cit., p. 191), “permitiu a muitos deduzirem que o autor da grande manobra subversiva teria sido Virgílio de Mello Franco”. Virgílio era filho de Afrânio de Mello Franco, ministro das Relações Exteriores de Vargas e muito amigo das famílias de Vargas e de Aranha. Queria ocupar o governo de Minas Gerais a qualquer custo. Conforme relato de Badaró (id., ibid.),

*“Segundo se propalava, Virgílio tentara obter de Vargas a substituição de Olegário. Diante da negativa, resolveram deflagrar a intentona perremista.”*

O ministro Oswaldo Aranha teria telefonado ao comandante da guarnição militar de Belo Horizonte, coronel Assis, do 12º Regimento de Infantaria, dando-lhe ordem para que assumisse o governo do estado, que se encontrava acéfalo.

Antes disso, alguns membros do governo de Minas haviam sido presos, como parte do plano perremista, entre eles o delegado Rogério Machado e o secretário de Agricultura, Ribeiro Junqueira. As prisões visavam conferir ao governo de Minas Gerais um clima e um ar de desestabilização, de falta de comando, para propiciar a deposição.

Como bem recorda Amaral Peixoto, depois da convocação do coronel Assis, e da deposição de Olegário, “chegaria o Virgílio de Mello Franco como salvador, para restabelecer o governo civil em Minas”.

Nessa altura, agiu Gustavo Capanema, secretário de Interior de Olegário e comandante das polícias estaduais. Assim que soube da manobra, Capanema nem “acordou o velho Olegário”, segundo Amaral Peixoto. “Preparou-se, convocou a polícia para proteger o palácio e mandou chamar o coronel Assis. Recebeu-o e declarou: ‘Coronel, quero lhe dizer que se o senhor vier assumir o governo, o Dr. Olegário só o passará se receber ordens do presidente Vargas, e nós não temos esta ordem. Ou o senhor está sendo enganado, ou nós não sabemos o que está acontecendo’.” E investiu pesado para cima do coronel: “Nós vamos atacar o seu quartel.”

Ao amanhecer de 18 de agosto, o coronel Herculano Assunção foi enviado como representante do suposto novo interventor, o comandante do 12º RI, autoridade que lhe teria sido conferida por Vargas. Chegando ao Palácio da Liberdade às 9 horas da manhã, Gustavo Capanema recebeu-o e ouviu, absolutamente tranquilo, a comunicação do enviado, que apelava ao patriotismo dos membros do governo deposto para que entregassem o poder sem derramamento de sangue.

Segundo Badaró (op. cit., p. 190), a resposta de Capanema foi peremptória: “O presidente Olegário não entregaria o governo, pois seu exercício era legítimo e ninguém o deporia pela força”.

Consoante relata Amaral Peixoto, quando viu aquele aparato policial todo, e em face de tamanha resistência, o coronel compreendeu que iria provocar uma

guerra e não quis assumir a responsabilidade, retirando-se do palácio. Tomando conhecimento da resistência, Oswaldo Aranha tentou falar com Olegário Maciel por telefone. Capanema atendeu em nome do presidente de Minas e disse a Aranha que Olegário não entregaria o governo a que fora legitimamente eleito pelo voto popular e que estava em condições de manter a ordem.

Depois, o próprio Olegário telefonou a Vargas relatando o ocorrido e recebeu do chefe do Governo Provisório a solidariedade e o compromisso de desfazer o equívoco. De fato, no dia seguinte, o comandante do 12º RI receberia um telegrama de Getúlio Vargas, em que afirmava: “O presidente Olegário é merecedor da minha inteira confiança.” (apud CAMARGO, Aspásia. Diálogo com Amaral Peixoto. 1986, p. 99).

Por esse episódio se percebe a capacidade de ação de Gustavo Capanema. Aos 31 anos de idade, mal saído da juventude boêmia e irresponsável dos cafés e do curso de Direito, assumiu com brilhantismo e elegância o controle de uma situação que desaguardaria fatalmente na deposição de Olegário e na abertura de uma crise sem precedentes na história de Minas e do Brasil.

Desfeito o golpe, Capanema restituiu a ordem mediante a ação policial, libertando os presos em poder dos perremistas. Como bem ressaltou Badaró (op. cit., p. 191),

*“Estava debelada a tentativa de golpe, uma melancólica aventura para seus autores. Fortaleceu-se o governo do presidente Olegário e aumentou ainda mais a influência crescente de Gustavo Capanema.”*

## O Partido Progressista em Minas

O descontentamento era generalizado no país em relação ao governo de Getúlio Vargas, que nascera provisório, mas que ameaçava tornar-se permanente. As manifestações de insatisfação partiam especialmente de São Paulo, estado que mais sofria com a intervenção federal e com a opressiva presença do governo no comércio de café. Aliado a isso, o Rio Grande do Sul, estado de Getúlio Vargas, dominava o cenário político, do que resultava uma política econômica cada vez mais voltada para o sul, em detrimento dos paulistas.

Esse quadro tornava propício o aparecimento de diversas agitações, merecendo destaque a Revolução Constitucionalista de 1932, irrompida a 9 de julho daquele ano. Os paulistas queriam antecipar os debates em prol da convocação da Assembléia Constituinte. Getúlio, por sua vez, ia protelando a decisão, enquanto preparava o país para o seu governo permanente.

Depois de muita pressão, e já às vésperas de eclodir em São Paulo a Revolução Constitucionalista, Getúlio Vargas cedeu aos apelos e manifestações pró-constituinte e editou decreto em 24 de fevereiro de 1932, aprovando um novo Código Eleitoral para o país e marcando data para as eleições.

A edição desse decreto, seguido de outro, de nº 21.402, de 14 de maio de 1932, fixando a data de 3 de maio de 1933 como sendo a das eleições gerais à Assembléia Nacional Constituinte, não impediu a Revolução Constitucionalista, de 9 de julho de 1932, mas esvaziou-a, fazendo com que Minas Gerais e Rio Grande do Sul se desinteressassem pela frente única que haviam formado com São Paulo.

Enfraquecida, a Revolução de 1932 foi vencida, derrotada em seu aspecto militar. Entretanto, alguns de seus objetivos primordiais foram alcançados, especialmente o da redemocratização do país, com a garantia do retorno das eleições e o fim do regime discricionário de Getúlio Vargas. A História registra que sem a Revolução de 1932 talvez não tivesse havido a Constituição de 1934.

Com a Revolução Constitucionalista de 1932, e a convocação de eleições para 1933, enfraqueceu-se a Legião de Outubro. O seu braço mineiro, os camisas-pardas, era controlado pelo secretário do Interior, Gustavo Capanema, e pelo próprio presidente do estado, Olegário Maciel. Com o fim daquela entidade, surgiu a necessidade de manter uma estrutura que congregasse as elites e que abrigasse os evadidos daquele movimento. Com esse propósito, o próprio Olegário patrocinou a criação do Partido Progressista, por isso mesmo denominado "Partido do Interventor", criado para substituir o Partido Social Nacionalista (PSN), fundado como fruto da fusão da Legião de Outubro com o PRM. Como não poderia deixar de ser, Gustavo Capanema foi o cérebro organizador do partido em Minas.



Figura 8 - Aspectos da atuação do secretário do interior Gustavo Capanema e das tropas da Força Pública mineira durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Gustavo Capanema (de terno, disparando uma metralhadora pesada Hotchkiss). S/L, 1932. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC foto 016-66

---

Na convenção instalada a 21 de fevereiro de 1933, em Belo Horizonte, são eleitos Antônio Carlos para presidente e Gustavo Capanema para vice-presidente do PP. Capanema reina absoluto, conforme se depreende dessa matéria estampada no jornal *Estado de Minas*:

*“É o secretário do Interior quem apresenta maior número de palavras e idéias. Com uma certa ternura mal encoberta pelo fascismo, versado nos modernos autores políticos, católico e amante das belas frases, o Sr. Capanema é quem mais propõe, mais discute e mais fala. Vence freqüentemente.”* (apud BADARÓ, *op. cit.*, p. 209).

Francisco Campos se afasta desse novo partido organizado por Olegário. Gustavo Capanema é um de seus principais líderes e, nessa condição, envolve-se em acirrada disputa contra Campos pelos votos de Pitangui, ambos candidatos à Constituinte de 1933.

Às divergências ideológicas já existentes entre ambos se acresceram outras, partidárias, e abriu-se um enorme abismo entre os dois candidatos. A essa altura, já eram evidentes as diferenças entre eles. De acordo com Schwartzman,

*“Campos foi, sempre, um ideólogo, no sentido de que toda a sua atuação política se fazia a partir de determinadas idéias e concepções que lhe pareciam mais apropriadas para a época e para o jogo político no qual se envolvia. Capanema, sem deixar de ser também um homem de idéias, parecia mover-se muito mais pelas contingências do dia a dia, em uma estratégia de conciliação, de conservação e acúmulo de poder que, no final, se mostraria bastante realista e efetiva, ainda que acarretasse uma perda de autonomia e independência.”* (op. cit., 1984, p. 13).

Magoado com o rompimento e com a disputa por votos, Francisco Campos escreve a Capanema:

*“Capanema, você não tem o privilégio do serviço de investigação e vigilância. Estou inteiramente a par das providências tomadas por você em relação a Pitangui. Não estranho que você peça votos para o PP e peça votos contra mim. Está no seu direito. Nem lhe peço nenhum tratamento de favor. O que, porém, me surpreende é que você pretenda capitular de crime qualquer ato de nobreza da população de Pitangui para comigo. (...) Você intima Pitangui a me negar pão e água, como a um aventureiro de estrada. Você exige que eu não tenha entrada na casa paterna; que, nela e entre os meus, eu seja tratado como inimigo e como réprobo. (...) O que mais me comove, porém, Capanema, é que você, valendo-se de sua situação ocasional, queira impor a Pitangui um ato de tamanha indignidade, como o de, em troca dos vinténs que você lhe pode dar, entregar ao Antônio Carlos a sua alma e o seu coração, considerando indigno de reprovação e de castigo aquilo, exatamente, que distingue uma sociedade de homens de um aglomeramento de animais. (...) Você intima Pitangui a ser ingrato, insensível e brutal. Você não lhe reconhece o direito de ter alma. Privando-o de alma, você terá*

---

*dado à vingança de Antônio Carlos a mais completa satisfação. (...) Que inveja teria de você, se não fosse a pena que sinto de Pitangui e, particularmente, de sua mocidade e inteligência. Que dia não anuncia esta madrugada? Do amigo e admirador, Francisco Campos.” (apud SCHWARTZMAN et al., op. cit., 1984, p. 12).*

A carta de resposta de Capanema a Campos dá bem a idéia de seu caráter. Datada de 29 de abril de 1933, é vazada nos seguintes termos:

*“Doutor Campos, a sua carta me acusa de uma vilania. Não a cometi. (...) Não trabalhei direta ou indiretamente para que as portas do lar pitanguiense lhe fossem fechadas ou para que os votos do reconhecimento, da amizade ou da admiração lhe fossem negados na sua, na nossa terra. Muito menos pronunciei uma palavra que significasse despreço pela sua admirável figura, ou desrespeito pelos seus preclaros antepassados. O que fiz e estou fazendo, com firmeza e clareza, é dizer aos seus conterrâneos, correligionários do Partido Progressista – de que sou um dos chefes –, que a orientação que lhes dou é a de votarem integralmente na chapa desse mesmo partido. (...) Estou cumprindo o meu dever, o qual é ainda mais belo porque mais duro de cumprir e porque contraria os impulsos do coração. O senhor está envenenado pela intriga e exacerbado pela paixão. É pena que um homem de seu gênio, talhado para conduzir uma geração inteira de moços de ação e de cultura, não seja capaz da apolínea serenidade de um verdadeiro homem de Estado.” (id., p. 13).*

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte transcorreram normalmente. Capanema foi eleito deputado federal e prosseguiu no governo de Minas Gerais, como secretário de Interior de Olegário, até a posse, prevista para 15 de novembro de 1933.

## A difícil sucessão de Olegário Maciel

Com os trabalhos da Constituinte em andamento, Olegário Maciel falece, em 5 de setembro de 1933. Capanema estava em viagem pelo interior do estado e regressa imediatamente a Belo Horizonte, para assumir o comando das providências destinadas às homenagens e honras fúnebres ao presidente falecido.

Conta-nos Amaral Peixoto que Oswaldo Aranha teria dito a ele, a João Machado, ao Estado-Maior de Getúlio Vargas: “Está na hora de o Getúlio botar a mão em Minas, nomear um homem para lá. Só pode ser o Virgílio [de Mello Franco].” (apud CAMARGO, op. cit., p. 99/100).

Gustavo Capanema era a escolha natural para a sucessão. Secretário de Olegário, dentre todos talvez o mais íntimo do interventor, amigo e companheiro de todas as adversidades políticas, assumiu o cargo interinamente. Mas essa escolha não se daria de forma tranquila. Conforme o depoimento do deputado

Israel Pinheiro Filho<sup>4</sup>, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais no período anterior à eleição de Olegário, de 1926 a 1930, pressentindo que não conseguiria eleger seu sucessor, tratou de indicar um vice de sua confiança para compor a chapa com Olegário Maciel. Nesse sentido, indicou Pedro Marques, então prefeito de Juiz de Fora. Antônio Carlos partia do princípio, segundo Israel Pinheiro, de que o candidato Olegário Maciel não chegaria ao final do mandato, em virtude da idade avançada e das más condições de saúde que já apresentava ao ser eleito.

De fato, Olegário Maciel veio a falecer antes de terminado o mandato, mas, “para desespero do astuto Antônio Carlos”, seu plano fracassou porque o vice Pedro Marques falecera um ano antes de Olegário. Com isso, quem assumiu o governo no primeiro momento foi o substituto eventual do presidente Olegário, o secretário de Interior, Gustavo Capanema.

Israel Pinheiro Filho narra, então, o depoimento de seu pai sobre o episódio da sucessão mineira. Segundo ele, Capanema retraiu-se na sua comunicação ao presidente Getúlio Vargas, que viajava de navio para Recife quando recebeu telegrama de Capanema nos seguintes termos: “Comunico falecimento ilustre Presidente Olegário Maciel e assumo interinamente o governo de Minas.”



Figura 9 - Gustavo Capanema (de óculos e terno preto, ao centro), Washington Pires (à esquerda de Capanema) e outros durante o sepultamento de Olegário Maciel. Belo Horizonte, MG, 7/9/1933. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC foto 026-2

4 Depoimento prestado na Câmara dos Deputados na sessão de 28 de novembro de 1985, convocada em homenagem ao senador falecido, Gustavo Capanema.

Na opinião de Israel Pinheiro Filho,

*“Se prevalecesse a figura do político oportunista e não do romântico, a expressão interinamente não constaria do texto, e o Presidente Getúlio Vargas teria dificuldades em substituí-lo. Afinal, o poder político e militar de Minas, na época, não era desprezível.” (Homenagem ao senador Gustavo Capanema, 1986, p. 10).*

Como ressaltou Badaró (op. cit., p. 214), Capanema “passou a exercer a Presidência do Estado com a cautela e a prudência exigidas pela hora. Começou a articular as forças políticas estaduais em seu favor, de forma discreta e reservada”. Nessa ocasião, Capanema teria afirmado, conforme manchete estampada no *Estado de Minas*

*“Eu não sou o interventor. Não me considero nesta posição. Sou o secretário do Interior, exercendo, durante alguns dias, por ordem do chefe do Governo Provisório, as funções de interventor.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 214).*

Recebida a notícia, Getúlio Vargas designou Amaral Peixoto e João Machado para que fossem a Minas Gerais para as solenidades fúnebres de Olegário e para que sondassem como estava a disputa pela sucessão.

Assim que chegaram, os emissários sentiram logo o ambiente. Capanema não era unanimidade. Havia dois grupos distintos, mais fortes, que pleiteavam o cargo de Olegário. Um deles, composto pelos líderes mais antigos do PRM, apoiava Virgílio de Mello Franco, que contava com o apoio de Oswaldo Aranha, homem forte do governo de Getúlio Vargas. O outro grupo, mais novo, com menos tempo de política, apoiava Gustavo Capanema, que, por sua vez, era fiel ao governo da Revolução e que contava, ainda, com o apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha. Havia uma terceira via, representada pelos que apoiavam o então ministro da Educação de Vargas, Washington Pires, mas que não chegava a ser expressiva.

O quadro sucessório de Minas Gerais era extremamente difícil e cada lance representava muito. No enterro de Olegário, segundo Amaral Peixoto, Capanema fez um bonito discurso, diante da sepultura do presidente falecido. “Fez o elogio da mocidade do Olegário, quando a mocidade era ele.” (apud CAMARGO, op. cit., p. 100).

Naquele momento, Amaral Peixoto, então aos 28 anos de idade, ajudante de ordens de Vargas, traçou o seguinte perfil de Gustavo Capanema, revelado mais tarde, em 1984, no livro depoimento:

*“O Capanema apresentava suas pretensões, mas sempre com muita dignidade. Gosto muito dele e acho que é um homem muito correto, embora um pouco ingênuo. Tinha feito uma carreira muito rápida: de oficial-de-gabinete do Olegário, passou a secretário do Interior e o substituiu interinamente. Sua vantagem era já estar no cargo.” (apud CAMARGO, op. cit., p. 100).*

---

Enterrado o presidente Olegário, Capanema manteve-se interinamente no cargo de interventor, posição que conservaria por três meses, até que viesse a nomeação do sucessor.

A disputa pela sucessão polarizava as opiniões entre Capanema e Virgílio. A esta altura, Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, veio a Belo Horizonte para uma visita a Capanema. Em longa audiência, Capanema contou-lhe que Getúlio mandara dizer a ele que agisse no governo como se fosse titular, e que mantivesse a administração sem interrupções por causa da crise derivada da morte de Olegário.

Segundo Badaró (op. cit., p. 216), “exuberante, Flores acenou-lhe com a certeza de que iria lutar para a sua permanência, mas que mantivesse ‘os cavalos arreados’, para evitar qualquer surpresa”. Ainda segundo o autor, “Flores conhecia bem Getúlio; confiava nele, mas com uma pitada de desconfiança.” (id., ibid.).

Mas a disputa seria extremamente dura, pois do outro lado estavam Virgílio, Aranha e Afrânio.

Getúlio Vargas assumiu a condução do processo sucessório. Vargas tinha uma forte tendência à nomeação de Virgílio, uma vez que seu pai era o ministro das Relações Exteriores e o seu padrinho era o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, além do fato de que, conforme já mencionado, Getúlio privava da amizade das duas famílias.

Assim que essa tendência foi ganhando vulto e se tornando pública, crescia o inconformismo de Capanema, que foi ao Rio de Janeiro, junto com Flores da Cunha, que chegava de Porto Alegre, a fim de que, juntos, buscassem convencer Getúlio a não nomear Virgílio.

Certa noite, segundo Amaral Peixoto, Vargas mandou chamar Capanema e Virgílio ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro. “Estiveram com ele, saíram, escreveram um documento, assinaram e mandaram lhe entregar”, de acordo com Amaral Peixoto, que ouviu do próprio Capanema a explicação de que no documento eles se comprometiam a aceitar a solução que Vargas desse ao caso, nomeando um ou outro. Ainda segundo Amaral Peixoto,

*“(...) os dois se entendiam, quem não se entendia eram o Oswaldo e o Flores. Se o Dr. Getúlio nomeasse um, seria o seu rompimento com o padrinho do que não fosse nomeado. Os padrinhos não abriam mão porque tinham em vista uma coisa maior: a sucessão do Dr. Getúlio [em 1934].”*

Mas Getúlio Vargas não iria atender nem a um nem a outro dos padrinhos de Capanema e Virgílio. Posto em confronto, Vargas negou a ambos que houvesse decidido algo e alegou que aguardava lista múltipla proveniente do Congresso. Na verdade, já estava de olho em um quarto nome – Benedito Valadares –, dispensando os dois candidatos da mesma forma que dispensara o terceiro, seu ministro da Educação.

Murilo Badaró nos revela os detalhes da escolha do novo interventor de Minas Gerais. Benedito Valadares não era propriamente um desconhecido. É certo que

---

era um parlamentar de atuação discreta, cujas pretensões não iam muito além de tentar manter um bom relacionamento com a bancada, e de buscar uma vida com mais conforto financeiro. Não passava disso. Possivelmente jamais tenha lhe passado pela cabeça naqueles tempos a idéia de vir a ser o interventor de Minas Gerais.

Entretanto, isso não fazia dele um desconhecido; pelo menos não para Getúlio Vargas. Ocorre que Benedito Valadares era concunhado do major Ernesto Dorneles, primo de Vargas, e obtivera, por intermédio deste, uma audiência com o chefe do Governo Provisório.

O ser humano tem uma lógica inexplicável, uma alquimia que às vezes faz com que pessoas estranhas se atraiam, enquanto outras, de relacionamento mais próximo, sequer troquem cumprimentos. Por uma dessas razões inexplicáveis, Vargas se entendeu muito bem com Valadares.

Em seu trabalho, amparando-se em grande parte na versão do próprio Benedito Valadares, posta em seu livro *Tempos idos e vividos*, Badaró relata que o deputado principiante teria iniciado um relacionamento mais próximo de Vargas, marcando audiências com maior frequência.

Na opinião de Badaró (op. cit., p. 218),

*“O estilo e o nome de Benedito, inteiramente desvinculados de grupos ou facções na bancada federal e na política de Minas, começavam a se justapor ao perfil que, na intimidade de seu pensamento, Getúlio começava a debuxar para o substituto do presidente morto.”*

Desse relacionamento, Vargas teria designado Valadares para uma missão especial: convencer Capanema a permanecer na interventoria interina. “Interinos são todos, pois podem ser exonerados a qualquer momento. Diga isso ao Capanema, pois estou com dificuldades para fazer sua nomeação.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 218).

Valadares teria ido a Capanema, não sem antes relatar o episódio ao líder Antônio Carlos, que a tudo ouviu, num misto de surpresa e perplexidade, ao constatar que Vargas estava discutindo questões tão cruciais para Minas com o deputado principiante.

Ainda dotado de pouca habilidade política, Valadares fracassou em sua missão de convencer Capanema, mas assim mesmo manteve alto o seu prestígio com Getúlio Vargas.

Nos momentos finais da sucessão, Capanema e Virgílio foram ao Palácio para se encontrar com Getúlio. As negociações se intensificavam e a decisão se tornava cada vez mais difícil. Entrava já o mês de dezembro de 1933, três meses passados desde a morte de Olegário Maciel, e ainda nada de uma solução definitiva para Minas Gerais.

Nessa altura, dentro do processo que buscava redemocratizar o país, em 15 de novembro de 1933 já se havia instalado a Assembléia Nacional Constituinte,

no Palácio Tiradentes, encarregada de discutir e votar o projeto de Constituição a ela encaminhado em 10 de novembro, recém-aprovado, a 6 de novembro, por comissão especialmente designada por Getúlio Vargas para este fim.

Buscando conferir legitimidade ao procedimento sucessório em Minas Gerais, Vargas determinou a Antônio Carlos que convocasse a bancada mineira e compusesse uma lista com alguns nomes, de onde tiraria o interventor. Esta se iniciava com os nomes dos dois principais candidatos: Virgílio e Capanema. Além desses, nela constava o nome de Carlos Luz e o de outras figuras destacadas de Minas Gerais.

Segundo Amaral Peixoto, Getúlio Vargas leu a lista e disse: “Inclua aí o nome do Benedito Valadares, que é um deputado novo, atuante, para estimulá-lo.” A inclusão de Valadares era supostamente desprovida de qualquer valor, ou, segundo se dizia à época, como “dois de espadas”. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente da Assembléia Nacional Constituinte de 1933, político experiente, presidente do Partido Progressista, maior representante político de Minas daquela época, logo percebeu a intenção de Vargas e vieram à sua mente as lembranças daquelas primeiras reuniões de Benedito Valadares com Getúlio Vargas.

Antônio Carlos, então, levou a lista de volta, leu os nomes acordados com Vargas e por fim disse, segundo Amaral Peixoto: “E por último, o nosso brilhante colega, extraordinário homem público, Dr. Benedito Valadares.” Houve, então, um espanto generalizado da assistência, que lhe perguntou: “Por que o senhor fez isso?” Ao que ele respondeu: “Porque a essa hora ele já está nomeado. Se o homem mandou colocar na lista é para nomear; não havia de ser só para figurar.” (apud CAMARGO, op. cit., p. 101).

De fato, Benedito Valadares foi nomeado interventor de Minas Gerais, para surpresa geral de (quase) todos, notadamente: Francisco Campos; Virgílio e, principalmente, Gustavo Capanema. Quando finalmente saiu a nomeação no Diário Oficial, houve um espanto geral por parte daqueles mais afastados. Valadares foi nomeado em 12 de dezembro de 1933, apesar de ser considerado um político de segunda linha dentro da política de Minas Gerais e quase desconhecido nacionalmente.

Em seu diário, Getúlio Vargas deixaria esta página a respeito da escolha inusitada de Benedito Valadares:

*“Por que escolhi o Sr. Benedito Valadares? Porque todos tinham candidatos e queriam apenas que eu adotasse as preferências alheias. Só eu não podia ter candidato, e pensei que deveria tê-lo. Escolhi esse rapaz tranqüilo e modesto, que me procurou antes, sem nunca pensar que seu nome pudesse ser apontado como interventor. O Sr. Benedito Valadares tomou posse no cargo, já tratou da organização do seu governo, e segue amanhã para Belo Horizonte. Fica no meu espírito apenas um receio de que possa não corresponder à sua missão, pois os Srs. Oswaldo e Luís Aranha, Virgílio de Mello Franco e Capanema afirmam que ele é um débil mental, um imbecil, desmoralizado, e que sua nomeação é equivalente à de Pingó.”* (apud BADARÓ, op. cit., p. 228).

---

Com a nomeação de Valadares, Afrânio de Mello Franco, contrariado, deixou o Ministério das Relações Exteriores e a vida pública. Oswaldo Aranha deixaria também o Ministério da Fazenda, deixando de articular em nome do governo na Assembléia Nacional Constituinte de 1933, como vinha fazendo (retornaria depois, em janeiro de 1934). Flores da Cunha também não se conformou.

Apesar de ter ficado sem saber o rumo que iria tomar, o único que se conformou com a situação foi Capanema, e talvez por isso mesmo tenha subido no conceito de Vargas, sendo nomeado Ministro da Educação dali a poucos meses. Bem a propósito de situações como essa é que Capanema cunhou um pensamento que diz: “Nas coisas políticas, o imprevisível não raro acontece.” (CAPANEMA, 1983, p. 50).

Capanema estava magoado, mas conformado. De volta a Belo Horizonte, proferiu um emocionado discurso, falando de improviso, na praça de Liberdade. A seguir, passa o cargo a Valadares e se vê em enormes dificuldades financeiras.

Vejam a estatura moral desse homem. Secretário do Interior e Justiça de Olegário Maciel durante longo tempo, comandante das forças policiais do estado, interventor interino por cerca de três meses, hábil administrador e conciliador incomparável, Capanema deixa o governo de Minas Gerais em dezembro de 1933, ainda morando de aluguel, e se encontra, conforme narrado por Badaró (op. cit., p. 232), “sem recursos para prover as necessidades mínimas da casa, sem dinheiro para o aluguel de janeiro (...)”. É de impressionar a diferença entre os políticos de ontem e certas figuras de hoje.

Com a posse de Valadares e o afastamento de Capanema do governo de Minas, termina essa fase de sua vida, transcorrida na política mineira. Desse ponto em diante, irá sobressair a personalidade cultural de Capanema, acima da atividade política, em decorrência de sua assunção ao cargo de ministro da Educação, em 1934, no qual permaneceria até 1945.

Será hora de avaliarmos, então, a contribuição de Gustavo Capanema sob o aspecto intelectual, de modo a confrontarmos essas suas duas vivências e estabelecermos o que de fato o projetou na história nacional e o que o faria manter-se, ainda hoje, presente na memória do povo brasileiro, buscando responder aos questionamentos que formulamos antes: Gustavo Capanema foi político ou foi intelectual?

## O político fazendo cultura

A partir deste ponto, vamos analisar a atuação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, cargo que exerceu de julho de 1934 a outubro de 1945. Naquela pasta, Capanema teve destacada importância não só para a educação, mas também para a cultura brasileira.

Em texto intitulado *Gustavo Capanema e a educação brasileira*, elaborado para o seminário “Gustavo Capanema: Política, Educação e Cultura”, realizado em

---

Belo Horizonte, nos dias 7 e 8 de agosto do ano de 2000, Simon Schwartzman procura analisar o papel de Gustavo Capanema na montagem do nosso sistema educacional e para isso faz breve retrospecto da educação na história do Brasil. Segundo o autor, “a tradição brasileira, desde o Império, sempre foi a de que o governo central se preocupava com a educação superior e a ciência, deixando para a Igreja, para as províncias, e principalmente para ninguém, a educação da população.” Em 1934, quando Capanema assumiu a pasta da Educação, “o Brasil continuava um país de analfabetos, mas o tema da educação pública já começava a preocupar”. Schwartzman introduz a questão da mudança por que passou a educação nacional naqueles primeiros anos da década de 30, citando como fator determinante o movimento da Escola Nova, de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, principais signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932.

Não se discute a importância do movimento escolanovista na transformação por que passou a educação naquele momento. E nem é questão saber se Capanema era ou não adepto das idéias daqueles pioneiros. Segundo o autor, “a contribuição principal de Capanema na área da educação talvez tenha sido a de manter esta agenda presente no governo federal ao longo dos anos subsequentes”.

Essa contribuição de que nos fala Schwartzman, de “manter presente essa agenda”, seria a manifestação de uma das mais caras qualidades de Gustavo Capanema, traço marcante de sua personalidade, fruto de sua experiência política anterior, e característica que se observa ao longo de toda a sua obra: a capacidade de conciliação. Graças a esse verdadeiro dom, Capanema conseguiu extrair os fundamentos da Escola Nova e conciliá-los com a orientação católica à direita, emanada dos conselhos de Alceu Amoroso Lima. Dessa forma, se permitia reunir os extremos, agregar as forças opostas para a obtenção de um objetivo maior, acima das disputas comuns de todos os seus conterrâneos. Era, sem dúvida, uma visão futurista e extremamente avançada e que traria enorme contribuição à cultura e à educação do país.

Para estudar a atuação de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, é preciso não esquecer que, quando ele assumiu a pasta, vivíamos um processo de transição, aberto com a Revolução de 1930. O país estava abandonando ultrapassadas estruturas da República Velha e se encontrava ainda sem um padrão definido em que pudesse se espelhar. Nesse cenário, surgiram diversos movimentos novos, diversas correntes de idéias e movimentos sociais que tiveram lugar no princípio da década de 30, podendo-se citar, entre eles: no meio religioso, o movimento católico do centro D. Vital; na política, o integralismo, o comunismo, o Estado Novo; nas artes, o movimento modernista; sob o aspecto militar, o tenentismo; na educação, a Escola Nova e o surgimento das universidades.

É, pois, em meio a essa ebulição, em uma efervescência que se fazia sentir tanto no meio político quanto junto à sociedade civil, que Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação. Com o país sacudido por todas essas transformações

políticas e sociais, é preciso, antes de qualquer análise ou crítica, ressaltar a intenção de Capanema. Ao final se concluirá, inevitavelmente, que os aspectos culturais, artísticos e inovadores daquele difícil momento da vida nacional somente se salvaram graças às suas corajosas ações.

Embora tenha sido sempre muito criticado pelo fato de fazer parte de um governo que assumiu uma feição ditatorial, é preciso não esquecer que, conforme ressaltou Schwartzman,

*“Independentemente das decisões e opções que ele tenha feito em algum momento, por razões próprias da época e das influências sobre as quais viveu, Capanema tinha um interesse e um envolvimento sincero com as questões da educação e da cultura (...)”*  
(SCHWARTZMAN, Gustavo Capanema e a educação brasileira, 2000, p. 4

Habilidoso no trato com o ser humano, Capanema cuidava sempre de prestigiar Getúlio Vargas de forma a que o presidente o apoiasse em suas ações no Ministério. Alvo de muitas críticas da incompreensão da oposição, que não aceitava esse comportamento, Capanema aproveitava diversas ocasiões para buscar apoio de Vargas. Certa ocasião, em 3 de outubro de 1939, em meio às comemorações pelo segundo aniversário do Estado Novo, Capanema proferiu um discurso intitulado *Revolução e Renovação*, em que procurava explicar a evolução da Revolução de 1930 para o Estado Novo.



Figura 10 - Aspectos de atividades desenvolvidas pela Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. São Paulo, SP, 1938. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC foto 485-51

---

Naquele discurso, classificou o presidente como o grande personagem responsável pelo sucesso da Revolução e do Estado Novo, compondo a “casa nova dentro da casa velha”. Depois de lhe traçar um perfil extremamente favorável, disse Capanema que Vargas

*“(...) está continuamente submetido ao juízo de seus concidadãos. Como todo homem de altas qualidades, é um homem exposto ao debate e à controvérsia, e, como todo chefe de primeira categoria, é objeto do elogio e da agressão.” (CAPANEMA, Os grandes dias do Brasil Novo, 1939, p. 17).*

Embora incompreendido por essas atitudes, esse é o seu grande mérito. Se não fosse ele, se não fossem as suas ações corajosas adotadas no Ministério, talvez nada tivéssemos. Com suas habilidades, intelectuais, políticas e humanísticas, fez o muito dentro do pouco que o governo ditatorial de Getúlio Vargas permitia, e é por isso que cultuamos sua memória. É por força desse interesse sincero que passou à História como homem voltado à cultura, como intelectual. Cabe-nos, então, examinar de que forma evoluíam suas ações culturais.

Em sua gestão como ministro da Educação, entre seus diversos feitos estão a reorganização administrativa do Ministério da Educação e Saúde Pública, com a criação de diversos órgãos, entre eles o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, depois convertido em Instituto, e o Instituto de Estudos Pedagógicos. São dessa época também, de sua gestão à frente da pasta da Educação, a organização do ensino primário, a reestruturação do ensino superior e a reforma do ensino secundário e profissional, com a implantação de escolas técnicas.

De todas as realizações, porém, aquela que mais profundamente marcou a passagem de Capanema pelo Ministério da Educação, e que de modo mais visível e duradouro permanece na memória do povo brasileiro, foi a construção do prédio do Ministério, hoje batizado *Palácio Gustavo Capanema*. Realmente, o marco de sua administração pode ser descrito hoje como sendo a construção daquele prédio. Entretanto, conforme ressaltou Oscar Niemeyer,

*“(...) Mas o prédio do Ministério da Educação e Saúde não foi a sua única preocupação. Ao ensino, às artes plásticas, à preservação dos nossos monumentos ele deu também o melhor de sua atenção. Não fosse ele, o nosso acervo histórico e artístico estaria degradado, e Ouro Preto, Congonhas, Olinda etc., perdidos para sempre. A ele, que criou o SPHAN, e a Rodrigo, que tão bem o conduziu, coube esse trabalho magnífico, reparando as obras existentes, acabando com a pilhagem que dizimava as velhas igrejas deste país.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 496).*

Para uma síntese do que foi a sua atuação como ministro da Educação, vejamos o que nos disse Amaral Peixoto, em discurso proferido em 12 de junho de 1985,

---

*“É nesse ministério que Capanema terá a oportunidade de demonstrar o seu talento, descortino na ação administrativa e capacidade no trato de questões significativas para o país. Retoma os trabalhos das campanhas sanitárias; inicia os estudos para a criação da Universidade do Brasil e a construção do edifício-sede do ministério, no Rio de Janeiro. De outra parte, acompanha, com o maior interesse, os debates que se travam sob a orientação do sistema educacional brasileiro, procurando manter-se neutro entre as posições dos educadores da chamada Escola Nova, que defendia uma escola igualitária, sob a responsabilidade do Estado, e aqueles que, defendendo o ensino religioso, defendiam também a liberdade do ensino livre da tutela do Estado.” (PEIXOTO, 1985, p. 14).*

Era, como se vê, um trabalho de fôlego levado adiante por Gustavo Capanema, esforço que verdadeiramente fazia com que o Ministério da Educação sobressaísse aos demais, ou, como na feliz expressão de Darcy Ribeiro, “uma luz dentro do Estado Novo”.

Vejamos por partes a realização de Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública, a começar pelos detalhes de sua nomeação para o cargo.

## A nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério

Depois que Benedito Valadares foi nomeado interventor de Minas Gerais, Capanema enfrentaria uma fase difícil, de ostracismo. Em busca de melhores oportunidades em seu recomeço, viajou para o Rio de Janeiro. Desiludido, escreve à esposa, em carta datada de 7 de janeiro de 1934:

*“O que me parece mais acertado neste momento é não cogitar da política. Eu estou sobrando. Iniciar a advocacia, eis a solução que me parece possível.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 233).*

Nesta difícil fase de sua vida, reponta forte a figura de Alceu Amoroso Lima, que se tornaria uma espécie de orientador de Capanema. Segundo Schwartzman, “em 1934, perdida a chance da interventoria em Minas, é a Alceu Amoroso Lima que Capanema se dirige, buscando um caminho de volta à vida política” (op. cit., 1984, p. 15).

Alceu, no entanto, não lhe traz alento, conforme atesta esta carta, dirigida a Gustavo Capanema, datada de 5 de março de 1934 (apud SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 15):

*“Infelizmente, nada de novo posso comunicar-lhe sobre o assunto de que aqui falamos antes de sua partida. O meio oferece grandes dificuldades por estarem ocupadas todas as posições. Creio que em Belo Horizonte será mais fácil o prosseguimento de sua tarefa*

---

*de advogado, à espera de dias melhores. Continuo, entretanto, atento, e à mínima oportunidade lhe comunicarei o que houver.”*

No mês seguinte, abril, em outra carta, Amoroso Lima transmitia a Capanema uma grande lição:

*“Não é sem sacrifícios que se consegue a autoridade para conduzir os povos e é na adversidade que se forjam os caracteres chamados a essas difíceis posições de mando. O momento que você está atravessando corresponde ao da adolescência, isto é, aquele em que mais facilmente somos vítimas das paixões e em que tudo o que fazemos marca para toda a vida. Você teve a infância de sua vida política coberta de rosas. Chegaram agora os espinhos, e você provará se pode passar além, vencendo as circunstâncias como anteriormente fora por elas conduzido. Por isso digo que o momento é o mais delicado de sua vida de homem público. Deus o ilumine e ampare.” (id., ibid.).*

Dali a três meses, contudo, a situação se transformaria por completo. Concluídos os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição do Brasil, que teria vida curta, e que fora inspirada no modelo alemão, da República de Weimar, de 1919, e na Constituição espanhola de 1931. A mesma Carta Política tratou de regularizar a situação do Governo Provisório e Getúlio Vargas foi eleito para cumprir o mandato presidencial no período compreendido entre 1934 e 1938, em continuação ao cargo de chefe do Governo Provisório, que exercia desde 3 de novembro de 1930, quando tomou o poder.

O país contava, então, com 1,5 milhão de eleitores, mas somente 248 votos definiriam a disputa pela Presidência da República. Getúlio arrebanha 175 deles contra 59 do caudilho gaúcho Borges de Medeiros, 4 do general Góis Monteiro, ministro da Guerra, 2 do almirante Protógenes Guimarães, ministro da Marinha, e 8 votos isolados. Percebe-se que foi uma eleição assaz representativa e empolgante.

A posse de Getúlio Vargas estava marcada para 20 de julho de 1934. Nessa altura, o nome de Capanema começou a aparecer no noticiário político com uma certa insistência, como uma das opções para compor o ministério. Ele mesmo, Capanema, não articulava nada. Envolto em enormes dificuldades financeiras, corria o risco de nem mesmo ir à cerimônia. Superados os obstáculos, todavia, embarcou para o Rio de Janeiro.

No dia 23 de julho, recebe a notícia que mudaria sua vida e seu destino: Getúlio Vargas o convida para ser ministro da Educação e Saúde Pública. O convite veio por intermédio de Flores da Cunha, o mesmo Flores da Cunha que lutara por sua manutenção na interventoria de Minas Gerais, seis meses antes, e que tanto se desgastara com Getúlio Vargas por conta desse episódio.

A causa determinante para o convite talvez seja porque, segundo afirmou Badaró (op. cit., p. 238),

*“Getúlio jamais sonegou aos mais íntimos e a pessoas de suas relações governamentais o grande constrangimento pela não escolha de Capanema, levado a preteri-lo por pressões da intrincada política de seu estado natal.”*

Não há uma posição de consenso acerca da possibilidade de a nomeação de Gustavo Capanema ter sido uma espécie de compensação que Getúlio lhe dava pelo episódio da nomeação de Benedito Valadares.

Na opinião de Schwartzman,

*“Não existem documentos que comprovem a idéia de que sua nomeação foi pelo menos em parte uma compensação a Minas Gerais, e particularmente ao grupo mais próximo a Olegário Maciel, que apostara em Capanema para sucedê-lo na Presidência do Estado e fora surpreendido pela nomeação inesperada de Benedito Valadares, tirado, como então se dizia, ‘do bolso do colete’ do presidente. É bastante razoável, contudo, acreditar que isso tenha tido alguma influência em sua nomeação.”* (op. cit., 1984, p. 15).

Segundo afirmou Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, que compartilhou de muita intimidade do presidente, Vargas quis dar a Capanema uma compensação pelo fato de ter nomeado Benedito Valadares interventor em Minas Gerais, e não ele. Assim, logo depois o convidou para o Ministério da Educação e Saúde, em lugar de Washington Pires.



Figura 11 - “O sr. Capanema palestrando com os jornalistas que trabalham junto a seu gabinete.”  
Rio de Janeiro, RJ, 1 de agosto de 1934. Arquivo Nacional, BR RJANRIO PH.0.FOT.14385 (15)

Darcy Ribeiro também segue nesse caminho de Amaral Peixoto, ao afirmar que

*“A fim de consolar os ‘progressistas’ mineiros e separá-los dos ‘democratas’ paulistas, Getúlio nomeia Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde Pública, cooptado como homem de confiança da Igreja contra o laicismo dos pioneiros da educação.” (apud Bocayuva Cunha, Homenagem ao senador Gustavo Capanema, 1986, p. 40).*

Animando a controvérsia, Schwartzman parece convicto, e mesmo categórico, em afirmar que

*“Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte do acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos.” (op. cit., 1984, p. 15).*

Segundo esse raciocínio,

*“A parte visível deste acordo foi a aprovação, pela Assembléia Constituinte de 1934, das chamadas ‘emendas religiosas’. A parte não dita, mas certamente de conseqüências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente seu [da Igreja] projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através de seu representante leigo mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.” (id., ibid.).*

Seja como for, a despeito da controvérsia, no dia 26 de julho de 1934, às 16 horas, Gustavo Capanema Filho foi empossado no Ministério da Educação e Saúde Pública do Brasil, e iniciava uma nova e fulgurante fase em sua vida e em sua carreira, que impulsionaria e marcaria para sempre a cultura nacional.

No discurso de posse, abordou assuntos de educação, antecipando pontos da proposta de reforma que iria promover em sua gestão. “Apesar da surpresa do convite para ocupar a pasta, os assuntos a ela pertinentes não eram desconhecidos do novo titular.” (BADARÓ, op. cit., p. 243).

De fato, quando assumiu o Ministério, não era, como bem afirmou Abgar Renault, “um noviço em matéria educacional”. Em virtude de sua larga experiência e profundo interesse pela educação, e em decorrência do magistério, particular e público, que exerceu na Escola Normal de Pitangui, “(...) já conhecia parte do grande conteúdo do seu Ministério, teórica e praticamente, nos livros e nas salas de aula (...)” (RENAULT, op. cit., p. 23).

Na primeira entrevista que concedeu, em 2 de agosto seguinte, Capanema respondeu ao jovem jornalista Carlos Lacerda que iria cumprir a Constituição nos assuntos no âmbito de sua pasta, inclusive as denominadas “emendas religiosas”, aprovadas pela Assembléia Constituinte como resultado do acordo geral firmado

entre a Igreja e o governo Vargas. Ali mesmo, naquela entrevista, já falava da possibilidade de construir uma sede para o Ministério da Educação, abrigado em acanhadas instalações no edifício Rex, na rua Álvaro Alvim.

Durante o resto do ano de 1934 Capanema entregou-se à tarefa de preparar o programa de governo e desenhar as profundas reformas que brotariam de sua fecunda, fértil, criativa gestão.

## Redesenhando o Estado

Esse pacto com a Igreja, de que nos fala Schwartzman, teria influenciado no sentido de promover um redesenho da estrutura do Estado. De acordo com o autor, havia três projetos distintos de construção do novo Estado: o projeto da Igreja; o das Forças Armadas; e um terceiro, de Francisco Campos, inspirado na ascensão do fascismo na Europa, que previa a mobilização nacional utilizando-se das características dos outros dois, unindo a força moral da Igreja e a força física dos militares. Nas três concepções, a educação exercia papel fundamental, dado o seu caráter de mobilização da sociedade, de manipulação das mentes dos jovens e de formação da opinião nacional.

Contrariando as idéias de separação entre Igreja e Estado, traçadas por Rui Barbosa no princípio da República, o Governo Vargas, sob a inspiração de Francisco Campos, dá início à reaproximação. Em abril de 1931, promulga decreto que faculta o ensino religioso nas escolas públicas, abolido desde a Constituição de 1891. Ao se aproximar e se unir à ala mais conservadora da Igreja, promoveu uma forte centralização, concentrando o poder no nível federal, e mesmo permitindo à Igreja católica que passasse a interferir nas questões educacionais, chegando até a admitir que ditasse o rumo que a educação iria tomar dali em diante, especialmente no nível secundário.

Nessa verdadeira cruzada, empreendida notadamente contra os pioneiros da educação, adeptos da Escola Nova e da laicização do ensino, e acusados de comunistas, a Igreja católica conta com um de seus principais líderes, o representante leigo Alceu Amoroso Lima.

Nesse clima de disputa têm início os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. A pressão é fortíssima de ambos os lados. Depois de avanços e retrocessos, que levaram até à revogação do decreto em 1932, depois de muitas brigas, discussões e contendas entre a Igreja e os escolanovistas, a discussão culmina com a aprovação na Constituição de 1934 das chamadas emendas religiosas, aprovadas em 30 de maio de 1934. As duas emendas eram as seguintes: a invocação do nome de Deus no preâmbulo e o restabelecimento da colaboração entre Igreja e Estado. Sua aprovação aplaca a discussão.

Ultrapassada a primeira etapa, a Igreja precisava continuar, estender sua luta à busca pela implantação de um ensino religioso, e nessa hora teve papel de

destaque Alceu Amoroso Lima, que foi buscar apoio em Gustavo Capanema, recém-nomeado ministro da Educação.

Tão logo empossado no Ministério da Educação e Saúde Pública, Capanema recebeu de Alceu Amoroso Lima uma lista contendo uma série de reivindicações que a Igreja esperava ver atendidas, não só na área da educação, mas também em outras áreas, como a do trabalho. Esses pleitos envolviam desde a seleção ideológica de professores, elaboração de um plano nacional de educação, a introdução do ensino religioso nas escolas, entre diversas outras.

Todos esses aspectos podem ser bem observados da leitura de diversas cartas endereçadas por Alceu Amoroso Lima a Capanema, a exemplo desta, escrita em 16 de junho de 1935, no momento em que o autoritarismo de Vargas se acentuava e cresciam os movimentos revoltosos, entre eles a intentona comunista. Alceu Amoroso Lima, na condição de mentor e “conselheiro” de Capanema, elo entre o governo e a Igreja, faz diversas solicitações ao ministro da Educação. É a cobrança da Igreja, resultante da estratégia de continuar a obra parcialmente vencida na Constituinte de 1934, com as emendas religiosas.



Figura 12 - Gustavo Capanema e outros durante a conferência de Alceu Amoroso Lima sobre a educação e o comunismo, realizada no Instituto Nacional de Música. Identificados da esquerda para direita: Valdemar Falcão, Antônio Leal Costa, Alceu Amoroso Lima, Raul Leitão da Cunha, Gustavo Capanema, Vicente Rao, padre Olímpio de Melo, Olinto de Oliveira e Lourenço Filho. Rio de Janeiro, RJ, 25/03/1936. Arquivo Gustavo Capanema, FGV CPDOC, GC foto 089

---

*“A recente fundação de uma Universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdades que não escondem suas idéias e pregações comunistas, foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos.*

.....

*“Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de responsabilidade política. Não temos a ambição do poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo o que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse (que tanto preocupa ao Estado como à Igreja), nós o queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos. De modo que todo o nosso empenho é pôr honestamente em prática a nossa atividade social, sem que isso implique na mínima usurpação dos poderes do Estado.”*

A seguir, Amoroso Lima relaciona uma série de questões que, segundo ele, os católicos esperavam do governo, do ministro da Educação, entre elas: ordem pública, paz social, liberdade de ação para o bem e unidade de direção. Em seguida, passa a mencionar diversos casos de progressos da Aliança Libertadora Nacional, cuja feição socialista e impregnação comunista considerava extremamente perigosas para o país. Ao final, Amoroso Lima conclama Capanema:

*“Eis o que esperamos do governo, eis o que esperamos do patriotismo de um homem como o presidente da República, que soube evitar ao Brasil, depois da Revolução de 30, tantos males inerentes a qualquer subversão política violenta, e sobre quem repousam muitas de nossas esperanças.”<sup>5</sup>*

As pressões de Alceu Amoroso Lima sobre Capanema buscavam defender aquilo que considerava ser a salvação da espiritualidade da civilização brasileira, a qual, na opinião de Darcy Ribeiro, posta na obra já mencionada (p. 40/1), somente seria alcançada

*“(...) mediante a seleção rigorosa do professorado, a exclusão do ecletismo, a supressão do laicismo, a promoção do humanismo pela publicação de obras ‘sadias’, pelo ensino obrigatório do latim e do grego, pela defesa da ordem, pela manutenção da paz social, pela promoção do bem e pela perseguição da imoralidade e do imoralismo. Assinalava, ainda, sempre que possível, para não haver confusão, que o apoio da Igreja ao governo estava condicionado à adoção dessa linha, que era todo o oposto do pensamento educacional dos ‘pioneiros da educação’.”*

---

5 Lima, Alceu Amoroso. Carta a Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1935. (Anísio Teixeira Virtual Library, [www.prossiga.br/anisioteixeira](http://www.prossiga.br/anisioteixeira))

---

Capanema atendia aos apelos da Igreja ortodoxa ao mesmo tempo em que buscava não se desvincular das idéias do escolanovismo. Em meio a essa dualidade, arrisca-se em uma atitude extremamente audaciosa e tenta convidar uma das mais renomadas figuras daquele movimento pioneiro, Fernando de Azevedo, para o cargo de diretor nacional de Educação. A reação de Alceu Amoroso Lima é enérgica e imediata, vazada em carta datada de 19 de março de 1935 (apud SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 41):

*“Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma ‘bandeira’. Suas idéias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso eu teria que dizer de público (...) Como preço muito as posições definidas e já dei, há muito, a conhecer qual a minha atitude, em matéria pedagógica, não me seria possível continuar a trazer, ao Ministério da Educação, a pequena, mas desinteressada colaboração que até hoje lhe tenho dado, na hora grandiosa que você está empreendendo nesses domínios, caso se confirmasse essa nomeação, a meu ver errada e inoportuna.”*

Era assim que se ia desenhando o novo Estado brasileiro. Nesse novo panorama, uma outra consequência não demorou a se fazer sentir. De acordo com Schwartzman (*Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação*, 1985, p. 266), “o papel crescente do governo federal na educação teve também como consequência o arrefecimento dos esforços educacionais dos estados, que haviam começado a se esboçar com maior vigor em várias regiões do país ao longo da década de 20 e início dos anos 30”. Baldar-se-iam, assim, as reformas promovidas nos estados do Ceará, Rio de Janeiro e Distrito Federal, de Lourenço Filho, Carneiro Leão e Anísio Teixeira, respectivamente.

Mas é preciso reconhecer, todavia, que este não foi um efeito exclusivo da política do Ministério da Educação, mas, sim, como mencionou o autor, parte de um processo muito mais amplo de concentração de poder no nível federal, em detrimento dos estados. Essa concentração, que se refletiria do Estado Novo para todos os ramos e atividades governamentais, inclusive no Ministério da Educação, fora herdada das idéias fascistas de Francisco Campos.

Somente no final do Estado Novo, em 1945, esse quadro de concentração e de desprestígio dos estados seria revertido, com a redemocratização do país e o movimento municipalista, que fortaleceria as lideranças políticas locais e estaduais.

Por força dessas restrições é que Gustavo Capanema iria sobressair-se muito mais como “Ministro da Cultura” que da Educação, pois detinha naquela atividade, nas artes, no fomento à cultura, muito mais liberdade de ação que no campo educacional. É graças a esse novo desenho do Estado nacional que Gustavo Capanema, no dizer de Darcy Ribeiro, “grande Ministro da Cultura, foi um pequeno Ministro da Educação” (op. cit., p. 41).

## Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública

Humanista, homem de visão larga, tão logo assumiu o Ministério da Educação e Saúde, Gustavo Capanema sentiu a necessidade de promover mudanças que considerava indispensáveis. Situado em um plano ligeiramente acima das ideologias do Estado Novo, sem, entretanto, perder de vista a orientação geral emanada de Getúlio Vargas,

*“Capanema buscava o convívio, a amizade e a colaboração dos intelectuais, tratando de colocar-se, tanto quanto possível, acima e alheio ao fragor dos combates ideológicos nos quais todos estavam engajados, e que envolviam seu ministério.” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 19).*

Nessa linha de trabalho, pôs-se reorganizar o Ministério e toda a área educacional do país, dotando-o de órgãos indispensáveis como o INEP, cuja organização entregou ao mestre em pedagogia Lourenço Filho, o Instituto Nacional do Livro e o SPHAN, confiado ao critério e à inteligência de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o Serviço Nacional do Teatro, dentre outros.

Além de já ser ele próprio dotado de grande inteligência, “cercou-se de amigos e companheiros de adolescência e de trabalho do seu período mineiro, igualmente dotados de elevado nível cultural, encontrando, por isso mesmo, grande facilidade de penetração nos meios intelectuais cariocas e paulistas, de maior proeminência na vida nacional.” (BADARÓ, op. cit., p.273/4).



Figura 13 - O presidente Vargas visita a Exposição Machado de Assis, que comemora o primeiro centenário do nascimento de Machado de Assis, retratando a vida e obra do escritor. Identificados da esquerda para a direita: Gustavo Capanema Filho, ministro da Educação (2°), Benjamin Dornelles Vargas (3°), e Getúlio Dornelles Vargas (4°). Rio de Janeiro, RJ, 22/06/1939. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PRP.1823 (4)

---

Assim constituída a sua equipe, pôde Capanema realizar um trabalho notável à frente do Ministério da Educação e Saúde, sendo responsável, de acordo com Schwartzman (op. cit., 1985, p. 265), não só pela organização do seu ministério, mas também por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no Brasil. Segundo o autor, “o apoio dado por Capanema a grupos intelectuais e, mais especialmente, a arquitetos e artistas plásticos de orientação moderna, contribuiu para cercar sua gestão de uma imagem de modernização na esfera educacional que ainda não havia sido examinada em mais detalhe.” (id., ibid.).

Sempre seguindo a orientação de Alceu Amoroso Lima e da Igreja católica, traço marcante de sua administração, Capanema criou a Faculdade de Filosofia e a de Ciências Econômicas e a Escola Nacional de Educação Física. Em fevereiro de 1938, criaria o Colégio Universitário, cujo objetivo era, segundo Abgar Renault (op. cit., p 23), “dar preparação específica em disciplinas básicas dos cursos superiores, preservando, ao mesmo tempo, a cultura geral, para o que eram comuns a todos os cursos portugueses, inglês, francês e literatura”.

Além disso, prossegue o autor, “fez funcionar numerosos cursos avulsos, dos quais é exemplo muito significativo o destinado à preparação de inspetores para fiscalizar e – mais do que isso – orientar as aulas de educação física nos estabelecimentos de ensino reconhecidos pelo Governo Federal” (id., ibid.).

Capanema criou também as escolas técnicas industriais, dotadas de cursos secundários adequados aos seus fins, e promoveu a reforma do ensino comercial, secundário e superior.

Em todas essas frentes, atuava com muita liberdade na condução do Ministério:

*“Getúlio apoiava integralmente a ação de seu ministro, dando-lhe completa liberdade para trabalhar. Com isso, o Ministério transformou-se numa usina de projetos, decretos, resoluções, portarias, abarcando, praticamente, todos os setores da vida nacional afetos à sua administração.”*

.....

*“Indiferente à construção política do Estado Nacional autoritário, ele possuía o verdadeiro sentido da liberdade impregnando sua vida e sua crença.”*

.....

*“Se era ardoroso amante do poder, um ente profundamente arraigado em suas convicções filosóficas e políticas, entendia-o apenas como instrumento destinado a preparar o homem para o pleno exercício de seus direitos de cidadão, em que a liberdade era a pedra de toque.” (BADARÓ, op. cit., p. 270/1).*

Por força dessa liberdade, implantou uma série de inovações e não tardou a

que a sua pasta se destacasse dos demais ministérios, conforme ressaltou Badaró (op. cit., p. 266),

*“Não havia qualquer tipo de restrição política ou ideológica na condução dos assuntos ligados ao Ministério. Capanema, titular de importante pasta num governo com forte tonalidade autoritária, abria espaços a quantos desejavam colaborar com o processo de transformação da cultura brasileira. Dele se acercaram homens de variadas tendências.*

*“Getúlio não demorou a perceber a importância da atividade do seu ministro da Educação na manutenção do equilíbrio político do país, em especial em seu centro nervoso localizado na cidade do Rio de Janeiro. Homem de inteligência lúcida e reconhecida perspicácia, de proclamada honestidade pessoal, Vargas foi levado, pouco a pouco, a devotar a Capanema especial respeito, confiança e afeição.” (id., p. 267).*

Concluindo, disse Badaró (id., ibid.)

*“De certa forma, isso explica sua permanência no Ministério da Educação por tão longo tempo, para o qual não faltaram candidatos ilustres, e muito menos pretextos para um governo autoritário se desejasse substituí-lo.”*

O maior conflito que Capanema enfrentava na condução do Ministério era a batalha entre a Escola Nova e a Igreja católica. Em abordagem realizada acerca dessa disputa, Schwartzman discorre sobre os conflitos vividos naqueles anos pelo país, por conta do confronto entre educação leiga ou de orientação religiosa. No cotejo dessas duas correntes, “Capanema pendia para o lado da Igreja conservadora, seja por convicção, seja por fidelidade ao pacto que havia sido estabelecido pouco antes entre a Igreja e o Estado Novo, inspirado por Francisco Campos (...)”<sup>6</sup>

Apesar das pressões da Igreja, Capanema ainda conseguiria se cercar de alguns dos integrantes da Escola Nova. Dentre os principais nomes de maior peso naquele movimento (entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e, de certa maneira, até Francisco Campos, responsável pelas reformas educacionais em Minas Gerais no final da década de 20, realizadas com fundamento nos princípios escolanovistas), Manuel Lourenço Filho seria aquele que se manteria como assessor mais próximo de Capanema até o fim de sua gestão.

## Universidade do Distrito Federal, vítima do Estado Novo

A partir de 1935, no entanto, a coexistência de idéias e princípios contrários entre

---

<sup>6</sup> 6 Extraído de Schwartzman, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira, texto do seminário “Gustavo Capanema: Política, Educação e Cultura”, op. cit.

escolanovistas e católicos se tornaria mais rarefeita a cada dia. Por essa ocasião, o autoritarismo de Vargas já se acentuava e dava sinais da chegada do Estado Novo. As idéias educacionais dos pioneiros deixaram, então, de fazer sentido para Vargas e conseqüentemente para Capanema, cujo governo estava “voltado para a preservação e fortalecimento do poder e da autoridade do governo central”. Assim, “ao invés de um sistema educacional aberto, descentralizado e plural, evoluímos para um sistema cada vez mais uniforme, centralizado, rígido e pouco criativo”. Nesse clima, diversas manifestações inovadoras são reprimidas, a exemplo das iniciativas de educação em língua estrangeira levadas a efeito no sul do país, assim como é fechada a Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira.

O secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, havia criado a Universidade do Distrito Federal, instalada em julho de 1935, dotada de uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação. A política de centralização promovida pelo Governo Vargas acarretaria uma redução nos esforços educacionais levados adiante pelos estados, e causaria o fechamento daquela universidade.

A insurreição da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, leva à demissão de Anísio Teixeira. Acusado de comunista e perseguido, demite-se do cargo de Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, sendo nomeado Francisco Campos para o seu lugar. Na carta que endereça ao prefeito Pedro Ernesto Batista, em dezembro de 1935, Anísio Teixeira principia<sup>7</sup>:

*“Pela conversa que tive, ontem, com Vossa Excelência, pude perceber que a minha permanência na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal constituía embaraço político para o governo de Vossa Excelência. Reiterei, imediatamente, o meu pedido de demissão, que esteve sempre formulado (...)”*

E se defende das acusações de participação na intentona comunista de 1935 (id., ibid.):

*“[A minha exoneração não envolve], de modo algum, a confissão, que se poderia supor implícita, de participação, por qualquer modo, nos últimos movimentos de insurreição ocorridos no país. Não sendo político e sim educador, sou, por doutrina, adverso a movimentos de violência, cuja eficiência contesto e sempre contestei.”*

Pedro Ernesto também seria afastado da prefeitura do Distrito Federal, e vários professores da universidade seriam demitidos. Ainda assim, embora de modo precário, a Universidade do Distrito Federal continuaria a funcionar, mesmo após a saída de Anísio Teixeira de sua direção.

Em 1937, depois de passar por sucessivas gestões, a reitoria é entregue a Alceu

---

<sup>7</sup> Teixeira, Anísio. Carta a Pedro Ernesto Batista. Rio de Janeiro, dezembro de 1935. (Anísio Teixeira Virtual Library, [www.prossiga.br/anisioteixeira](http://www.prossiga.br/anisioteixeira)).

Amoroso Lima. A nomeação, todavia, teria o efeito apenas de promover o seu fechamento, tornando-se o empossado, conforme alcunhou Darcy Ribeiro, o seu “reitor-coveiro”.

Finalmente, em 28 de junho de 1938, Capanema elabora e submete ao presidente Vargas longa exposição de motivos em que propõe a extinção da universidade. Seus argumentos baseavam-se no fato de que “o Estado Novo se assenta num princípio essencial: a disciplina”, e que, por essa razão, “uma universidade, mesmo a mais modesta, uma vez que seja de fato uma universidade, é uma instituição nacional, de alcance, de influência, de sentido nacionais” (apud BADARÓ, op. cit., p. 302), e por contrariar esse princípio, a Universidade do Distrito Federal deveria ser extinta, incorporada à recém-criada Universidade do Brasil.

Definitivamente extinta em 1939, por força do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro, e incorporada à Universidade do Brasil, Mário de Andrade protesta a Capanema contra o ato, por carta datada de 23 de fevereiro daquele ano:

*“Não pude me curvar às razões dadas por você para isso: lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, que a liberdade é frágil, foge das pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias.”* (apud SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 40).



Figura 14 - Presidente Vargas (ao centro de terno claro) e Gustavo Capanema (à esquerda de Vargas de terno escuro) visitam a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 2/12/1944. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PRP.01743 (4)

---

Da extinta Universidade do Distrito Federal, de Anísio Teixeira, Capanema lança seu projeto de Universidade do Brasil, na qual seria criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, entidade considerada como padrão federal obrigatório para todo o país.

Criada a faculdade, em 1939, sua direção seria entregue a San Thiago Dantas, em face da recusa de Alceu Amoroso Lima, motivada pelo fato de não aceitar a transferência de alunos e professores egressos da extinta Universidade do Distrito Federal.

Na opinião de Darcy Ribeiro, posta na já citada obra (fl. 42),

*“Apesar de sua ambigüidade de instituição que nunca se definiu entre as funções de órgão de pesquisa e altos estudos e a de centro de formação do magistério de nível médio, as faculdades de filosofia se multiplicam às dezenas pelo país inteiro. Não como sementes da primeira, mas com a mais deslavada improvisação. Ainda assim, melhoraram consideravelmente a qualificação do magistério e ampliaram enormemente a preocupação com a pesquisa científica e os estudos humanísticos.”*

## 10 de novembro de 1937 – O golpe do Estado Novo

A trajetória de Gustavo Capanema no Ministério da Educação é marcada fortemente pelo afastamento ou pela aproximação de Francisco Campos do governo Vargas. No princípio, em 1930, Campos teria formulado o pacto com a Igreja e assumido o Ministério da Educação e Saúde, de onde havia pretendido assegurar sustentação ao regime autoritário, que era a essência de suas idéias.

Entretanto, por ocasião da sucessão mineira, em 1933, no processo de organização dos partidos para compor a Assembléia Nacional Constituinte de 1934, foi criado o Partido Progressista, do qual Francisco Campos ficou de fora e teve o desprazer, segundo Schwartzman, “de ver o seu antigo discípulo, Capanema, ocupando o posto e o lugar que havia preparado para si” (SCHWARTZMAN, 1985, p. 269).

Com o afastamento de Campos, embora temporário, Capanema se sobressai entre os anos de 1934 e 1936 e consegue fazer uma administração notável. Não é sem razão que Darcy Ribeiro denomina 1936 como o “ano do Capanema”. A partir daquele ano, segundo a opinião de Darcy,

*“Gustavo Capanema cresce como ministro da Educação e Saúde ao reunir em equipe, por quase dez anos, algumas das melhores mentes brasileiras, integrando artistas e intelectuais num esforço sem paralelo. Entre eles, Rodrigo de Mello Franco, Afonso Arinos, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Meyer, Mário de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Villa-Lobos, Celso Antônio, Cecília Meireles, Manuel Bandeira e muitos outros. Graças a Capanema, o movimento modernista deixa a marginalidade vanguardista, em que vegetava em São Paulo, para*

---

*florescer integrando todos os gêneros em obras audaciosas.” (apud Bocayuwa Cunha, op. cit., 1986, p. 41).*

Em 1937, todavia, Francisco Campos volta a assumir papel de destaque na política nacional, quando da conspiração que promoveu o golpe de 1937, gerando nova retração no Ministério de Capanema.

Amaral Peixoto, a essa altura, segundo sua própria afirmação, amigo íntimo de diversos governadores, desmente versão de que a Constituição de 1937 já estivesse pronta desde 1936 e que vários governadores houvessem tido acesso a ela.

Conta Peixoto que Francisco Campos, por volta de agosto a setembro de 1937, passou a ir mais frequentemente ao palácio, cerca de duas a três vezes por semana, para conversar com Vargas. Nesse clima de apreensão, segundo o autor, “todo mundo sentia qualquer coisa no ar, mas ninguém sabia de nada. Dentro do palácio, ninguém sabia de nada.” (apud CAMARGO, op. cit., p. 132).

*“Uns três dias antes do golpe eu estava de serviço quando o Chico Campos chegou ao Guanabara. Ele ficou conversando comigo e deixou em cima da minha mesa uma pasta verde, de ministro. Logo depois que ele entrou para falar com o Dr. Getúlio, a campanha tocou e o Dr. Getúlio me chamou: ‘O senhor me faça o favor de trazer aqui uma pasta que o Dr. Campos esqueceu em cima da sua mesa. Mas traga o senhor mesmo, não mande por ninguém.’ Peguei a pasta e abri, não por curiosidade, mas para verificar se era mesmo a pasta do Chico Campos. Abri e vi que era a nova Constituição. Mas não dei uma palavra a ninguém.” (id., p.133).*

O golpe de 10 de novembro de 1937 fechou o Congresso e gerou diversos protestos, da Câmara dos Deputados, de seu presidente, Pedro Aleixo, e até do ministro Oswaldo Aranha, embaixador em Washington, que tentou renunciar ao cargo, mas foi mantido por Getúlio.

Os demais ministros não se revoltaram, inclusive Capanema, que não se demitiu do Ministério da Educação. Segundo Amaral Peixoto, apenas o ministro da Agricultura, Odilon Braga, se demitiu. Os demais foram informados do golpe na hora e concordaram.

De acordo com relato de Alceu Amoroso Lima, Capanema hesitou entre aderir ou não ao golpe:

*“Bem me lembro da hesitação de Capanema em 1937, diante da posição nitidamente constestatória de Odilon Braga, (...) Foi para nossa casa, à rua Dona Mariana, e ali ponderamos, por largas horas noturnas, os prós e os contras de uma atitude a assumir. Optou espontaneamente pelo apoio ao golpe de Estado, menos por simpatia do que para não interromper a obra cultural que vinha fazendo, perante o oportunismo pragmatista e neofascista com que Getúlio, Campos e Góis levaram a política brasileira ao brejo” (apud BADARÓ, op. cit., p. 500).*

Dessa forma, Capanema manteve-se no Ministério. Entretanto, não admitiu curvar-se à nova orientação centralizadora do governo Vargas. Manteve a linha liberal que vinha adotando anteriormente. Sob esse aspecto, é importante ressaltar, como bem definiu Abgar Renault, que

*“O presidente Getúlio Vargas respeitou as convicções do seu ministro. Eis aí um traço que não deve ser esquecido na fisionomia política do Chefe de Governo de então. É esse traço realmente singular que explica a permanência de Capanema no Ministério da Educação e Saúde por onze anos.” (RENAULT, op. cit., p. 24).*

Mas apesar de tudo, é inegável que o Estado Novo influiria de modo negativo na cultura e na educação, em função de seu caráter centralizador, a despeito da atuação louvável de Capanema.

A herança que o autoritarismo do Estado Novo nos legou foi, segundo Schwartzman, “a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir” (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 39).



Figura 15 - Presidente Vargas preside sessão solene no Teatro Municipal, comemorativa do 5º aniversário da Constituição de 1937 e do 5º aniversário do Estado Novo, Rio de Janeiro, RJ, 10/11/1942. Arquivo Nacional, BR RJANRIO.EH.0.FOT.PRP.1631 (8)

## Patrocinador das artes

Nesse processo de reorganização do Ministério, Capanema daria atenção às artes em todas as suas expressões: à música, à literatura, entre outras, devotando especial cuidado às artes plásticas. Em 1935, durante a Exposição Internacional do Instituto Carnegie, nos Estados Unidos, encantado com a tela *Café*, de Cândido Portinari (obra que depois receberia a menção honrosa), arremata-a para o Museu de Belas Artes.

No ano seguinte, 1936, convida Portinari para trabalhar nos murais do edifício do Ministério da Educação. Por essa mesma época, muito em função do que via ocorrer no mundo das artes, Capanema pôs-se a pensar em uma forma de preservar as obras, de toda espécie, existentes no Brasil. Segundo ele, pintores, escultores, ceramistas, artesãos, estavam sem qualquer proteção que preservasse suas obras da cobiça de colecionadores. Dessa idéia simples nasceria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, tendo o texto do projeto sido elaborado inicialmente por Mário de Andrade, por solicitação de Capanema, para ser submetido ao Congresso, mas depois aprovado por decreto-lei em dezembro de 1937, e entregue à genialidade de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Capanema dava recorrentes sinais de grande atividade criadora. Além de suas próprias idéias, como a do SPHAN, procurava nos arquivos do Ministério da Educação idéias que pudessem ser aproveitadas e rerepresentadas. Exemplo dessas é a criação do Serviço Nacional do Teatro, criado em 21 de dezembro de 1937, pelo Decreto-lei n.º 92, como órgão destinado a apoiar iniciativas daquela área e representações teatrais no país.

Atuava em várias frentes, “abrindo espaços cada vez maiores para desenvolvimento das artes, da música, da literatura. Criava oportunidades para o surgimento de novos artistas, promovendo concursos de libretos de ópera e teatro, enfim, havia transformado o Ministério da Educação numa usina de alta produtividade no campo das artes e da cultura.” (BADARÓ, op. cit., p. 282).

Com o fim de preservar o patrimônio histórico nacional, criou diversos museus, entre eles o Museu da Inconfidência, em 1938, o Museu Imperial, em Petrópolis, em 1940, o Museu de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, além de diversas outras iniciativas destinadas à preservação da memória nacional, sempre em parceria frutífera com Rodrigo Mello Franco, à frente do SPHAN.

Com todas essas atitudes, conforme ressaltou Badaró, “Capanema estava antecipando no tempo medidas que, muitos anos depois, se corporificariam nas modernas leis de incentivo cultural.” (op. cit., p. 287).

De igual modo e intensidade, Capanema atuou em defesa da publicação de diversas obras literárias de grande importância para a cultura nacional, a exemplo das obras completas de Rui Barbosa. Acima de ministro da Educação, Capanema era profundo admirador de Rui desde a memorável Campanha Civilista, deflagrada em 1910:

*“Rui Barbosa era nosso ídolo. Quando ele fez estremecer o país com a campanha civilista, éramos meninos de escola primária. Mas aquele estrondo nos marcou e nunca pôde ser esquecido. Rui Barbosa foi sacrificado pelas manobras dos políticos que então eram donos de tudo. Mas a vigorosa oposição que logo depois desfechou no Senado e toda a sua tormentosa vida política até a morte teve a maior influência sobre a mocidade daquele tempo.” (CAPANEMA, Testemunhos sobre Milton Campos, 1972, p. 19).*

Bem a propósito dessa admiração, e na esteira da revolução cultural que vinha promovendo no Ministério da Educação, Capanema convoca seu amigo Américo Jacobina Lacombe e o nomeia diretor da Casa de Rui Barbosa, com o propósito primeiro de dar curso à publicação das obras completas de Rui Barbosa, trabalho de inexcedível valor para a nação brasileira.

Além da obra de Rui Barbosa, Capanema fez publicar diversas outras, como por exemplo: os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*; ou as diversas antologias da poesia brasileira, com o auxílio de Sérgio Buarque de Holanda e Manuel Bandeira; a tradução de *Romeu e Julieta*; as *Cartas Chilenas*; os *Textos Quinhentistas*, entre diversas outras. Contudo, dentre todas as obras que promoveu a publicação, a de Rui Barbosa se destaca pelo gigantismo da tarefa (prevista para se completar em cerca de 150 tomos), pelo esmero de Jacobina Lacombe em atender aos pedidos do amigo e intelectual, e pela preciosidade da obra resgatada, num esforço de dimensões não igualadas para a cultura nacional.



Figura 16 - Presidente Vargas visita exposição na Escola Nacional de Belas Artes. À direita de Vargas, de terno escuro, Candido Portinari. Rio de Janeiro, RJ, 2/12/1939. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PRP.01387 (9)

Em seu relacionamento com os artistas, Capanema parecia bem à vontade, como se fosse mesmo um deles, como se tivesse a alma de artista, do artista de todas as suas formas de manifestação. Quando lhes pedia algum trabalho, sabia exatamente o que queria, o que esperava ver na obra acabada. Era dotado de um talento e de uma cultura artística excepcional, que o permitiam dialogar quase de igual para igual com os artistas. Isso pode ser constatado pela correspondência que trocava com Portinari, por exemplo, por ocasião da elaboração dos murais para o Palácio da Cultura.

Em uma dessas cartas, datada de sete de dezembro de 1942, assim como ocorria em muitas outras, Capanema dá a Portinari as linhas mestras, as diretrizes do que deseja ver exposto nos murais. Não deixava o artista à vontade em sua imaginação criadora, simplesmente boquiaberto diante de tudo que se lhe oferecessem. Ao contrário, determinava exatamente o que deveria ser exposto, o que gostaria de transmitir ao público:

*“No salão de audiência, haverá os doze quadros dos ciclos de nossa vida econômica, ou melhor, dos aspectos fundamentais de nossa evolução econômica. Na sala de espera, o assunto será o que já disse: a energia nacional representada por expressões de nossa vida popular. No grande painel, deverão figurar o gaúcho, o sertanejo e o jangadeiro. Você deve ler o III capítulo da segunda parte de Os Sertões de Euclides da Cunha. Aí estão traçados da maneira mais viva os tipos do gaúcho e do sertanejo. Não sei que autor terá descrito o tipo do jangadeiro. Pergunte ao Manuel Bandeira.” (apud SCHWARTZMAN, 1983, p. 20).*

Em resposta, Portinari mostra como a orientação ministerial era, de fato, acatada com prazer pelos artistas, na medida em que viam na diretriz sugerida por Capanema uma opinião manifestada não só sob a ótica do administrador, mas, sobretudo, do artista:

*“Não escrevi antes por andar muito cansado e desanimado, mas agora com a notícia de que o Sr. quer novos e imensos murais, estou novamente em forma e à espera da documentação para dar início aos estudos. Gostaria que o Sr. me enviasse o seu discurso. As vidas de Caxias, Tiradentes e José Bonifácio. Foram os motivos que o Sr. sugeriu. Gostaria de permanecer aqui ainda algum tempo e creio que seria até bom fazer os primeiros estudos aqui fora do barulho do Rio. Mesmo que eu não fizesse estudos definitivos, pelo menos iria lendo o que o Sr. me mandar e me impregnar do assunto até transformá-lo em cores. Em todo caso, estou à disposição. Se o Sr. achar melhor, eu estou ali, é só mandar avisar. Do seu amigo certo, Portinari.” (id., ibid.).*

## O Putsch integralista

Fundada em São Paulo, em 1932, sob inspiração do fascismo italiano e do

nazismo alemão, a Ação Integralista Brasileira – AIB, tendo no comando Plínio Salgado, e contando com nomes de peso como Miguel Reale e San Thiago Dantas, entre outros, cresce rapidamente nos anos seguintes e se alastra por todo o país. Por volta de 1934 a 1936, seus núcleos, organizados em milícias, já somavam mais de mil.

Por seu caráter militantemente anticomunista, a AIB angariou o apoio de diversos setores do país, contando entre os seus quadros com representantes dos intelectuais, da Igreja, da classe média, dos militares, entre outros.

O Estado Novo, idealizado por Francisco Campos em detalhes, inclusive a sua Constituição, alçaria o fascismo ao poder e levaria Campos ao Ministério da Justiça, e os integralistas ao poder, com a nomeação de Plínio Salgado. Esse era o plano.

Amparando-se em elementos constantes da biografia do marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de Vargas por ocasião do golpe de novembro de 1937, Murilo Badaró tece os detalhes do plano malsucedido que se havia tramado entre Getúlio, Campos e os integralistas.

Segundo o autor, em troca do apoio dos integralistas ao golpe de 10 de novembro, Vargas teria convidado Plínio Salgado a compor o novo ministério que formaria. Os integralistas esperavam de Vargas uma maior participação no governo, nos primeiros escalões. Na verdade, o que esperavam de fato era um governo integralista, mas depois se contentaram com o Ministério da Educação e Saúde, para ser ocupado por Plínio Salgado.



Figura 17 - Plínio Salgado (ao centro de bigode). S/1, 11/3/1935. Arquivo Nacional, BR RJANRIO PH.0.FOT.14964 (4)

---

No dia 18 de novembro de 1937, Getúlio Vargas consultou o general Dutra sobre a nomeação de Plínio Salgado, prevista para ocorrer desde que o chefe integralista dissolvesse a AIB, a ser absorvida por um grande partido a ser formado. No dia seguinte, 19, Vargas convocou Dutra e Campos para que procurassem Plínio Salgado e o convidassem formalmente para a pasta da Educação, caso aceitasse a condição proposta.

Nessa ocasião, foram tão intensos os rumores, segundo Amaral Peixoto, sobre a nomeação de um novo ministro para a pasta da Educação, que Capanema chegou a escrever um discurso transmitindo o cargo, no qual falava de suas realizações. Segundo Amaral Peixoto, Capanema leu o discurso para um seu amigo e este constatou que no final havia um trecho em branco. A respeito desse particular, teria afirmado Capanema: “Aqui tenho que introduzir um elogio à pessoa que vai me substituir, mas que ainda não sei quem é.” De acordo com Amaral Peixoto, “todo mundo sabia que era o Plínio, menos o Capanema. Ele era um homem altamente inteligente, mas muito ingênuo.” (*apud* CAMARGO, op. cit., p. 196).

Uma vez no poder, no entanto, tendo assumido a ditadura em 10 de novembro de 1937, Vargas esfria com os integralistas, as negociações não prosperam e o plano fascista se desfaz. Capanema foi mantido no Ministério da Educação. No mês seguinte, dezembro de 1937, é fechada a Ação Integralista Brasileira, juntamente com todos os demais partidos políticos, e Plínio Salgado é exilado.

Embora extinta como partido, a Ação Integralista ainda sobreviveria como entidade cultural e resistiria até o advento do golpe do integralismo, o denominado *Putsch*, ocorrido em 1938, com a malfadada tentativa de tomada do Palácio Guanabara, sufocada pelo governo.

Com o arrefecimento da investida fascista, Francisco Campos ainda permanece como ministro da Justiça, mas com o poder extremamente reduzido, e até a questão do relacionamento com a Igreja perde importância. Campos, então, rival político de Capanema, hostiliza o quanto pode o ministro da Educação. Eram os rumos da nova política do Estado Novo, conduzida diretamente por Vargas.

## O apoio da juventude brasileira

Todos os movimentos do Estado Novo eram meticulosamente calculados, visando incentivar a juventude, apoiar-se nela, a exemplo do que fizera a Alemanha de Adolf Hitler. Com esse propósito, Getúlio Vargas aproveita quaisquer oportunidades para se aproximar dos jovens, sobretudo dos estudantes, e lhes inculca sentimento pátrio, evadido de militarismo.

Evidentemente, esse trabalho era realizado por intermédio do ministro da Educação, Gustavo Capanema, para quem, na opinião de Badaró (*op. cit.*, p. 273), “a preparação da juventude era essencial à construção do grande país sonhado pelos revolucionários de 30.”

Quanto aos estudantes universitários, até o advento do Estado Novo, as suas

instituições representativas não detinham grande expressão nacional. Os jovens universitários, como era natural, desejavam intervir na vida política do país e debater os grandes temas nacionais. Com esse propósito surgem, por volta de 1937, os primeiros movimentos de mudança, a partir da Casa do Estudante do Brasil – CEB, e é convocado o 1º Conselho Nacional dos Estudantes, em 1938. Naquele mesmo evento fica convocado o 2º Conselho, agora já denominado Congresso, para ter lugar em 1939, e surge a União Nacional dos Estudantes, a UNE.

Dando prosseguimento aos seus propósitos de aproximação e de manipulação dos estudantes brasileiros, Getúlio Vargas reconhece, por decreto, a existência da UNE, como sendo a entidade máxima de representação dos estudantes. Dali em diante, Vargas prestigia todos os congressos da entidade, sendo Capanema presença certa na abertura dos encontros, sempre encarregado de fazer a conciliação entre os anseios do governo e as aspirações dos estudantes, tratando de afastar aquelas propostas mais radicais.

A respeito desse relacionamento com os estudantes, assim se manifestou Badaró:

*“Sempre mantendo boas relações com os estudantes e os dirigentes dos diretórios acadêmicos, Capanema enfrentou sérias dificuldades com a realização do VII Congresso da UNE, de que resultou grave conflito entre alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e as autoridades policiais.” (BADARÓ, op. cit., p. 317).*

Na verdade, o conflito havido entre a polícia e os estudantes de direito aconteceu antes da instalação do VII Congresso da UNE. Ocorre que foi preso o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e sua prisão deu origem a um confronto terrível acontecido no largo de São Francisco, em episódio depois conhecido como a *chacina de nove de novembro*.

O papel de Capanema teria sido o de negociar com os estudantes para que adiassem o congresso, em função da grave crise política e institucional que assolava o país, e levando em conta os incidentes havidos em 9 de novembro anterior. Nesse sentido, envia telegrama aos estudantes e recebe deles a resposta, datada de 12 de julho de 1944, exteriorizada em um documento intitulado *Bases para a discussão com o Sr. Ministro Capanema sobre a realização do VII Conselho Nacional dos Estudantes*. Naquele documento, os estudantes lembravam ao governo que “os estudantes de todos os estados não estão em oposição sistemática ao governo, mas, ao contrário, oferecem lealmente sua colaboração” (*apud* SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 155). Em conclusão, alertavam o ministro para o fato de que, se o congresso fosse suspenso, os movimentos iriam adquirir “repercussão continental e internacional, que colocarão o governo em posição pouco agradável.” (*id.*, *ibid.*).

Intercedendo em favor dos estudantes, no dia 20 de julho seguinte é redigida uma carta no Ministério da Educação, sob a supervisão direta de Gustavo Capanema, na qual os estudantes assumiam o compromisso de fazer suas reuniões

“de modo singelo, calmo e pacífico”, evitando “pronunciamento exaltado ou ruidoso”. Além disso, os estudantes se comprometiam a (id., p. 155):

- a) não fazer passeatas ou movimentos de rua;*
- b) não admitir a adoção do expediente da greve;*
- c) não discutir a questão constitucional ou eleitoral do país;*
- d) não tratar da nomeação de Coriolano Góes como chefe de polícia do Distrito Federal;*
- e) abster-se de qualquer pronunciamento contrário ao governo sobre os acontecimentos de 9 de novembro; e*
- f) permitir um encaminhamento negociado em relação à situação do professor Cândido Mota Filho, cuja nomeação havia provocado uma greve na Faculdade de Direito de São Paulo.”*

Todos os pontos estabelecidos pelo Ministério da Educação foram aceitos pelos estudantes, exceto aquele que dizia respeito ao confronto de 9 de novembro, sobre o qual os estudantes argumentaram que seria feito um “relato sereno dos acontecimentos, esperando-se que o Conselho reafirme a sua solidariedade aos sofrimentos dos colegas paulistas” (id., *ibid.*).



Figura 18 - Gustavo Capanema (ao centro de óculos) na cerimônia em que a sede do Clube Germânia foi entregue à União Nacional dos Estudantes (UNE). Rio de Janeiro, RJ, 21/8/1942. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.EVE.5278 (1)

---

No dia seguinte, 21 de julho, Gustavo Capanema escreve a Getúlio Vargas em defesa dos estudantes, argumentando que estavam todos convencidos da “necessidade de que o VII Conselho Nacional dos Estudantes se realize de modo pacífico e sereno”, e que, desse modo, à vista do documento assinado pelos estudantes, entendia como solução conveniente “conceder aos rapazes o apoio tão insistentemente por eles pedido” (id., ibid.).

De fato, depois da intervenção de Capanema, o congresso se realizaria sem maiores incidentes. O estudante paulista Domingos Marmo relatou ao plenário os acontecimentos do *noite de novembro*, dizendo que “caíram estudantes, operários, funcionários, velhos, mulheres e crianças, presos de momentos de indizível angústia, quando não foram atingidos pelos tiros de metralha dos carros instalados no largo do Ouvidor, que apontavam em direção ao largo de São Francisco.” (id., ibid.).

Percebe-se a importância do ministro Gustavo Capanema na intermediação de tão graves conflitos e de consequências tão imprevisíveis para todo o país.

Mas o trabalho que Capanema realizava com os estudantes em nome de Vargas não se limitava aos universitários. Quaisquer oportunidades que tivesse, aproveitava para se aproximar da juventude brasileira e conclamá-la ao engajamento nacionalista que considerava fundamental para o êxito da causa revolucionária. Uma das primeiras oportunidades foi no discurso que Capanema proferiu na sessão cívica realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1939, em comemoração ao Dia do Soldado. No discurso, que deveria ser proferido em homenagem a Caxias, patrono do exército brasileiro, Capanema realiza muito mais uma conclamação à juventude brasileira de apoio e engajamento militar, de servir à pátria, do que propriamente enaltecer as qualidades do patrono.

Para que se tenha uma idéia, das 142 linhas do discurso, apenas cerca de 20 linhas são dedicadas a Caxias. As demais, são quase todas dirigidas à juventude brasileira, a quem Capanema se dirige sete vezes no texto, em trechos como os que a seguir transcrevemos:

*“(...) quero endereçar minhas palavras principalmente à juventude de nosso país.*

*“Quero dirigir o meu pensamento para essa nova geração de brasileiros que aí vem (...) descuidosa ou inocente dos problemas, das dificuldades e das crises com que no serviço da pátria terá de defrontar.*

.....

*“Que, portanto, a juventude brasileira, que aí vem correndo alegre e audaciosa para os embates do mundo, aprenda e saiba que a nossa pátria tem o destino enfrentado de perigos, e que o seu primeiro dever é estar vigilante e preparada para servi-la, com*

*todo o esforço e se necessário com o sacrifício da própria vida, nas ocorrências que acontecerem, seja na paz, seja na guerra.*

.....

*“A juventude de nosso país está hoje cheia de responsabilidade. É seu dever preparar-se para um futuro carregado de nuvens e ameaças, anunciador de trabalhos difíceis e sacrifícios penosos (...).*

*“Que toda a juventude brasileira volte os olhos para a majestosa figura de Caxias, e lhe peça estímulo, lição e exemplo.*

*“Se na alma da juventude que agora aí vem, e na alma das gerações novas que virão depois vibrarem as qualidades daquele grande herói; (...) então contra nós nada valerão nem perigos, nem males, nem sombras, e o Brasil será cada vez mais, em meio às outras nações, uma potência digna do máximo respeito, (...).<sup>8</sup>*

Era uma demonstração inequívoca da tentativa de doutrinação da juventude brasileira por parte do Estado Novo, no estilo da Alemanha nazista.

Outra oportunidade surgiu na formatura da primeira turma de licenciados da Faculdade Nacional de Filosofia, em cerimônia de colação de grau realizada em 11 de julho de 1940. Convidado a ser o paraninfo da turma, Getúlio Vargas enviou o seu ministro da Educação, Gustavo Capanema, para representá-lo, tendo este proferido um bonito discurso, intitulado *A missão do professor secundário*.

No discurso, não muito longo, Capanema principia por definir a missão dos formandos, futuros professores do ensino secundário, dizendo dela como “difícil e penosa”, chegando mesmo a ser “a mais pedregosa de todas”:

*“A primeira, a essencial dificuldade da missão do professor secundário é que ela não abrange simplesmente o trabalho de transmitir conhecimentos aos diferentes grupos de alunos. Transmitir conhecimentos, transmitir ciências e técnicas é antes função dos ensinos especiais, do ensino profissional dos vários ramos, das várias categorias, desde a menor, a mais singela, até a universitária.*

*“Ao ensino secundário cabe outro papel, mais sutil, mais substancial, mais qualitativo, e, portanto, mais difícil e penoso.*

*“O objetivo do ensino secundário, em qualquer de suas disciplinas, e pelo intermédio de qualquer professor que seja, é formar a personalidade intelectual, moral e cívica dos discípulos.*

---

<sup>8</sup> Capanema, Gustavo. Caxias – comemoração do Dia do Soldado em 25 de agosto de 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1939.

---

*“Cumpra ao ensino secundário alargar a mente dos jovens, dar-lhes descortino e curiosidade, afeiçoá-los à disciplina e ao método, para os futuros labores das técnicas e das ciências; cumpra-lhe ainda formar e fortalecer o caráter dos alunos, dotá-los da precisa e viva noção dos deveres morais do ser humano, mostrar-lhes, pelos meios mais ativos de ensinar, a virtude humana como base de toda vida útil e feliz; cumpra-lhe também dar à juventude o sentimento da pátria, a compreensão da pátria como terra dos antepassados, a compreensão da pátria como um patrimônio construído e transmitido pelos antepassados, como um patrimônio telúrico definido e concreto, e um patrimônio humano e espiritual cheio de sagradas tradições; cumpra-lhe, enfim, infundir na juventude, além da compreensão e do sentimento da pátria, a decisão, a vontade e a energia de guardar ileso, à custa de qualquer sacrifício, esse patrimônio dos antepassados e de continuamente enriquecê-lo e ilustrá-lo.*

*“Tais são as funções do ensino secundário.” (CAPANEMA, 1940, p. 8/9).*

Ao final de seu discurso, Capanema conclama os bacharelados em sua missão cívica:

*“A vós, licenciados de hoje, e a todos quantos como vós forem deixando os bancos da Faculdade Nacional de Filosofia e das faculdades congêneres do país, caberá a maior soma de responsabilidade pela segura solução a ser dada a esta grave questão que vos proponho.*

*“A nação deposita confiança em vós, e espera que não a desmerecereis.” (id., p. 10/11).*

A juventude brasileira exercia papel de importância central no plano de construção do Estado Nacional, proposto por Francisco Campos com base nos regimes autoritários da Europa. Capanema, seguindo orientação de Vargas e Campos, dava especial atenção a esse aspecto. Atendia os seus anseios, recebia os estudantes, dialogava com eles, dava curso às suas idéias, era uma ponte entre o governo ditatorial e os jovens, os estudantes, os centros acadêmicos, as universidades. Era, na verdade, o único representante do Estado Novo que tinha trânsito junto aos estudantes.

## Propaganda e censura

Com o fim da pretensão integralista e com o recrudescimento das ações centralizadoras do Estado Novo, aliado à volta de Francisco Campos ao governo, Capanema passaria por um momento de depressão de seu prestígio político. Nessa nova conjuntura, perderia terreno como ministro e não conseguiria evitar que fosse criado o DIP, poderoso órgão do Estado Novo que viria a controlar os meios de comunicação e que iria lidar diretamente com os intelectuais, assumir o papel da censura às manifestações, publicar diversas formas de cultura, lidar

com rádio e cinema, enfim, esvaziar o Ministério da Educação. Vejamos de que forma se daria esse movimento.

Quando Capanema assumiu o Ministério da Educação, já encontrou criado, em julho de 1934, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, órgão pertencente à estrutura do Ministério da Justiça, mas ligado de fato diretamente ao Palácio do Catete, sob o comando de Lourival Fontes.

Aquele órgão evoluiria em 1938 para o Departamento Nacional de Propaganda – DNP, e depois, em dezembro de 1939, seria criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, com a função básica de difundir a ideologia do Estado Novo e possibilitar o culto à figura de Getúlio Vargas junto às camadas mais pobres. Nessa linha de atuação, o poderoso DIP se utilizava da propaganda e da educação como instrumentos de adaptação do brasileiro à nova realidade do país. Doutrinava, controlava as manifestações de pensamento, centralizava e coordenava a comunicação social do Estado Novo.

Priorizando os feitos de Getúlio Vargas, o DIP visava não só popularizar o regime ditatorial de Vargas, mas também eliminar a propaganda negativa, buscando penetração em todas as classes sociais, especialmente a juventude. Segundo o próprio Fontes afirmou em entrevista, “o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é: aos pontos mais longínquos do país, e até à compreensão do analfabeto.”<sup>9</sup>. Essa era a verdadeira intenção de Getúlio e a verdadeira razão de ser do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Essa atuação do DIP não se dava isoladamente, e sim com o apoio da Igreja católica, das escolas públicas, de sindicatos e órgãos de educação leiga, como a “Juventude Brasileira”.

Fortalecido e centralizador, o novo órgão ameaça retirar do Ministério da Educação a radiodifusão educativa. Diante dessa ameaça, de criação do DIP e do esvaziamento do Ministério da Educação no concernente à radiodifusão educativa, Capanema elabora e submete a Vargas projeto de lei que visava separar, distinguir, dentro do DIP, a publicidade e a propaganda, a cargo do Ministério da Justiça, da difusão cultural, a ser mantida no Ministério da Educação.

Em longa exposição de motivos dirigida a Getúlio Vargas, datada de 24 de fevereiro de 1938, Capanema propõe a criação do Serviço de Radiodifusão Educativa no âmbito do Ministério da Educação, no sentido de não haver “nenhuma confusão com o serviço do Ministério da Justiça”. No documento, Capanema discorre sobre as diferenças entre radiodifusão escolar e aquela destinada à publicidade e propaganda.

Vitorioso nessa batalha perante Vargas, consegue manter no Ministério

---

<sup>9</sup> Trecho de entrevista do diretor do ainda Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – DPDC, Lourival Fontes, concedida ao repórter da Voz do Rádio, Jayme Távora, na qual procurava demonstrar as preocupações do governo com a penetração do rádio e sua utilização como instrumento de ação político social. (Extraído de A influência do populismo no rádio brasileiro durante o Estado Novo, de Daniel Praciano Nobre, [www.orbita.starmedia.com/~danpnobre](http://www.orbita.starmedia.com/~danpnobre)).

da Educação uma estrutura de radiodifusão educativa – paralela à estrutura também criada no DIP, de radiodifusão, cinema e teatro –, à qual ficariam vinculados o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional do Cinema Educativo, este a cargo de Roquette Pinto.

Não obstante essa vitória, parcial, desse movimento centralizador em diante o Ministério da Educação perderia progressivamente boa parcela de sua força, disputando espaço educacional com o Ministério do Trabalho (no campo do ensino técnico-industrial), com o Exército (nas questões do ensino pré-militar, educação moral e cívica e educação física), chegando a perder o controle das nomeações dos professores das universidades, o que leva Alceu do Amoroso Lima a desistir da diretoria da Faculdade Nacional de Filosofia, que Capanema criou e lhe confiaria a direção.

Nesse cenário desfavorável, Capanema procura se manter no governo e reforça o seu lado de “Ministro da Cultura”. Passa a ser mais cultura que educação, daí até o fim do governo de Getúlio Vargas. De uma certa maneira, isola-se do governo e do presidente.



Figura 19 - Gustavo Capanema (de óculos) preside ao lado de Lourival Fontes (terno claro) a Conferência da Juventude Brasileira, com a presença de estudantes do Instituto de Educação, no Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro, RJ. 4/06/1940. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT. EVE.3701 (4)

## As reformas na educação

No ano de 1968, discursando em homenagem a Francisco Campos, diria Capanema, a propósito de sua atuação no Ministério da Educação:

*“Esse Ministério acabava de ser criado e ao seu primeiro titular ia caber a tarefa de lhe dar a inicial organização e de enfrentar os problemas numerosos. Francisco Campos, com o coração alegre e a inteligência acesa, dá início à árdua missão. Os seus horizontes eram agora mais amplos, eram os horizontes de todo o país.”* (CAPANEMA, 1969, p. 10).

Capanema admiraria Francisco Campos até o fim de seus dias, ainda que uma diferença houvesse se interposto entre ambos. E não era sem razão essa admiração. As idéias de Francisco Campos, no campo da educação, eram bastante caras a Capanema desde quando ainda eram professor e aluno, na Faculdade de Direito.

Um dos primeiros atos do Governo Provisório de 1930 foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Vargas assim procedeu com o intuito de dotar-se de um instrumento de governo, capaz de organizar um sistema nacional de educação que lhe garantisse sustentação política. Para ocupar esse ministério, convocou Francisco Campos, que já reformara a educação em Minas Gerais, utilizando-se em grande medida dos princípios da denominada Escola Nova. Assim que assumiu o Ministério da Educação, em novembro de 1930, Francisco Campos deu início a uma ampla reforma educacional, agora a nível nacional, como continuidade daquela que principiara em Minas Gerais. Nesse sentido, organizou o ensino secundário e as universidades brasileiras, ainda inexistentes, entre outras realizações daquela que se convencionaria denominar de *Reforma Francisco Campos*.

No bojo dessa reforma, saem publicados diversos decretos, entre eles, principalmente, os seguintes:

- Decreto n° 19.850, de 11 de abril de 1931, que cria o Conselho Nacional de Educação;
- Decreto n° 19.851, também de 11 de abril, que institui o estatuto das universidades brasileiras que, por sua vez, dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- Decreto n° 19.852, da mesma data, que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- Decreto n° 19.890, de 18 de abril, que estabelece a organização do ensino secundário;
- Decreto n° 20.158, de 30 de julho, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; e

· Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, consolida as disposições sobre o ensino secundário, visando, segundo Francisco Campos, “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”.

Embora promovida ainda no Governo Provisório, a *Reforma Campos* somente viria a ser definitivamente implementada já na vigência do Estado Novo. Seu núcleo fundamentava-se, sobretudo, na adoção do princípio da formação educacional como instrumento de dominação ideológica, contando com a influência da Igreja católica e recepcionando alguns dos princípios escolanovistas.

Respeitadas as suas limitações, a reforma promovida por Campos teve o mérito de romper com o passado e estabelecer novos conceitos, tipos, ramos e graus de ensino. Além disso, modernizou os processos, os padrões, os sistemas de fiscalização e reestruturou a cultura escolar secundária.

Desse modo, embora com restrições, não deixou de representar um avanço, e não tardariam a aparecer os primeiros resultados. Com base no estatuto de 1931, foram surgindo diversas universidades no país, a partir de 1934: primeiro a Universidade de São Paulo, depois a Universidade de Porto Alegre, em seguida a Universidade do Distrito Federal.



Figura 20 - Gustavo Capanema saúda estudantes em sua visita ao estado de Minas Gerais, 1/6/1942. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PPU.01972 (5)

---

No que diz respeito ao ensino comercial, até 1930 as escolas de ensino técnico profissional encontravam-se em uma situação altamente calamitosa. De acordo com Linhares, citando Maurice Berger, era a seguinte a situação (LINHARES, op. cit., p. 167/8):

- *“a maioria dos poucos alunos abandonavam a escola antes de concluí-la, a fim de, com os conhecimentos já adquiridos, sair à procura de um emprego;*
- *as instalações (prédios e oficinas) eram inadequadas e deficientes;*
- *os professores eram improvisados e improvisado era o ensino;*
- *não havia um programa nacional elaborado e nem um conceito claramente definido sobre “escola profissional”;*
- *havia falta constante de material, especialmente didático. (Berger, 1976)”*

Esse quadro imprimia ao ensino técnico uma imagem de desprestígio e inferioridade social. A reforma levada a efeito por Francisco Campos avançou um pouco no sentido de estruturar o ensino comercial, mas a solução efetiva somente viria com a reforma introduzida depois, por Gustavo Capanema.

A reforma promovida por Francisco Campos seria a base da denominada *Reforma Capanema*, adotada em 1942 pelo ministro empossado em 1934. Eram, portanto, bastante caras a Capanema as idéias de Campos, apesar do relacionamento frio entre ambos, afastados por questões ideológicas e partidárias.

Capanema sempre foi um homem muito ligado à questão da educação. Por toda a vida adotaria como lema a verdade que cunhou no seguinte pensamento (CAPANEMA, 1983, p. 40):

*“O primeiro dever de uma nação, que aspira à verdadeira grandeza, é colocar a educação popular de teor cada vez mais elevado, continuamente no primeiro lugar, entre todos os demais problemas. No Brasil, desgraçadamente nunca foi e não é assim.”*

Agora como responsável pelo cumprimento desse dever, era seu entendimento que

*“O problema de ensino tinha de ser considerado, por mim, na sua plenitude. O ministério, quando assumi a pasta, tinha controle apenas sobre o ensino secundário, o ensino comercial e o ensino superior. Praticamente só existiam, sob nossa orientação, esses ramos. É verdade que existia uma escola de aprendizes e artífices chamada Escola Normal de Artes e Ofícios, mas não havia um plano nacional.*

---

*“O Ministério da Agricultura controlava o ensino agrícola, que era de muito má qualidade. O ensino primário era de competência dos estados, não da União.*

.....

*“Entendia que o ensino primário deveria ser o problema número um do Ministério”. (CAPANEMA, 1991, p. 151).*

Capanema relata que a sua grande luta no Ministério da Educação fora a de fazer com que o ensino primário ficasse afeto à sua pasta, e que fosse tratado como problema número um da educação no país. Vargas, por sua vez, queria que o assunto ficasse restrito à esfera estadual.

Sintetizando suas preocupações, Capanema exprimiu um pensamento que ainda hoje exala atualidade:

*“Por mais que queiramos dar aos demais problemas a sua devida importância, nós não podemos perder de vista que o problema realmente basilar da educação é o do ensino primário; é ele, realmente, o problema que precisa ser resolvido com urgência e de qualquer maneira, e com o máximo esforço.” (CAPANEMA, 1991, p. 152).*

Completando o trabalho iniciado por Francisco Campos, a Reforma Capanema diversificou os ramos do ensino e consolidou as alterações impostas à reforma anterior. Diferentemente da orientação antes adotada, a proposta de Capanema abandona um pouco a influência da religião e da dominação ideológica e se apresenta revestida do pensamento do Estado Novo, acrescida dos princípios de nacionalismo, ensino profissionalizante e militarização escolar.

Entre os seus principais atos, podemos mencionar os seguintes:

- Decreto-lei n° 4.048, de 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- Decreto-lei n° 4.073, de 30 de janeiro de 1942, regulamenta o ensino industrial;
- Decreto-lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942, regulamenta o ensino secundário;
- Decreto-lei n° 4.481, de 16 de julho de 1942, dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos industriais empregarem um total de 8 % correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI;
- Decreto-lei n° 4.436, de 7 de novembro de 1942, amplia o âmbito do SENAI, atingindo, também, o setor de transportes, das comunicações e da pesca;
- Decreto-lei n° 4.984, de 21 de novembro de 1942, compele as empresas oficiais com

---

*mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes; e*

*· Decreto-lei n° 6.141, de 28 de dezembro de 1943, regulamenta o ensino comercial.*

Resumindo a reforma de Capanema, disse Darcy Ribeiro, na já citada obra (fl. 43)

*“Gustavo Capanema reestrutura o ensino secundário, instituindo o ginásio de quatro anos e dois colegiais de três: o clássico e o científico. A reforma põe milhões de jovens a estudar mais horas de latim e grego e, também, de línguas estrangeiras do que a portuguesa. Pior é que, estudando com professores que não sabiam nenhuma dessas línguas, participavam de uma imensa mistificação, que resistiu ao longo de décadas, por exigência da Igreja. Através desta orientação retrógrada e do incentivo à expansão da rede privada, Capanema esperava formar suas elites masculinas, católicas, bem-pensantes, humanísticas e ordeiras.”*

Capanema criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, vinculado ao Ministério do Trabalho, com a dupla função de preparar mão-de-obra para a indústria e, ao mesmo tempo, tentar resgatar a imagem do ensino comercial e técnico-profissionalizante, marginalizado e desprezado pelas elites, questão que a reforma Campos não conseguira resolver.

Acerca dessa pretensa equiparação do ensino técnico-profissionalizante com o ensino secundário, vale mencionar o comentário lúcido de Darcy Ribeiro (op. cit., p. 43)

*“Capanema reestrutura o ensino industrial, retomando a linha reacionária da educação profissionalizante. Entendida como uma alternativa à educação secundária – que forma e orienta as elites para a universidade – ela se destinaria a formar os trabalhadores competentes e bem-comportados do seu sonhado regime corporativista. Um embuste que ainda hoje engana muita gente.”*

Na verdade, as reformas educacionais levadas a efeito por Campos e Capanema visavam muito mais controlar e regulamentar o sistema de ensino existente no país do que ampliá-lo. Os esforços conjuntos da Igreja e do Estado buscavam esse controle através da centralização – excessiva, até – introduzida pelo Estado Novo. Mas a concepção inicial do Estado Novo previa um estado moderno, eficiente, que rompesse com a estrutura criada na *República Velha*.

Como afirma Schwartzman (op. cit., 1984, p. 159),

*“De fato, uma das grandes justificativas do Estado Novo foi a eliminação do poder estagnante e imobilista das velhas oligarquias regionais, e a criação de um Estado centralizado, moderno, eficiente, que pudesse atingir, com sua política social e econômica, todos os setores da população.”*

Todavia, prossegue o autor,

*“(...) é difícil dizer que isto tenha ocorrido. O Ministério da Educação não chegou a agir sobre o ensino primário, que continuou na mão dos estados. O ensino secundário cresceu e foi objeto de um grande esforço de redefinição; os cursos de tipo profissional não adquiriram maior significação, com exceção daqueles ministrados diretamente pela indústria nascente; o ensino superior, pelo menos em termos quantitativos, estagnou. O que aumentou de maneira significativa, e afetou de forma mais direta o ensino secundário e superior, foram as normas governamentais, os sistemas de controle e inspeção, a proliferação de atos legiferantes.”*

.....

*“Ao final do Estado Novo, o projeto educacional do Ministério da Educação havia exaurido seu conteúdo ético e mobilizador, deixando em seu lugar a parafernália de leis, instituições e rotinas que haviam sido montadas nos anos anteriores. Ficou, por assim dizer, sem alma.” (id., ibid.).*

A despeito de ser essa uma interpretação um pouco severa demais, a crítica de Schwartzman é de todo fundamentada. Com efeito, apesar dos esforços empreendidos por Campos e Capanema, o Ministério da Educação do primeiro governo de Vargas se tornaria muito mais reconhecido por suas ações no campo da cultura do que da educação, e essa é a razão pela qual se admite afirmar que Gustavo Capanema foi muito mais um ministro da Cultura que da Educação.

## O Palácio da Cultura

A construção do prédio do Ministério da Educação seria a grande oportunidade de Gustavo Capanema demonstrar a sua posição acima das ideologias. Aquela foi, sem dúvida, a obra que marcou a passagem de Gustavo Capanema pelo Ministério da Educação e que, ao ser exposta ao mundo, projetou a imagem moderna e culturalmente avançada do ministro que a realizou. Foi, assim, o marco de sua administração, e por isso mesmo tem sido estudada com maior riqueza de detalhes.

Em primeiro lugar, é preciso mencionar as condições em que se achava o Ministério da Educação quando Capanema assumiu a titularidade. Com a revolução de 1930, Vargas sentiu a necessidade de criar um ministério para abrigar os assuntos da educação e da saúde pública e assistência social, até então vinculados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Criou-se, assim, em novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública.

O novo órgão foi instalado no edifício onde funcionava o antigo Conselho Municipal do Rio de Janeiro, fechado em decorrência do processo revolucionário.

Naquele prédio, Capanema tomou posse no cargo de ministro em 26 de julho de 1934.

Com o fim do Governo Provisório, e o retorno à normalidade constitucional, o prédio do Conselho Municipal teve de ser devolvido e Capanema viu-se obrigado a alugar dois andares do edifício Rex, na rua Álvaro Alvim, para instalar o Ministério. Premido por essa situação, procurou mostrar ao presidente Vargas que, apesar da política de restrição de despesas que o governo vinha adotando, surgia uma inadiável necessidade de se construir uma sede para o Ministério da Educação. Com essa finalidade, recebeu autorização e abriu concurso público para apresentação de projetos.

Realizado o concurso, foi aprovado, em primeiro lugar, o projeto do então diretor da Escola Nacional de Belas Artes, o arquiteto Archimedes Memória, que projetara seu edifício na linha arquitetônica dos prédios circunvizinhos à área escolhida, entre eles o Palácio Tiradentes e o edifício do Conselho Municipal, ambos de sua autoria.

Capanema não estava satisfeito com o projeto classificado em primeiro lugar. Achava-o inadequado para o que pretendia, além do que, em sua opinião, estava aquém das realizações anteriores do professor Memória. Desse modo, apesar de pagar o prêmio, informou a Getúlio Vargas que não executaria o projeto; a lei não o obrigava à execução.



Figura 21 - Presidente Vargas inaugura o Ministério da Educação e Saúde. Identificados da esquerda para a esquerda Gustavo Capanema (2º), Getúlio Vargas (3º) observam escultura “Moça reclinada” de Celso Antônio. Rio de Janeiro, RJ, 3/10/1945. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PRP.01797 (3)

Essa não foi uma decisão fácil. Em meio a uma verdadeira batalha, administrativa e judicial, abriu-se uma crise no governo, conforme nos relata o próprio Capanema (op. cit., 1991, p. 153),

*“Era uma situação muito difícil, especialmente em meio a uma opinião pública inteiramente aderida àquele tipo de arquitetura e, de certo modo, havia a dificuldade do governo, as despesas realizadas, o prêmio deveria ser conferido.*

.....

*“Lutei com uma certa dificuldade, pois o professor Memória tinha muito prestígio na Ação Integralista Brasileira, que, naquele tempo, dava apoio muito vigoroso ao presidente Vargas. Além disso, o professor Memória era membro da tal ‘Câmara dos Quarenta’, que era um órgão muito importante, ao que me parece, da Ação Integralista Brasileira. Ele era também um arquiteto muito conceituado e, afinal de contas, o diretor da Escola Nacional de Belas Artes e amigo pessoal do presidente.”*

Sob protestos do professor Memória, Getúlio Vargas concordou com a decisão de que o Ministério não executasse o projeto. Capanema vencera uma importante batalha em defesa da cultura nacional.

Em seguida, por proposta de Capanema, foi criada uma comissão, composta por alguns jovens arquitetos que haviam concorrido e perdido o concurso, aos quais se juntaram Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Apesar de derrotadas, as propostas eram inovadoras e haviam causado funda impressão no espírito do intelectual sensível que era Gustavo Capanema.

Instalada oficialmente em 22 de julho de 1935, antes mesmo da decisão de não executar o projeto Memória, a comissão, na verdade, estava envolvida inicialmente não com o projeto da construção do prédio do Ministério da Educação, mas sim com uma outra obra então considerada mais importante, mas que não chegaria a se concretizar: a Cidade Universitária, ambicioso projeto elaborado sob a orientação do arquiteto italiano Marcello Piacentini, autor dos principais monumentos do governo fascista de Mussolini, entre eles a Cidade Universitária de Roma. Contratado pelo governo brasileiro como uma espécie de consultor, Piacentini trabalhava no projeto em colaboração com o francês Le Corbusier, agregado à comissão em julho de 1936.

Depois de longa tramitação, o projeto para a Cidade Universitária é finalmente rejeitado, a 12 de março de 1937. Lúcio Costa escreve ao ministro, desanimado:

*“Agora que tudo já parece bem ‘arrumado’, venho lhe dizer o quanto dói ver uma idéia alta e pura como essa da criação da Cidade Universitária tomar corpo e se desenvolver assim desse jeito. Quando, há dias, tomei conhecimento do relatório e verifiquei que tudo não passava de pura mistificação, quis exigir um inquérito, protestar, gritar contra tamanha injustiça e tanta má-fé. Logo compreendi, porém, a inutilidade de*

*qualquer reação, e que, quando muito, iria servir de divertimento à maldade treinada dos ‘medalhões’. Não veja, portanto, Dr. Capanema, nesse meu alheamento, a aceitação das críticas abusadas que o relatório contém, nem a intenção, em outras circunstâncias louvável, de querer evitar maiores embaraços à sua ação, mas, tão-somente, a certeza – desamparado como me sentia – de que tudo seria vão. E o mais triste é que, enquanto se perseverar, durante anos e anos, na construção dessa coisa errada, estará dormindo em qualquer prateleira de arquiteto a solução ‘verdadeira’, a coisa certa.” (apud SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 51).*

No dizer de Schwartzman, “a coisa certa, como sabemos, teria sua oportunidade em outro projeto que, em comparação com o plano da Cidade Universitária, tinha todas as características de um prêmio de consolação: o edifício do Palácio da Cultura, o único que seria, afinal, realizado” (id., ibid.).

A participação de Le Corbusier no projeto de construção do Palácio da Cultura foi possibilitada mediante um artifício, conforme nos relata o próprio Capanema,

*“Quando Le Corbusier chegou, deu-se aquilo que os senhores já devem ter conhecimento: é que não poderíamos fazer contrato com ele em virtude das leis brasileiras. Teria que lhe pagar por outro modo. Como idealista que era, não exigia muito. Combinamos o seguinte: ele teria uma terceira incumbência no Brasil, além das duas já citadas: a de fazer um ciclo de conferências sobre a arquitetura nova, mediante remuneração.” (CAPANEMA, 1991, p. 155).*



Figura 22 - Gustavo Capanema discursa na inauguração do Ministério da Educação e Saúde. A sua frente em primeiro plano de óculos, presidente Getúlio Vargas. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PRP.01797 (11)

---

Capanema assistiu a todas as seis conferências que Le Corbusier proferiu no Brasil. Estava fascinado pelo trabalho do arquiteto e pelo estilo da arquitetura nova. Enquanto proferia as palestras, o arquiteto começava a trabalhar no projeto, com o auxílio do jovem arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. De acordo com Capanema, “como era o mais jovem e desenhava muito bem, Oscar Niemeyer passou a ser o ‘sacristão’ de Le Corbusier. Ele não fazia nada sem o Oscar. O Oscar convertia as suas idéias logo em desenhos” (id., p. 156).

Capanema tinha pressa em que fosse logo elaborado o projeto e iniciada a obra. Encontrando-se Getúlio Vargas na metade de seu mandato presidencial, conferido pela eleição de 1934, havia a possibilidade de Capanema deixar o governo em final de 1938, perspectiva que trazia grande desconforto a quem levava adiante uma obra daquele porte.

Concluído o projeto, elaborado em 1936, e depois de superados alguns obstáculos, iniciaram-se as obras em 2 de maio de 1937, depois de lançada a pedra fundamental em 24 de abril. As dificuldades eram imensas, e de todo tipo, conforme se depreende deste relato:

*“Naquela época não se edificava, no Brasil, com a facilidade de hoje, e nem os materiais de construção eram essas maravilhas que vemos por aí e nem tampouco tínhamos dinheiro sobrando e nem a arquitetura daquele tempo tinha os recursos de que dispõe atualmente. A guerra, de certo modo, prejudicou a construção.” (id., p. 157).*

Capanema acompanhava de perto as obras. Visitava quase diariamente o edifício e supervisionava os detalhes do projeto pelo qual se apaixonara profundamente, “mandava desmanchar coisas já construídas que não eram de seu agrado, imprimia marcas pessoais em tudo” (BADARÓ, op. cit., p. 257).

Arrastando-se por longos anos, a construção somente ficaria pronta em 1944, inaugurada em 3 de outubro de 1945, em meio a inúmeros problemas tanto relacionados à obra quanto à situação política do país. Além do mais, é preciso analisar o que afirmou Capanema

*“Estava preocupado com muitas outras coisas, mas eu não imaginava que aquele edifício iria ter tamanha importância, mesmo porque ele era isolado naquele local. Era o único edifício moderno no Rio e era muito ridicularizado. A princípio, a reação era de combate. Fui, durante anos a fio, combatido, ridicularizado por todo mundo. Aquele edifício era conhecido no Rio de Janeiro como ‘Capanema Maru’, nome que o povo lhe dava porque tinha forma de navio, e ‘Maru’ eram os navios japoneses que freqüentavam muito o porto do Rio de Janeiro.” (CAPANEMA, 1991, p. 158/9).*

Difícil para um grupo de homens avançados em relação ao seu tempo é ser compreendido e ver suas idéias aceitas e absorvidas pela sociedade acomodada. Entretanto, como ressaltou Capanema,

---

*“Os artistas, os escritores, de um modo geral, e o próprio presidente Vargas eram a favor da renovação. O presidente, pelo menos, admitia que se fizesse ali, ao lado do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda, aquela coisa totalmente diferente que era o Ministério da Educação.” (id., ibid.).*

Esta é, em rápidas palavras, a história da construção de um marco na cultura do país, da concretização de um sonho de um homem por um Brasil realmente novo, avançado, à frente de seu tempo e, em tudo e por tudo, destoante do regime político que vigia, o Estado Novo.

Lúcio Costa, em carta datada de outubro de 1945, sintetiza o sentimento que floresceu no país após a construção do Palácio da Cultura:

*“Foi, efetivamente, neste edifício onde, pela primeira vez, se conseguiu dar corpo, em obra de tamanho vulto, levada a cabo com esmero de acabamento e pureza integral de concepção, às idéias mestras por que, já faz um quarto de século, o gênio criador de Le Corbusier se vem batendo com a paixão, o destemor e a fé de um verdadeiro cruzado. Neste oásis circundado de pesados casarões de aspecto uniforme e enfadonho, viceja agora, irreal na sua limpidez cristalina, tão linda e pura flor – flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente, poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e socialmente mais justo, senão também mais belo.” (apud SCHWARTZMAN, 1983, p. 19).*

E não foi somente no Brasil que a obra causou admiração. Para a constatação dessa verdade, é suficiente verificarmos o que nos diz o mesmo Lúcio Costa, em trecho mais adiante:

*“São agora os mestres arquitetos dos Estados Unidos da América e do império britânico que se abalam dos respectivos países para virem até aqui, apreciar e aprender... Que estranho encadeamento de circunstâncias tornou possível um tal milagre?” (id., ibid.).*

## Os últimos anos do Estado Novo

Pressões contra o governo e pela redemocratização do país cresciam por todos os lados, entre civis e militares, podendo-se citar, entre os mais significativos, o Manifesto dos Mineiros, de 24 de outubro de 1943, e o 1º Congresso dos Escritores Brasileiros, realizado em 1944, em cujo plenário foram defendidas teses contra a forma de governo vigente.

Determinante para o término daquele governo foi a famosa entrevista de José Américo de Almeida, ministro do Tribunal de Contas, antigo ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Provisório de Vargas e candidato oficial às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938, as quais, com o golpe de novembro de

1937, não vieram a ocorrer. Na entrevista, concedida ao jornalista Carlos Lacerda, e publicada no *Correio da Manhã* em 22 de fevereiro de 1945, e em *O Globo* no dia seguinte, 23 de fevereiro, José Américo dava um balanço dos problemas nacionais em face do Estado Novo e negava legitimidade ao governo Vargas, lançando a candidatura de Eduardo Gomes como candidato das oposições.

Getúlio Vargas, sentindo a onda de insatisfação reinante no país, procurou contornar a situação, com a anistia ao Congresso Nacional e a reformulação de 36 artigos da Constituição de 1937. Nesse sentido, a Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945 – segundo os historiadores, consequência direta da entrevista de José Américo – revogou as disposições que estatuíam eleições indiretas e estabeleceu, em seu art. 4º, que dentro de noventa dias seriam fixadas em lei as datas das eleições para presidente da República, governadores de estado, deputados e senadores.

Cumprindo o preceituado na Lei Constitucional, em 28 de maio seguinte foi expedida a nova lei eleitoral, abrangida no Decreto-lei nº 7.586, fixando a data de 2 de dezembro de 1945 para a realização das eleições.

Em meio ao processo de escolha do candidato do governo, optou-se pelo nome do general Dutra, ministro da Guerra, haja vista o fato de que era necessário neutralizar o provável apoio que os militares dariam ao candidato militar Eduardo Gomes. Era, na expressão de Amaral Peixoto, “lançar uma espada contra outra” (*apud* CAMARGO, op. cit., p. 225).

Getúlio Vargas então, segundo depoimento de Amaral Peixoto, disse-lhe uma determinada noite: “A melhor solução é o Dutra. Vocês vão preparando a Dona Santinha e ele para agüentar o repuxo” (*id.*, p. 226).

Uma vez lançados os candidatos, criaram-se os partidos. As oposições se juntaram em torno de um partido denominado União Democrática Nacional – UDN, enquanto a situação se aglutinava em torno do Partido Social Democrático – PSD. Além das candidaturas de Eduardo Gomes e Dutra, apresentaram-se como candidatos o próprio Getúlio Vargas, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e Luís Carlos Prestes, pelo Partido Comunista.

Com a proximidade das eleições, começou a crescer no país um movimento, manobrado por Getúlio Vargas, denominado *queremismo*, neologismo oriundo do slogan “Queremos Getúlio”, que visava a convocação da Assembléia Constituinte com a permanência de Getúlio Vargas no poder.

O presidente dava sinais de que não tencionava deixar o governo, e isso atiçava os ânimos, especialmente dos militares. Com as eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945, Getúlio Vargas adota uma atitude extremamente arriscada e no dia 28 de outubro nomeia seu irmão Benjamin Vargas, o Bejo, para a chefia de polícia do Distrito Federal, numa manifestação inequívoca de que iria endurecer na saída.

Segundo sustenta Amaral Peixoto, Getúlio teria dito a ele que Bejo havia sido indicado por João Alberto, o chefe de polícia anterior, nomeado por Vargas em março de 1945. O motivo para a nomeação é que Bejo tinha ótimas ligações com

Dutra, o candidato do governo, com quem Getúlio queria uma ligação cada vez mais fortalecida.

É uma versão difícil de acreditar, mas enfim, seja como for, a nomeação agravou o descontentamento já existente e precipitou a deposição de Vargas. No dia seguinte, 29 de outubro, a manobra varguista foi prontamente sufocada por um golpe branco, liderado pelos militares, sob o comando do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ministro da Guerra, que assumira em substituição a Dutra, que se tornaria presidente da junta que depôs Getúlio Vargas.

Com a deposição, criou-se um problema para a junta resolver. Como não havia vice-presidente da República, cargo não previsto na Constituição, e as duas Casas do Congresso estavam fechadas desde 1937, era preciso decidir a quem seria entregue o governo. Amaral Peixoto nos narra os detalhes em torno dessa sucessão, ocorridos em uma reunião que teria acontecido no Ministério da Guerra, na noite de 29 de outubro, depois que Dutra deixou o Palácio Guanabara, onde estivera com Getúlio.

Presentes à reunião estavam Agamenon Magalhães, ministro da Justiça; Góis Monteiro, da Guerra; o brigadeiro Eduardo Gomes; o marechal Dutra e alguns generais.

Agamenon disse, segundo relato de Amaral Peixoto: “O Dr. Getúlio concorda em se afastar e agora precisamos combinar a passagem do governo.” O Góis então disse: “Você redige a nota.” E o Agamenon começou: “Como resultado dos acontecimentos, o Dr. Getúlio resolve entregar o governo, passando...” Parou e perguntou: “A quem?” Criou-se o problema. O Góis estava certo de que era ele. O Dutra e o Eduardo se calaram, porque os dois tinham medo do Góis. Aí o Agamenon, maliciosamente, disse: “O brigadeiro tinha proposto entregar o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal. Ainda concorda?” Eduardo Gomes respondeu: “Concordo”. O Dutra disse: “Eu também.” E aí, antes que o Góis falasse qualquer coisa, o Agamenon continuou: “...passando o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal.”

Segundo Amaral Peixoto, o general Góis Monteiro “nunca se conformou com isso. Nas nomeações que se fizeram depois ele reclamava constantemente, e dizia: ‘Digam a esse velho que eu o botei lá, por isso eu o tiro de lá com um piparote.’ O velho era Linhares.” (*apud* CAMARGO, op. cit., p. 228/9).

Desse modo, a Presidência da República foi entregue no dia seguinte, 30 de outubro, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que a exerceria até que fosse empossado o candidato que se sagraisse vitorioso nas eleições de 2 de dezembro. Era o fim do Estado Novo e a volta do país à democracia.

Deposto Getúlio Vargas, e empossado o presidente do Supremo Tribunal, Capanema deixaria o Ministério da Educação, sendo substituído, no governo de José Linhares, pelo professor Raul Leitão da Cunha, então reitor da Universidade do Brasil.

Conforme relembra Badaró,

*“No dia 2 de novembro de 1945, Capanema não comparece à transmissão de cargo ao seu substituto, fazendo-se representar pelo Sr. Bittencourt de Sá, diretor geral do Departamento Administrativo do Ministério da Educação e Saúde, portador de uma delicada carta ao novo ministro. Depois de saudar o titular do ministério, diz Capanema para justificar a sua ausência:*

*‘Todavia, com a declaração de renúncia coletiva dos Ministros, apresentada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, anteontem, pelo ex-ministro Agamenom Magalhães, cessou, automaticamente, o exercício de minhas funções ministeriais. Esta é a razão pela qual me sinto privado de lhe transmitir, pessoalmente, o exercício dessas altas funções’. (apud BADARÓ, op. cit., p. 330).*

Afastado do governo por força de uma deposição tranquila, como diria anos depois, Capanema seria eleito, em 2 de dezembro de 1945, deputado federal por Minas Gerais à Constituinte de 1946. Encerra-se, assim, a sua atividade como ministro da Educação.

Sua obra foi tão expressiva nesse Ministério, sua marca foi tão profunda, que se tornou voz corrente afirmar que, cinquenta anos antes ser criado o Ministério da Cultura, Capanema foi, na verdade, o primeiro ministro da Cultura do Brasil.



Figura 23 - Gustavo Capanema cumprimenta estudante em solenidade ocorrida no estado de Minas Gerais, 1/6/1942. Arquivo Nacional, BR RJANRIO EH.0.FOT.PPU.01972 (10)

## CONCLUSÃO

Quando faleceu Gustavo Capanema, a edição do dia 12 de março de 1985 do Jornal do Brasil estampou artigo, assinado por Antônio Carlos Villaça, que afirmava, logo no princípio:

*“Entre todos os numerosos e importantes serviços que Gustavo Capanema prestou a Minas e ao Brasil, sobrelevaria a sua atuação como ministro da Educação de Vargas. Foi propriamente o ministro da Cultura. Nosso primeiro ministro da Cultura” (apud BADARÓ, op. cit., p. 510).*

De fato, de todas as atividades que desempenhou na sua longa e produtiva carreira pública, como deputado, ministro, senador, entre outras, a que marcou de modo mais duradouro a memória do povo brasileiro foi a passagem pelo Ministério da Educação do primeiro governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1934 e 1945.

Naquele Ministério, Gustavo Capanema produziu, como vimos, uma verdadeira revolução, no sentido mais amplo que o termo possa assumir. Criou órgãos novos, remodelou estruturas existentes, promoveu reformas na educação, reorganizou o ensino nos níveis superior e secundário, criou, absolutamente do nada, uma estrutura de preservação do patrimônio histórico e artístico do país, salvando, para as gerações futuras, obras de arte, museus, prédios históricos, enfim, a memória e a cultura nacionais. Isso tudo sem falar na sua atuação na área da saúde, que igualmente revela feitos memoráveis.

Cercado de uma equipe formada por homens de cultura e valor inquestionáveis, conseguiu reuni-los, a despeito de suas diferenças ideológicas, e combinar as suas múltiplas habilidades no sentido de pôr a serviço do Brasil o melhor de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Roberto Burle Marx, Alfredo Ceschiatti, Bruno Giorgi, Antônio Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Vinícius de Moraes, Cecília Meireles, entre inúmeros outros que dele se acercavam.

Apesar de toda essa agitação, não há consenso, entre os estudiosos de sua obra, acerca da idéia de que a sua gestão à frente da pasta da Educação tenha assumido um caráter de verdadeira revolução cultural. Simon Schwartzman e Murilo Badaró, dois meticulosos pesquisadores da obra de Gustavo Capanema, divergem nesse aspecto.

Diferentemente de Badaró, para quem Gustavo Capanema foi a própria

---

personificação da revolução cultural, Schwartzman acredita que os feitos, as ações de Capanema no Ministério da Educação “comparados com os anos da República Velha, em que estas questões não estavam na agenda dos presidentes e ministros, foi sem dúvida uma revolução<sup>10</sup>” 10. Já comparando as ações de Capanema com o período anterior, da monarquia de D. Pedro II, “não há muitas novidades”, afirmou o autor. E não há, explica, porque, comparando D. Pedro II a Capanema, o autor enxerga ambos como homens que acreditaram na importância da cultura, que gostavam de se cercar de intelectuais e literatos, que exerciam o mecenato e que teriam criado instituições educacionais e culturais. Mas ambos, também, segundo o autor, “faziam da ciência, da cultura e da educação uma atividade de elite, centralizada, administrada burocraticamente, que não conseguia sobreviver fora da proteção e cooptação do Estado”.

D. Pedro II talvez assim procedesse por opção, enquanto Capanema provavelmente agia de modo semelhante exatamente por falta de opção. Essa forma de manipular a cultura era possivelmente a única maneira de Getúlio Vargas admitir e apoiar as ações culturais levadas adiante pelo Ministério da Educação. Certamente, Capanema não agia desse modo por convicção ao autoritarismo, à tendência estatizante. Ao contrário, suas idéias tinham muito da doutrina liberal, mas vivia constantemente tolhido e vigiado por Vargas e pelo fascismo de Francisco Campos.

Talvez sendo um pouco severo demais com Capanema, Schwartzman acredita que o Ministério da Educação daqueles anos ajudou a consolidar o modelo de modernização conservadora e excludente que caracterizou o regime Vargas como um todo.

Essa modernização conservadora, segundo afirmou, era um processo mais amplo de transformação do país, que não obedecia a um projeto predeterminado, nem tinha uma ideologia uniforme, devendo ser entendida no sentido de que buscava criar um sistema educacional forte e abrangente e se preocupava constantemente com a atividade cultural e artística, em atitude inovadora, não encontrada na República Velha. O aspecto conservador pode ser verificado, segundo o autor, na concentração de poder havida no Ministério, que regulava, até excessivamente, as instituições educacionais (em parte fruto da aliança com a ortodoxia católica). Verifica-se, também, um caráter conservador, pelo que o autor denominou de “concepção basicamente estetizante”, isto é, que apoiava e estimulava as diversas manifestações de cultura – música, poesia, pintura, entre outras – como arte monumental, capaz de mobilizar os grandes sentimentos cívicos, dentro do espírito nazi-fascista do Estado Novo. Esse monumentalismo, segundo Schwartzman, “está presente nos grandes projetos arquitetônicos, no muralismo de Portinari, assim como nos grandes corais cívicos de Villa-Lobos” (SCHWARTZMAN, 1985, p. 270).

Segundo essa visão, seria esse um processo que permitiria a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande

---

10 Schwartzman, Simon. Cem anos de Capanema. Resenha de ‘Gustavo Capanema: a revolução na cultura’, de Murilo Badaró. *Jornal do Brasil*, caderno de Idéias, 5 de agosto de 2000.

centralização de poder, e que levaria à substituição de uma elite política mais tradicional por outra mais jovem, de formação cultural e técnica mais atualizada. Nesse contexto, segundo o autor (id., ibid.),

*“(...) gestos de mecenato e a construção de edifícios e monumentos arquitetônicos são perfeitamente compatíveis com este modelo, e é fácil entender como podem fascinar a muitos intelectuais. No entanto, descentralização, autonomia, pluralismo autêntico, transferência efetiva de recursos e poder, estímulo à iniciativa e à criatividade, nada disso era aceitável ou compatível com uma política educacional e cultural onde tudo deveria ser previsto, regulamentado e comandado do centro. Foi assim que a Universidade do Distrito Federal foi fechada; que Anísio Teixeira, educado nos Estados Unidos, foi perseguido como comunista perigoso; que os imigrantes perderam o direito de educar seus filhos em sua língua materna; e que iniciativas pioneiras como as reformas educacionais dos anos 20 e 30 em Minas Gerais e na Bahia acabaram se perdendo.”*

Todavia, um aspecto que não pode ser esquecido nessa análise é o fato de que as mudanças que ocorriam no cenário político nacional e internacional levavam o governo Vargas a rever constantemente sua ideologia e a visão de seu próprio passado. Nesse sentido, vejamos que o governo principia provisório, em 1930, sofre pressões pela reconstitucionalização, em 1932, experimenta uma aventura fugaz de governo constitucional, de meados de 1934 até 1936, e culmina com a ditadura do Estado Novo, de 1937 até a deposição.

Além desse cenário interno extremamente instável, havia ainda o cenário externo, com a segunda guerra em andamento, e todas as dificuldades advindas do alinhamento político a esta ou aquela facção em confronto.

Naturalmente, essa permanente transformação que pautou todo o governo Vargas iria produzir reflexos em todas as pastas, inclusive na da Educação, de Capanema, e iria gerar consequências desastrosas na condução de uma política educacional que sofreria constantes mudanças.

A melhor comparação que nos vem à mente para ilustrar as dificuldades vividas no processo de condução do Ministério da Educação naquele período é imaginar o trabalho do ministro Gustavo Capanema como o de uma pessoa que necessitasse efetuar uma travessia, caminhando sobre uma duna de areia, em constante movimento de acomodação impulsionada pelo vento. Ou de uma caminhada sobre areia movediça. Admita-se que não é tarefa para qualquer um.

O que o tempo e a história tendem a encobrir é que esse talvez tenha sido o grande mérito de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação, mérito esse que é constante e frequentemente esquecido, ou relegado a um plano secundário. A verdade é que ele fez o que era impossível dentro do regime ditatorial. Por força de sua atuação, salvou-se o regime de Vargas, no que respeita à educação e à cultura; salvou-se o Estado Novo. Foi, certamente, o único a produzir uma obra essencialmente positiva dentro do regime, ou, para repetir a expressão de Darcy Ribeiro, foi “uma luz dentro do Estado Novo”.

Mas Capanema era um homem acostumado a lidar com esses embates, sempre em busca de alcançar os dois extremos de uma questão, sempre disposto a unir as opiniões divergentes, a promover-lhes a conciliação. Se ainda estivesse entre nós, provavelmente tentaria dirimir esse conflito de opiniões contrárias e certamente teria ainda bastante trabalho, porque, se não há consenso acerca da idéia de que promovera verdadeira revolução cultural no Ministério, não há, igualmente, convergência de opiniões acerca do que a sua figura representa para a nossa identidade, para a nossa História.

Diversas são as opiniões que surgem, quando se levanta essa questão. Como opinião consensual, temos que o nome de Gustavo Capanema estaria inscrito na História do Brasil por força de sua atuação como homem de cultura, por obra das atividades culturais que desenvolveu enquanto ministro da Educação, cuja marca mais visível estaria na construção do Palácio da Cultura, depois batizado, em justa homenagem, Palácio Gustavo Capanema. Entretanto, é propósito deste trabalho avaliar o que ou quem teria elevado o nome de Gustavo Capanema a este lugar na História.

Para Alceu Amoroso Lima, Capanema era, acima de tudo, um homem de cultura. Conforme seu depoimento, quando ambos se aproximaram, “nada nos uniu politicamente, mas tudo intelectualmente nos aproximou” (*apud* BADARÓ, op. cit., p. 498). Em sua opinião, Capanema “manobrava, com uma habilidade florentina, entre os escolhos da política e da cultura. Mas nunca sacrificando uma à outra. Ou servindo-se da cultura para a política” (id., p. 500).

Capanema foi, de acordo com o conceito de Alceu Amoroso Lima, “o maior ministro da Educação que temos tido até hoje.”

Andando quase na mesma direção de Amoroso Lima, Pedro Nava, amigo de longos anos, traçou de Capanema o seguinte perfil:

*“Ele foi sempre, como seus companheiros, um moço irreverente, idealista, simples, despreocupado de qualquer carreirismo e mais dado às letras e à cultura do que propriamente à política. Esta sucedeu-lhe na vida como um acaso e nela se viu transformado no maior homem que passou pelo Ministério da Educação.”* (*apud* José Colagrossi, in *Homenagem ao senador Gustavo Capanema*, 1986, p. 29).

Outras opiniões, entretanto, afirmam que o seu traço característico estaria na política. Como exemplo dessas, podemos mencionar a de Raphael de Almeida Magalhães, que na orelha do livro de Murilo Badaró afirmou:

*“Capanema foi político. Por irrecusável vocação, era só um político. Seu início, na advocacia, não foi senão o primeiro passo para a política. (...)”*.

Outro exemplo é o Maria Julieta, filha de Carlos Drummond, amiga e conhecedora de Capanema, que por ocasião de sua morte disse “(...) como vão escasseando entre nós varões (...) como o político mineiro desaparecido” (*apud*

BADARÓ, op. cit., p. 492), e que classificava Capanema como “exemplo a ser seguido por todos os que praticam ou desejam praticar a política, entendendo-se esta como exercício ético e empreendedor” (id., ibid.).

Em presença de tão autorizadas opiniões, talvez devêssemos acreditar que em Capanema se materializasse uma mistura de qualidades, como parece raciocinar Schwartzman, na introdução à segunda edição de seu *Tempos de Capanema*, quando diz que a gestão de Capanema ficara marcada como um tempo em que teria havido uma associação “de forma singular e notável”, entre política, educação e cultura.

Mas se Capanema reunia em si, em sua personalidade, além dos aspectos culturais, os ingredientes da política, certo é que, para tal, tinha ele o seu próprio conceito acerca do que considerava ser político. Por ocasião de sua malsucedida eleição à Academia Brasileira de Letras, em 1980, afirmou que em um grande político devia haver sempre uma superioridade intelectual:

*“Os políticos de maior prestígio no passado eram os que tinham uma grande e moderna cultura. Os prestigiosos eram os que tinham maior eleitorado, e eleitores se conquistam principalmente com obras, melhoramentos. Eu me incluo entre os primeiros.*

*“Eu nunca fui um político de grande eleitorado, nem preocupado em formá-lo. Tinha a preocupação de abrir caminhos aos renovadores. Eu queria me celebrar não como um político de muitos eleitores, mas como um político de cultura moderna.” (apud BADARÓ, op. cit., p. 478).*

Para encerrar a controvérsia, acredito poder dispensar outras opiniões acerca de Gustavo Capanema, talvez até de maior peso, e ficar na companhia do poeta Carlos Drummond de Andrade, seu amigo dos tempos do internato em Belo Horizonte, depois seu chefe de gabinete por longos anos, que o conhecia talvez melhor do que ninguém, e a ele se referia como político, mas “político mineiro, forrado de formação humanística, que vê mais longe do que o comum” (apud BADARÓ, op. cit., p. 488), e que o teria assim definido:

*“Chamá-lo político não é defini-lo bem. Foi antes um humanista que se debruçou sobre a política, forma de realização de um ideal ético. O que fez, fê-lo com o maior aprimoramento possível. O que conseguiu aí está, em numerosas agências do Estado, que cuidam do ensino, da cultura e da saúde dos brasileiros. Pouco importa que a memória desses benefícios se apague ou mesmo seja negada. Capanema não trabalhou para se projetar. Trabalhar foi seu destino.”*

Com o auxílio de Drummond, chegamos, então, à resposta que buscávamos. Gustavo Capanema foi um homem de formação cultural, um humanista, que se debruçou sobre a política, e nessa conjunção de virtudes, conseguiu passar à História exatamente como era seu desejo: foi um político de cultura moderna.

## REFERÊNCIAS

BADARÓ, Murilo, et al. *Homenagem do Senado Federal a Gustavo Capanema*. Brasília: Senado Federal, 1985.

\_\_\_\_\_. *Gustavo Capanema: a revolução na cultura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Homenagem ao senador Gustavo Capanema*. Discursos proferidos na sessão de 28 de novembro de 1985 pelos parlamentares: deputados Israel Pinheiro Filho, Raul Bernardo, Milton Reis, José Colagrossi, Bocayuva Cunha, Luís Dulci, Fernando Santana e Ulysses Guimarães. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986.

BRASIL. *Comissão do Plano da Universidade do Brasil. Atividades do extinto escritório do Plano da Universidade do Brasil, relatório apresentado ao Sr. Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, abrangendo o período de 1935 a 1944*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1946.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Palácio Gustavo Capanema, 50 anos. Ministério da Educação, Delegacia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: a delegacia, 1987.

CAMARGO, Aspásia, et al. *Artes da política – Diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 (Coleção Brasil Século 20).

CAPANEMA, Gustavo; PEREIRA, Francelino; e PINTO, José de Magalhães (seleção de textos). *Testemunhos sobre Milton Campos*. Brasília: Senado Federal, 1972.

CAPANEMA, Gustavo. *A missão do professor secundário*. Rio de Janeiro: Ser. Gráf. Ministério da Educação e Saúde, 1940.

\_\_\_\_\_. *Caxias: comemoração ao Dia do Soldado, em 25 de agosto de 1939, discurso do ministro da Educação na sessão cívica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imp. Militar, 1939.

- 
- \_\_\_\_\_. *Discursos e outros escritos*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Brasília: Senado Federal, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Em homenagem ao senador Milton Campos – discurso pronunciado no Senado Federal, na sessão do dia 12 de abril de 1972*. Brasília: Senado Federal, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Em louvor de Israel Pinheiro – discurso pronunciado no Senado Federal, na sessão do dia 29 de agosto de 1973*. Brasília: Senado Federal, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Francisco Campos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O Estado e a cultura*. in Carta: Falas, reflexões, memórias, n° 2, p.149/60, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Senado homenageia o professor Afonso Arinos de Mello Franco*. Brasília: Senado Federal, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Os grandes dias do Brasil novo. Revolução e renovação, os imperativos históricos que levaram o Brasil da revolução ao Estado Novo, 3 de outubro: discurso*. Rio de Janeiro: DIP, 1939.
- \_\_\_\_\_. *Os regimes políticos contemporâneos: democracias e ditaduras*. Rio de Janeiro: ESG, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Pensamentos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Perfil de duas primeiras-damas*. Brasília: Senado Federal, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Que novo nome político vamos dar ao Brasil?* Brasília: Câmara dos Deputados, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Eleitoral*. in Digesto Econômico, volume 26, n° 211, p.33/8, jan/fev., 1970.
- LESSA, Ricardo. *Flerte com Hitler*. in IstoÉ/Senhor, n° 1169, p. 68/9, fev., 1992.
- LIMA, Evaristo Linhares e FIGUEIREDO, Vilma de Mendonça. *Formação socioeducativa brasileira: Reforma Campos e Capanema, 1931 a 1961*. Brasília: UnB, 1977.
- PEIXOTO, Amaral. *Em memória de dois grandes mineiros (Tancredo Neves e Gustavo Capanema)*. Brasília: Senado Federal, 1985.

PINHEIRO FILHO, Israel, et al. *Homenagem ao senador Gustavo Capanema*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1986.

RENAULT, Abgar. *Elogio de Gustavo Capanema*. in *Digesto Econômico*, volume 41, n° 315, p.23/5, nov/dez, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Estado Novo, um autorretrato*. Arquivo Gustavo Capanema. Brasília: Ed. UnB, 1982. (Coleção Temas Brasileiros, 24, org. Simon Schwartzman).

SCHWARTZMAN, Simon. *Gustavo Capanema e a educação brasileira*. in “Gustavo Capanema: Política, Educação e Cultura”, seminário organizado pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, com o apoio do Ministério da Educação e do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, agosto de 2000 ([www.10minutos.com.br/simon/cent\\_minas.htm](http://www.10minutos.com.br/simon/cent_minas.htm)).

\_\_\_\_\_. *Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação*. in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, volume 66, n° 153, p.265/72, mai/ago, 1985.

\_\_\_\_\_. *O intelectual e o poder: a carreira política de Gustavo Capanema*. Centro de Pesquisas e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.



Obra composta no formato 16x23cm, em fontes das famílias  
Palatino LT Std, corpo 10/12, e ITC Kabel Std, corpo 14,  
entrelinhas 12pt, em papel couché fosco 115 g/m<sup>2</sup> (miolo) e  
papel couché fosco 210 g/m<sup>2</sup> (capa)

Tiragem: 100

Impressa pela Segraf/TCU  
Brasília/DF  
2023



**Responsabilidade editorial**

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Instituto Serzedello Corrêa (ISC)

Serviço de Inovação e Cultura (Seric)

**Projeto gráfico e diagramação**

Núcleo de Comunicação (ISC/NCom)

**Pesquisa de imagem**

Museu do TCU Ministro Guido Mondin

**Fotografias**

Acervo Arquivo Nacional

Acervo CPDOC/FGV

Acervo Arquivo Público Mineiro

**Fotografia da capa**

Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, RJ [1934-1945]. Fotógrafo: Reter Lange.

Arquivo Nacional, BR RJANRIO PH.0.FOT.14385 (44)

Impresso pela Sesap/Segedam



9 786599 365669